



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MYRIAM ROSSI SLEIMAN GHOLMIE

**MOTIVAÇÃO NA CRIAÇÃO LEXICAL:
O ELO ENTRE CULTURA E LINGUAGEM EM
DADOS DO ATLAS LINGUÍSTICO DO PARANÁ**

Londrina
2019

MYRIAM ROSSI SLEIMAN GHOLMIE

**MOTIVAÇÃO NA CRIAÇÃO LEXICAL:
O ELO ENTRE CULTURA E LINGUAGEM EM
DADOS DO ATLAS LINGUÍSTICO DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Vanderci de Andrade Aguilera.

Londrina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

G427 Gholmie, Myriam Rossi Sleiman Gholmie .
Motivação na criação lexical: : o elo cultural e linguagem em dados do atlas linguístico do Paraná / Myriam Rossi Sleiman Gholmie Gholmie. - Londrina, 2019.
101 f. : il.

Orientador: Vanderci de Andrade Aguilera Aguilera .
Coorientador: Fabiane Cristina Altino Altino.
Coorientador: Valter Perreira Romano Romano.
Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Língua portuguesa - Variação. - Tese. 2. Geografia linguística. - Tese. I. Aguilera , Vanderci de Andrade Aguilera . II. Altino, Fabiane Cristina Altino. III. Romano, Valter Perreira Romano . IV. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. V. Título.

CDU 8

MYRIAM ROSSI SLEIMAN GHOLMIE

MOTIVAÇÃO NA CRIAÇÃO LEXICAL:
O ELO ENTRE CULTURA E LINGUAGEM EM
DADOS DO ATLAS LINGUÍSTICO DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vanderci de Andrade Aguilera
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Fabiane Cristina Altino
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Valter Pereira Romano
Universidade Federal de Lavras - UFLA

Londrina, 22 de abril de 2019.

A Vanderci,
“culpada” disso tudo,
minha inspiração dentro e fora da universidade.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Londrina (UEL) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), respectivamente, pela estrutura e pelo apoio financeiro essenciais para a conclusão deste estudo.

Aos docentes vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem e ao Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da UEL pelas relevantes contribuições para minha formação acadêmica.

Aos Professores Valter e Fabiane, desde a qualificação membros da banca de examinadora deste trabalho, por enriquecê-lo com seus valiosos saberes.

À Professora Vanderci, minha orientadora e mentora, pela amizade, pelos ensinamentos e por ter me tornado capaz de encarar o desafio de conciliar graduação e mestrado, cumprido com a finalização desta dissertação.

Aos meus companheiros de universidade, em especial Luana Costa, Isabella Ferro, Luís Horvatich, Vanessa Yida e Michelli Galli, pelo convívio afetuoso e pela solicitude, sobretudo nesses atarefados anos de mestrado.

Ao meu Criador, pela oportunidade de viver e evoluir.

Aos meus pais, Jihad e Fatima, à minha irmã, Maria Amélia, e aos meus demais familiares e amigos por terem estado ao meu lado durante mais essa etapa.

Ao meu marido Thiago, por me apoiar de todas as formas possíveis e por valorizar tanto tudo aquilo que faço: você foi fundamental para eu chegar até aqui!

“Que belo livro não se escreveria contando a vida e as aventuras de uma palavra? Ela recebeu, sem dúvida, as mais diversas impressões dos acontecimentos para que foi usada; conforme os locais, evocou ideias diferentes [...]. Todas estão marcadas por um vivo poder que recebem da alma e que lhe restituem pelos mistérios de uma ação e de uma reação maravilhosas entre a fala e o pensamento.”

(Honoré de Balzac)

GHOLMIE, Myriam Rossi Sleiman. **Motivação na criação lexical**: o elo entre cultura e linguagem em dados do Atlas Linguístico do Paraná. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

O questionamento a respeito da natureza do signo linguístico, que remonta à Antiguidade Clássica, está presente não só no ambiente acadêmico, mas também no imaginário popular: quem nunca se perguntou se os nomes das coisas têm uma razão de ser? A presente dissertação ingressa nessa discussão com o aporte teórico da semântica motivacional – conduzido mormente por Saussure (1971 [1916]), Ullmann (1964), Guiraud (1976), Alinei (1984) e Contini (2009). Com esse suporte, faz uma análise que recobre dois campos semânticos – *terra* e *homem* – em dados do Atlas Linguístico do Paraná, de Aguilera (1994), extraídos de entrevistas realizadas em 65 localidades do referido estado, junto a 130 homens e mulheres de origem rural, com pouca ou nenhuma escolaridade e idade entre 27 e 62 anos. Desse modo, objetiva averiguar, por meio de um *corpus* geolinguístico, se os signos são motivados no ato da denominação do referente. Especificamente este trabalho tem como propósitos: (i) apresentar uma descrição geolinguística das designações dos paranaenses para os itens lexicais *cogumelo* e *alpargata* registradas nas Cartas 38, 39, 40, 41 e 80 do mencionado atlas; (ii) verificar a dicionarização dessas variantes; (iii) analisar tais denominações à luz da semântica motivacional. Os resultados deste estudo indicam que as criações lexicais são motivadas na origem, ou seja, refletem uma visão de mundo temporalmente situada e própria de um grupo social, manifestando-se por meio da fala. O signo linguístico, nesse sentido, atesta historicamente a convergência entre cultura e linguagem.

Palavras-chave: Motivação de signos. Variação lexical. Atlas Linguístico do Paraná.

GHOLMIE, Myriam Rossi Sleiman. **Lexical creation motivation: the link between culture and language in the Paraná Linguistic Atlas.** 2019. 100 p. Dissertation (Master's Degree in Language Studies) – Londrina State University, Londrina, 2019.

ABSTRACT

The nature of the linguistic sign questioning, dating back to Classical Antiquity, is not only present in the academic environment, but also in the popular imaginary: who has never wondered if the things names of have being reason? The present dissertation enters into this discussion with the theoretical contribution of motivational semantics - driven mainly by Saussure (1971 [1916]), Ullmann (1964), Guiraud (1976), Alinei (1984) and Contini (2009). With this support, makes an analysis that covers two semantic fields – earth and man - in Paraná Linguistic Atlas, from Aguilera (1994), extracted from interviews carried out in 65 localities of the mentioned state, with 130 men and women of rural origin, with little or no education and age between 27 and 62 years. In this way, it aims to ascertain, through a geolinguistic corpus, if the signs are motivated in the act of the referente denomination. Specifically, this work has the following purposes: (i) to present a geolinguistic description of the paranaenses designations for the lexical items *cogumelo* and *alpargata* recorded in Letters 38, 39, 40, 41 and 80 of the mentioned atlas; (ii) to verify the dictionary of these variants; (iii) to analyze such denominations considering motivational semantics. This study results indicate that the lexical creations are motivated at the origin, so that, they temporally reflect a situated and proper worldview of a social group, manifesting through speech. The linguistic sign, in this sense, attests the convergence between culture and language historically.

Key-words: sign motivation; lexical variation; Paraná Linguistic Atlas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Classificação da motivação	31
Figura 2 –	Povoamento do Paraná desde o século XVI	45
Figura 3 –	Carta 112: galinha carijó e outras designações	47
Figura 4 –	Carta 38: designações para <i>cogumelo</i>	55
Figura 5 –	Cogumelos.....	57
Figura 6 –	Carta 39: outras designações para <i>cogumelo</i>	58
Figura 7 –	Cogumelos possivelmente relacionados a guarda-chuvas	60
Figura 8 –	Guarda-chuva	60
Figura 9 –	Chapéu	60
Figura 10 –	Sombrinha	60
Figura 11 –	Carta 40: outras designações para <i>cogumelo</i>	61
Figura 12 –	Cogumelos comumente associados a orelhas	64
Figura 13 –	Carta 41: outras designações para <i>cogumelo</i>	65
Figura 14 –	Diversos tipos de fungos.....	67
Figura 15 –	Morangos com bolor	68
Figura 16 –	Parede com mofo.....	69
Figura 17 –	Classificação das variantes para <i>cogumelo</i> conforme sua motivação.	76
Figura 18 –	Carta 80: designações para <i>alpargata</i>	78
Figura 19 –	<i>Abarkas</i> bascas (Museu Nacional de Arte Decorativa - Buenos Aires)	81
Figura 20 –	<i>Alpercatas</i> (Açores - Portugal, século XIX)	81
Figura 21 –	Alpargatas Roda (Brasil, década de 1950)	81
Figura 22 –	Alpargatas ou espadrilhes Chanel (Brasil, atualmente)	81
Figura 23 –	Anúncio das Alpargatas Roda nos anos 1950	84
Figura 24 –	Anúncio de alpargatas nos anos 1960.....	84
Figura 25 –	Classificação das variantes para <i>alpargata</i> conforme sua motivação.	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Variantes da Carta 38 quanto ao número de ocorrências.....	56
Gráfico 2	– Variantes da Carta 38 quanto ao número de pontos linguísticos	56
Gráfico 3	– Variantes da Carta 39 quanto ao número de ocorrências.....	59
Gráfico 4	– Variantes da Carta 39 quanto ao número de pontos linguísticos	59
Gráfico 5	– Variantes da Carta 40 quanto ao número de ocorrências.....	62
Gráfico 6	– Variantes da Carta 40 quanto ao número de pontos linguísticos	62
Gráfico 7	– Variantes da Carta 41 quanto ao número de ocorrências.....	66
Gráfico 8	– Variantes da Carta 41 quanto ao número de pontos linguísticos	66
Gráfico 9	– Variantes da Carta 80 quanto ao número de ocorrências.....	79
Gráfico 10	– Variantes da Carta 80 quanto ao número de pontos linguísticos	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Oposição entre cultura e civilização.....	34
Quadro 2	–	Perfil dos Informantes do ALPR por sexo e faixa etária.....	40
Quadro 3	–	Perfil dos Informantes do ALPR por sexo e grau de escolaridade.....	40
Quadro 4	–	Número de questões do ALPR conforme campo semântico.....	42
Quadro 5	–	Rede de pontos do ALPR e sua correlação com Nascentes (1958).....	43
Quadro 6	–	Variantes registradas na Carta 41 quanto ao número de ocorrências e de pontos linguísticos	49
Quadro 7	–	Dicionários consultados	50
Quadro 8	–	Dicionarização das variantes registradas na Carta 38 do ALPR.....	51
Quadro 9	–	<i>Cogumelo</i> e outras denominações, conforme número de ocorrências	71
Quadro 10	–	<i>Cogumelo</i> e outras denominações, conforme número de pontos linguísticos	72
Quadro 11	–	Dicionarização das variantes em relação ao conceito de <i>cogumelo</i>	74
Quadro 12	–	<i>Alpargata</i> e outras denominações, conforme número de ocorrências	85
Quadro 13	–	<i>Alpargata</i> e outras denominações, conforme o número de pontos linguísticos	86
Quadro 14	–	Dicionarização das variantes em relação ao conceito de <i>alpargata</i>	87

SUMÁRIO

	PRÓLOGO	12
1	INTRODUÇÃO	14
2	APORTE TEÓRICO	20
2.1	GEOLINGUÍSTICA NO BRASIL	20
2.2	SEMÂNTICA MOTIVACIONAL.....	24
2.3	CULTURA, LÍNGUA E LÉXICO	31
3	FONTE E PERCURSO METODOLÓGICO	39
3.1	O ATLAS LINGUÍSTICO DO PARANÁ E A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	39
3.2	PROCEDIMENTOS PARA ORGANIZAÇÃO E EXAME DOS DADOS.....	48
4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE	54
4.1	DESIGNAÇÕES PARA <i>COGUMELO</i> NAS PERSPECTIVAS GEOLINGUÍSTICA, LEXICOGRÁFICA E SEMÂNTICA MOTIVACIONAL	54
4.1.1	Variantes registradas na Carta 38 do ALPR.....	54
4.1.2	Variantes registradas na Carta 39 do ALPR.....	58
4.1.3	Variantes registradas na Carta 40 do ALPR.....	61
4.1.4	Variantes registradas na Carta 41 do ALPR.....	64
4.1.5	<i>Cogumelo</i> e outras denominações: síntese dos resultados	71
4.2	DESIGNAÇÕES PARA <i>ALPARGATA</i> NAS PERSPECTIVAS GEOLINGUÍSTICA, LEXICOGRÁFICA E SEMÂNTICA MOTIVACIONAL	77
4.2.1	Variantes registradas na Carta 80 do ALPR.....	77
4.2.2	<i>Alpargata</i> e outras denominações: síntese dos resultados	85
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	93

PRÓLOGO

Sou filha de um imigrante libanês que carrega em sua fala as mais diversas influências. Com minha família, em razão das obras civis sob a responsabilidade de meu pai, morei em 10 cidades espalhadas pelos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo – desde lugarejos no interior até grandiosas capitais. A minha 11ª mudança, já sem os familiares, foi para a cidade paranaense de Londrina, por ocasião do ingresso na universidade.

A variação linguística regional, especialmente quanto ao léxico, foi, para mim, desde criança, algo muito perceptível e intrigante, o que fez dos dicionários meus companheiros de vida. No entanto, somente durante a graduação, quando tive a oportunidade de ingressar na iniciação científica – sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera –, tomei consciência de que o assunto é um objeto de pesquisa extremamente produtivo e relevante para a percepção das particularidades da língua portuguesa falada no Brasil, bem como para o combate ao preconceito linguístico.

Passei a integrar, então, o Projeto de Pesquisa Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), atualmente dirigido pela Prof.^a Dr.^a Jacyra Andrade Mota, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), cujo objetivo principal é descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, através do campo Dialetologia, com base na Geolinguística, e tendo em conta, ainda, as implicações de natureza social.

A partir disso, a amplificação de meus horizontes quanto à observação das diferenças linguísticas resultou em algumas pesquisas que realizei durante o período de graduação. Foi natural, por conseguinte, meu contato com atlas regionais, em especial com o Atlas Linguístico do Paraná (ALPR), de Aguilera (1994), que despertou, em mim, um notável interesse pela influência da origem rural na fala das pessoas e um forte anseio de repercutir ainda mais seus resultados.

Durante esse tempo de estudos, especialmente quando em contato com variantes coletadas nesse atlas rural, muito diferentes daquelas conhecidas por mim, inúmeras vezes fui tomada pela curiosidade a respeito do motivo dessas denominações e me perguntei: os nomes utilizados pelos informantes têm uma razão de ser ou foram simplesmente impostos em algum momento da história?

A indagação a respeito da motivação ou arbitrariedade dos signos não só foi mote de aulas de Linguística que presenciei durante o curso de Letras na

Universidade Estadual de Londrina (UEL), como também instigou divergências entre alunos do ensino fundamental nas aulas sobre variação linguística que ministrei. Além disso, essa questão já surgiu em conversas informais de que participei entre amigos e familiares.

Assim, diante da notória polêmica existente em torno da natureza do nome das coisas – que permeia o imaginário de crianças e adultos, bem como atravessa discussões entre leigos e entre acadêmicos – e do potencial inerente ao *corpus* geolinguístico paranaense para tal investigação, nasceu o primeiro estímulo para a elaboração de um estudo sobre a motivação ou arbitrariedade do signo a partir de dados geolinguísticos fornecidos pelo ALPR.

1 INTRODUÇÃO

A Dialectologia Tradicional, conforme atesta Altman (2004), iniciou-se com a publicação de “O dialeto caipira”, de Amaral (1920). Pouco depois, Nascentes (1953 [1922]) publicou “O linguajar carioca” e, mais tarde, Marroquim (1934) lançou “A língua no Nordeste”. Além dessas obras, inúmeros trabalhos monográficos sobre a língua falada no Brasil foram desenvolvidos até a década de 1950.

Em 1952, entretanto, a partir do Decreto 30.643, o programa de investigação dialetológica foi revisto, prevendo a elaboração de um atlas linguístico capaz de identificar os falares brasileiros. Durante essa fase, segundo Mota e Cardoso (2006), sedimentou-se a mentalidade preconizada por Silva Neto (1957) nos “Guias para estudos dialetológicos no Brasil” e foram iniciados os trabalhos de natureza geolinguística com as pesquisas para o Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB), de Rossi *et al* (1963).

Sucedeu-se, pois, no Brasil, um período em que se consolidou o método geolinguístico. Isso se deu com a publicação de atlas estaduais e regionais que abriram caminhos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), um projeto de grande envergadura, iniciado em 1996, que apresentou inovações metodológicas e trouxe novas diretrizes para estudos dessa natureza.

Silva Neto (1957), Nascentes (1958) e Houaiss (1960) já destacavam em sua época a importância dos atlas regionais, tendo em vista a exaustão com que os dados coletados são examinados nesses trabalhos e o fato de oferecerem, além de uma visão panorâmica da língua, a possibilidade de fazer seu inventário, bem como de realizar o estudo da sua formação e história. Tais atlas podem oferecer materiais agrupados em esferas semânticas e mostrar a distribuição geográfica das palavras, registrando as particularidades de determinada comunidade.

Nessa perspectiva, o Atlas Linguístico do Paraná (ALPR), de Aguilera (1994), fonte dos dados aqui trabalhados, investigou, a partir de entrevistas realizadas na segunda metade dos anos 1980, a unidade e a diversidade de usos do português brasileiro falado nesse Estado. O mencionado atlas atesta uma realidade essencialmente rural, haja vista os aspectos socioeconômicos desse território no período e o perfil dos informantes – a ser detalhado oportunamente –, com baixa escolaridade e inserção em atividades agropastoris. Nesse sentido, o ALPR revela-

se uma preciosa fonte para estudos que extrapolam a descrição geolinguística das formas documentadas, possibilitando análises sob diversas perspectivas.

No que concerne ao estudo da modalidade oral do português do Brasil, como o realizado no ALPR, Brandão (1991, p. 17) afirma que “não se confina nos limites da dialetologia e da sociolinguística; ao contrário, ultrapassa-os, amparando-se, também, em pressupostos históricos”. Essa interface ajuda a Linguística a desvendar o universo das denominações, uma vez que, “[...] no plano da investigação, a antinomia sincronia/diacronia só pode ser superada na e pela história” (COSERIU, 1979, p. 18).

Desse modo, a partir de dados geolinguísticos e com base em pressupostos históricos, esta dissertação caminha pelos veios da Semântica Motivacional, guiada por obras de pesquisadores que tratam do assunto, sobretudo Saussure (1971 [1916]), Ullmann (1964), Guiraud (1976), Alinei (1984) e Contini (2009), buscando colocar à prova a hipótese de que o signo linguístico é motivado no ato da criação. Confere-se, pois, materialidade à pesquisa, haja vista que dados reais colocam problemática e embasamento teórico em contato.

Previamente, todavia, foi realizada uma revisão bibliográfica de trabalhos atinentes à Semântica Motivacional realizados com dados geolinguísticos, essencialmente, por intermédio no Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma ferramenta de consulta que contém informações de teses e dissertações produzidas desde 1987, fornecidas por programas de pós-graduação. Esse relatório do estado da arte é importante para evitar duplicação de pesquisas, reaproveitá-las em diferentes contextos, observar possíveis falhas e lacunas a serem preenchidas, conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características semelhantes e, sobretudo, contribuir efetivamente para a área de conhecimento.

A busca aconteceu em três etapas, por meio dos seguintes termos: (i) *motivação, signo e Geolinguística*; (ii) *Semântica Motivacional e Geolinguística*; (iii) *motivação semântica e Geolinguística*. Nas três tentativas, expressões e vocábulos foram colocados entre aspas, bem como combinados através do sinal “+”, já que a procura sem aspas ou pelas palavras isoladamente resultou em um número exorbitante de trabalhos distantes da perspectiva da Semântica Motivacional aplicada a dados geolinguísticos.

Vale mencionar que, nesse rastreamento, não foram utilizados, propositadamente, filtros relacionados a tipo de trabalho, ano, autor, orientador, banca, área de conhecimento, área de avaliação, área de concentração, instituição, programa e biblioteca, com vistas à obtenção de um número mais abrangente de resultados dentro da concepção desejada.

As três buscas mencionadas indicaram dissertações e teses coincidentes: foram obtidos 85 resultados no total, dos quais foram prontamente excluídos quatro por estarem inseridos nas áreas de conhecimento “Educação” e “Ciências Sociais e Humanidades”, diversas, portanto, da esperada. Sendo assim, foram examinados os 81 estudos restantes – todos inseridos nas áreas de conhecimento “Letras”, “Linguística” ou “Língua Portuguesa” –, a partir de seus títulos, resumos e, quando localizados nos sites de universidades, textos integrais.

Importa ressaltar que, quando o trabalho é anterior à Plataforma Sucupira (ferramenta que disponibiliza, para a comunidade acadêmica, informações sobre a atuação da CAPES no Sistema Nacional de Pós-Graduação), o banco de dados não traz o respectivo resumo, mas somente alguns dados do trabalho: autor, título, data, número de folhas, nível e área do curso, instituição, local e biblioteca depositária.

É necessário dizer também que a ausência de uma parcela dos resumos dos trabalhos resultantes de busca, a obscuridade de alguns apresentados em relação a objetivos, aporte teórico e/ou metodologia, bem como a indisponibilidade dos respectivos trabalhos completos em catálogos virtuais das universidades, dificultaram a pesquisa bibliográfica.

Não obstante, a partir dos dados acessíveis, verificou-se que, dos 81 trabalhos restantes, apenas um prioriza a discussão sobre a motivação do signo utilizando itens lexicais extraídos de atlas linguísticos brasileiros: Doiron (2017). As demais teses e dissertações elencadas ou pertencem a outros campos (Fonética, Morfossintaxe, Análise do Discurso etc.) ou não tratam do português brasileiro ou, ainda, trabalham com dados geolinguísticos sem se concentrar na abordagem semântico-motivacional.

Doiron (2017) produz, em sua tese, o Atlas Linguístico do Estado de Alagoas (ALEAL), que documenta e descreve a realidade linguística dos falantes da zona urbana alagoana, considerando as diferenças diatópicas em seus aspectos fônicos, léxico-semânticos e morfossintáticos, resultando em 88 cartas linguísticas. Por meio do atlas produzido, corrobora a proposição de Nascentes (1953) de que

Alagoas está situado dentro do subfalar nordestino, indicando a predominância, no Estado, das vogais médias pretônicas abertas. A pesquisadora dedica grande parte de seu estudo à investigação sobre a motivação do signo, analisando designações registradas no ALEAL que recobrem três campos semânticos: *fauna silvestre; fenômenos climáticos e atmosféricos; plantas e produtos que dela derivam*. Para essa reflexão, contrasta as variantes selecionadas com denominações para os mesmos referentes encontradas em outros atlas regionais brasileiros. Por fim, assentada no trabalho realizado, defende que a criação lexical é motivada na origem.

Também apontados no levantamento realizado, trabalhos que oferecem subsídios para este estudo são: Aguilera (1987), Rodrigues (2007) e Romano (2012). Embora não tenham a pretensão de se aprofundar pelas veredas da Semântica Motivacional, esses estudos trazem anotações relevantes para o debate ora promovido. Já a tese de Aguilera (1990), igualmente resultante da busca, por ser fonte do *corpus* da presente dissertação, será tratado em um tópico à parte.

No que concerne à citada tese de Rodrigues (2007), apesar de não ter entre seus pontos centrais a questão da motivação ou arbitrariedade do signo, toca brevemente em alguns pontos que interessam a esta dissertação, sobretudo quando trata da dicionarização de formas linguísticas registradas no ALPR. Todavia, os objetivos que a pesquisadora elenca como norteadores de seu trabalho distanciam-no do objeto da presente dissertação, pois aquela tese visava à: (i) contribuir para o conhecimento da configuração do léxico rural do português do Paraná e do Brasil; reunir vocabulários paranaenses inscritos em pesquisas científicas; (ii) procurar uma explicação para a dispersão vocabular de variantes léxicas selecionadas a partir da cartografia do ALPR e com base em dados linguísticos e históricos; (iii) verificar se o Paraná possui uma linguagem de transição, ligando-se ora ao sul, ora ao sudeste ou ao nordeste do Brasil.

Além da procura por dissertações e teses com o auxílio da ferramenta da CAPES, foi feita uma busca, por meio da internet e durante as orientações do mestrado, por artigos científicos sobre a motivação semântica com *corpus* geolinguístico. As pesquisas dessa natureza encontradas são: Aguilera (1998), Aguilera (2010), Aguilera e Romano (2011), Aguilera e Doiron (2013), Doiron (2016) e Aguilera (2016).

Em relação a trabalhos cujo *corpus* é formado por dados do ALPR, mas que não tratam especificamente da motivação do signo, citam-se os seguintes: Aguilera (2004), Souza (2005), Navarro (2005), Santos (2006) e Isquierdo (2012).

Isso posto, nota-se que o ALPR possibilita, ainda, uma infinidade de estudos a partir de seus dados. Nota-se também que pesquisadores dedicados ao estudo da Semântica Motivacional aplicada a *corpora* geolinguísticos são escassos, além do que há uma grande quantidade de formas linguísticas registradas em atlas brasileiros a serem exploradas sob essa perspectiva. Sendo assim, fica evidente a relevância da presente dissertação.

Além da originalidade, a escolha do *corpus* atende ao desejo de contribuir para o conhecimento da língua portuguesa do Brasil, sobretudo da variedade rural, e, assim, difundir uma pluralidade de formas ligadas à socio-história do Paraná e de seus habitantes.

Tendo em vista a limitação física característica de um trabalho de mestrado, foi preciso fazer um recorte nos dados do ALPR a serem analisados. A seleção dos itens lexicais *cogumelo* e *alpargata*, bem como suas respectivas variantes documentadas nesse atlas, buscou contemplar seus dois campos semânticos – *terra* e *homem* –, além de possibilitar o estudo de designações atribuídas a referentes com características bastantes peculiares e curiosas, que aguçam o imaginário do ser humano e de que decorrem um largo espectro de criação popular.

Este estudo, pois, tem como objetivo geral investigar, a partir de denominações atribuídas pelos paranaenses para *cogumelo* e *alpargata*, se os signos linguísticos são motivados. No que diz respeito aos objetivos específicos, enumera-se: (i) descrever, sob o ponto de vista geolinguístico, as designações para o item *cogumelo* e *alpargata* presentes nas Cartas 38, 39, 40, 41 e 80 do ALPR; (ii) verificar a dicionarização dessas variantes; (iii) averiguar se tais formas são motivadas no ato da denominação do referente, à luz dos aspectos culturais inerentes à comunidade investigada.

Para tanto, em um primeiro momento, esta dissertação apresenta seu *aporte teórico*: traça uma síntese sobre a Geolinguística no Brasil, passa pelas teorias que fundamentam a motivação semântica e faz apontamentos concernentes à cultura e seus reflexos na linguagem. Em seguida, o presente estudo segue para o capítulo *fonte e percurso metodológico*, dedicado ao ALPR – fonte dos dados a

serem analisados –, passando por sua metodologia, objetivos, rede de pontos, perfil dos informantes, instrumento de pesquisa, classificação; bem como especifica seu *corpus* e elenca os procedimentos adotados para organizar e examinar os dados. Após, o foco assenta-se na *descrição e análise* das variantes para *cogumelo* e *alpargata* registradas no ALPR, sob o ponto de vista da Geolinguística, da Lexicografia e da Semântica Motivacional, culminando na verificação da motivação dessas denominações. Por fim, seguem as *considerações finais* e as *referências*.

2 APORTE TEÓRICO

Este capítulo inicia-se pela seção sobre a Geolinguística no Brasil, construída com base nas lições de Cardoso (2010) e nos diagnósticos de Romano (2013; 2014).

Na sequência, são apresentados conceitos fundamentais da Semântica Motivacional, extraídos, principalmente, dos estudos de Saussure (1971[1916]), Ullmann (1964), Guiraud (1976), Alinei (1984) e Contini (2009).

Por fim, partindo do conceito de Cultura estabelecido por Tylor (1871), busca-se reforçar a ideia de linguagem como reflexo da cultura de uma sociedade, com fundamento em Silva Neto (1952; 1957; 1960), Câmara Júnior (1965), Sapir (1969), Coseriu (1981), Casado Velarde (1988) e outros.

2.1 GEOLINGUÍSTICA NO BRASIL

Muito tempo antes da instituição da Linguística como ciência e do desenvolvimento da Sociolinguística, já se reconhecia a heterogeneidade da linguagem e a variação linguística. A partir do final do século XIX, trabalhos de natureza dialetal e geolinguística registravam as diferentes formas de falar, considerando sobretudo aspectos regionais.

Os primeiros estudos dialetais foram realizados a partir da seleção de uma localidade e da recolha de dados junto aos falantes, priorizando os sons, a gramática e, em menor escala, a sintaxe e o vocabulário. O material recolhido era comparado com o de outros dialetos por meio do auxílio de glossários e das tradicionais gramáticas.

Foi se tornando necessário, no entanto, um método mais prático e rápido para fazer tal estudo comparativo. O registro dos dados passou, então, a ser realizado em mapas com um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) verificadas por uma pesquisa direta e unitária em uma rede de pontos de determinado território (COSERIU, 1991, p. 104). O conjunto desses mapas constitui o atlas linguístico.

Não obstante os primeiros atlas linguísticos não terem surgido na França, o berço da chamada Geografia Linguística é reivindicado por esse país devido ao bem-sucedido “Atlas Linguistique de la France” (1909), de autoria de Jules Gilliéron

e Edmont Edmond. Como obra continuadora, Gilliéron e Edmond elaboraram o “Atlas Linguistique de la Corse” entre 1914 e 1915, considerado muito mais rico devido à pequena extensão territorial e a experiência adquirida no trabalho anterior.

Essa área de estudos aos poucos foi conquistando novos adeptos, novos territórios e novas dimensões, culminando numa série de trabalhos de pequeno, médio e de grande porte. A partir dos anos 1960, os estudos geolinguísticos tomaram um novo rumo, pois passaram a inserir alguns pressupostos metodológicos da Sociolinguística, agregando, à variável diatópica, variáveis sociais. Nessas pesquisas, foram incluídos, ainda, diferentes níveis de interlocução, como discursos livres com temas para serem desenvolvidos pelos informantes, bem como textos de leitura, buscando, dessa forma, a variação diafásica.

Tradicionalmente, a Geografia Linguística tem sido compreendida como um método da Dialetoлогия, definida por Câmara Júnior (1975, p. 115), como o “estudo do arrolamento, sistematização e interpretação dos traços linguísticos dos dialetos”. Para esse autor, a Geografia Linguística consiste na elaboração de mapas da distribuição geográfica de cada traço linguístico dialetal. Montes Giraldo (1987), no mesmo sentido, preconiza que os métodos principais para o estudo das diversas variantes de uma língua são: (i) vocabulários e glossários; (ii) monografias e (iii) atlas linguísticos. Em outras palavras, considera a Geografia Linguística um dos métodos dialetológicos.

Em contrapartida, Romano (2014, p. 149) apresenta uma visão mais moderna sobre o assunto, à qual se filia o presente estudo. Para esse pesquisador, o fazer geolinguístico, sobretudo a partir da década de 1990, “deixou de ser apenas um passo metodológico, uma vez que a representação da variação linguística em mapas tem exigido dos pesquisadores mais do que a técnica de cartografia”.

Tal perspectiva apoia-se em Chambers e Trudgill (1994, p. 45), que reconhecem que a Geografia Linguística possui métodos próprios além da cartografiação de dados, bem como em Brandão (1991), Ferreira e Cardoso (1994) e Cardoso (2010), que prescrevem requisitos específicos para a realização desse tipo de pesquisa, tais como preparo adequado do pesquisador para os inquéritos linguísticos e capacidade intelectual para a exegese dos dados recolhidos.

No que concerne ao conjunto de métodos próprios da Geolinguística, Romano (2014), apresenta uma compilação, elencando vários procedimentos:

(i) elaboração de questionários com base nos objetivos da pesquisa; (ii) seleção dos informantes considerando variáveis envolvidas a partir do objetivo da pesquisa; (iii) treinamento do pesquisador de campo em trabalhos desta natureza; (iv) aplicação padronizada dos instrumentos de coleta de dados; (v) transcrição e revisão de dados geolinguísticos; (vi) elaboração de bancos de dados geolinguísticos para tratamento quantitativo e/ou cartográfico; (vii) exegese dos dados levantados para posterior cartografia; (viii) elaboração de cartas linguísticas, seja com softwares computacionais atrelados a banco de dados ou com ferramentas de edição de imagem; (ix) interpretação e tratamento dos dados cartografados; (x) tratamento dialectométrico para verificar a difusão areal de formas e expressões linguísticas (ROMANO, 2014, p. 150).

Diante disso, bem como do profícuo desenvolvimento de trabalhos geolinguísticos e da bibliografia disponível, resta evidente a existência de uma metodologia já sedimentada e própria para a elaboração de atlas linguísticos. Assim sendo, compreende-se, em consonância com Romano (2014), a Geolinguística como um ramo dos estudos dialetais, uma subdisciplina subordinada à Dialetologia.

Em relação aos trabalhos geolinguísticos realizados no Brasil, estão situados, na divisão dos estudos dialetais brasileiros proposta por Mota e Cardoso (2006), a partir da terceira fase, iniciada em 1963 com a publicação do primeiro atlas linguístico estadual brasileiro – “Atlas Prévio dos Falares Baianos” (ROSSI *et al.*, 1963). Estudos dessa natureza continuaram sendo realizados na fase seguinte, marcada pelo início do projeto “Atlas Linguístico do Brasil”, em 1996, até os dias de hoje. Observando diferenças entre os trabalhos geolinguísticos de ambas as fases da mencionada divisão, Romano (2013) recomenda a segmentação dos estudos geolinguísticos em dois momentos.

O primeiro momento tem como marco inicial a publicação do primeiro atlas linguístico estadual, o “Atlas Prévio dos Falares Baianos”, de Rossi *et al.*, em 1963, e se estende até o início das atividades do projeto “Atlas Linguístico do Brasil” (ALiB), em 1996. Os atlas linguísticos desenvolvidos ou projetados nesse período seguem pressupostos metodológicos anteriores aos do ALiB, portanto variam quanto à metodologia, ora priorizando a diatopia – “Atlas Prévio dos Falares Baianos” (ROSSI *et al.*, 1963), “Esboço de um Atlas linguístico de Minas Gerais” (RIBEIRO *et al.*, 1977), “Atlas Linguístico da Paraíba” (ARAGÃO; BEZERRA DE MENEZES, 1984), “Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul” (ALTENHOFEN; KLASSMAN, 2011) –, ora incluindo outras dimensões da variação, como a diassexual – “Atlas

Linguístico de Sergipe” (FERREIRA *et al.*, 1987), “Atlas Linguístico do Paraná” (AGUILERA, 1994) e “Atlas Linguístico do Paraná II” (ALTINO, 2007). Todos esses trabalhos são pioneiros no campo da Geolinguística brasileira e revelam o amadurecimento de uma mentalidade dialetológica anteriormente preconizada por Silva Neto (1957). Alguns desses atlas foram divulgados após 1996, porém pertencem ao primeiro momento devido às suas particularidades metodológicas.

O segundo momento da Geolinguística brasileira, que segue até os dias atuais, inicia-se em novembro de 1996, por ocasião do seminário “Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil”, ocorrido em Salvador-BA, quando dialetólogos de todo o país, assessorados pelo pesquisador francês Michel Contini da Universidade de Grenoble, reuniram-se e assumiram o desafio de elaborar um atlas nacional, com metodologia única.

O referido projeto interinstitucional, sediado na Universidade Federal da Bahia, então presidido por Suzana Alice Marcelino Cardoso e coordenado por um Comitê Nacional, envolve quinze instituições universitárias de todo o Brasil, com o objetivo principal de descrever a variante brasileira da língua portuguesa nos níveis fonético-fonológico, semântico-lexical, morfossintático e pragmático-discursivo, sob a perspectiva da Dialetologia pluridimensional (THUN, 1998).

As equipes do projeto, a partir do ano de 2001, aplicaram questionários a informantes de duas faixas etárias (18-30 e 50-65 anos), de ambos os sexos, em todo o território nacional. Em cada localidade do interior, entrevistaram quatro informantes de nível fundamental; nas capitais, somaram-se ainda quatro informantes de nível superior. No total, o *corpus* do projeto consta de um volume de gravações que revela características da língua falada por 1100 brasileiros selecionados em 250 localidades.

Os trabalhos realizados nesse segundo momento da Geolinguística no país – como o “Atlas Linguístico Sonoro do Estado do Pará” (RAZKY, 2004), o “Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul” (OLIVEIRA, 2007) e o “Atlas Linguístico do Amazonas” (CRUZ, 2004) – foram influenciados pelos pressupostos metodológicos do ALiB, agregando, à dimensão diatópica (geográfica), outras dimensões da variação, como a diassexual (sexo), diageracional (idade), diafásica (estilo). Outro traço marcante desse segundo momento é o incremento prodigioso da elaboração de atlas linguísticos de pequeno domínio, associados a projetos incentivados pelos diretores científicos do ALiB.

No tocante ao Estado do Paraná, em específico, as pesquisas de natureza geolinguística foram inauguradas por Vanderci de Andrade Aguilera, em 1980, com sua dissertação de mestrado, cujo produto final foi um atlas municipal que descreve o falar de Londrina: “Aspectos linguísticos da fala londrinense: esboço de um Atlas Linguístico de Londrina (EALLO)”, publicado em 1987. Também é de autoria dessa pesquisadora o “Atlas Linguístico de Ortigueira” (1992), ainda inédito, assim como o primeiro atlas que recobriu todas as regiões do Paraná: a tese de doutorado defendida em 1990 e publicada em 1994 sob o título “Atlas Linguístico do Paraná”.

A partir de então, inaugura-se, na Universidade Estadual de Londrina, uma nova fase em termos de pesquisa geolinguística, uma vez que novas trilhas começam a ser traçadas pelas mãos da própria dialetóloga ou sob sua orientação em nível de pós-graduação. Em relação aos atlas de maior ou menor domínio concluídos nesses últimos anos como resultado de dissertações e teses, pode-se destacar: Lino (2000), Altino (2001), Souza (2005), Altino (2007), Busse (2010) e Romano (2012).

2.2 SEMÂNTICA MOTIVACIONAL

A Semântica Motivacional reporta à Antiguidade Clássica: Platão (1988 [427-347 a.C.]) já se ocupava de discutir duas escolas rivais de pensamento: a dos naturalistas, cuja crença se pautava na conexão intrínseca entre o som e o sentido, e a dos convencionalistas, que sustentavam a conexão puramente arbitrária. A seguir, trechos do diálogo de Platão que contrapõe as posições de Crátilo e Hermógenes e é mediado por Sócrates, a respeito da nomeação das coisas:

Hermógenes – Sócrates, o nosso Crátilo sustenta que cada coisa tem por natureza um nome apropriado e que não se trata de denominação que alguns homens convencionaram dar-lhes, com designá-las por determinadas vozes de sua língua, mas que, por natureza, têm sentido certo, sempre o mesmo. [...] se tiveres meio de interpretar o oráculo de Crátilo, gostosamente te ouvirei. Porém com maior prazer, ainda, ficarei sabendo o que pensas a respeito da exata aplicação dos nomes, se isso for do teu agrado.

Sócrates – Hermógenes, filho de Hipónico, diz antigo provérbio que as coisas belas são difíceis de aprender: o conhecimento dos nomes não é negócio de importância somenos. [...]

Hermógenes – Por minha parte, Sócrates, já conversei várias vezes a esse respeito tanto com [Crátilo] como com outras pessoas, sem que chegasse a convencer-me de que a justeza dos nomes se baseia em outra coisa que não seja convenção e acordo. Para mim, seja qual for o nome que se dê a uma determinada coisa, esse é o seu nome certo; e mais: se substituirmos esse nome por outro, vindo a cair em desuso o primitivo, o novo nome não é menos certo do que o primeiro. Assim, costumamos mudar o nome de nossos escravos, e a nova designação não é menos acertada do que a primitiva. Nenhum nome é dado por natureza a qualquer coisa, mas pela lei e o costume dos que se habituaram a chamá-la dessa maneira. Se estou enganado, declaro-me disposto a instruir-me e a ouvir a esse respeito não somente Crátilo como qualquer outra pessoa. [...]

Sócrates – Se eu dou nome a uma coisa qualquer, digamos, se ao que hoje chamamos homem, eu der nome de cavalo, a mesma coisa passará a ser a ser denominada homem por todos, e cavalo por mim particularmente, e, na outra hipótese, homem apenas para mim, e cavalo para todos os outros? Foi isso o que disseste?

Hermógenes – Sim; é assim que penso. [...]

Sócrates – E quantos nomes alguém disser que tem determinado objeto, tantos ele terá e por todo o tempo que o disserem?

Hermógenes – Eu, pelo menos, Sócrates, não conheço outra maneira de denominar com acerto as coisas, a não ser a seguinte: posso designar qualquer coisa pelo nome que me aprover dar-lhes, e tu, por outro nome que lhe atribuíres. [...]

Sócrates – Não admitirás [...] que todas as coisas são semelhantes simultaneamente e sempre para todo o mundo. [...]

Hermógenes – É certo o que dizes.

Sócrates – Ora, se as coisas não são semelhantes ao mesmo tempo, e sempre, para todo o mundo, nem relativas a cada pessoa em particular, é claro que devem ser em si mesmas de essência permanente; não estão em relação conosco, nem na nossa dependência, nem podem ser deslocadas em todos os sentidos por nossa fantasia, porém existem por si mesmas, de acordo com sua essência natural.

Hermógenes – Parece-me que é assim mesmo, Sócrates.

Sócrates – Mas, poderão ser as coisas conformadas desse modo, e suas ações de modo diferente? As ações não serão, de igual modo, uma maneira de ser?

Hermógenes – Sem dúvida; elas também o são.

Sócrates – Logo, as ações se realizam segundo sua própria natureza, não conforme a opinião que dela fizermos. Por exemplo: se quisermos cortar alguma coisa, poderemos fazê-lo como bem entendermos ou com o que for do nosso agrado? Não será cortando cada objeto como quer a natureza que ele seja cortado e com o instrumento apropriado para cortar, que o cortaremos certo e realizaremos corretamente a operação, e se quisermos proceder contra a natureza, falharemos de todo e nada conseguiremos?

Hermógenes – É também o que eu penso. [...]

Sócrates – E dar nome às coisas, não é uma parte do ato de falar? Quando se denomina alguma coisa, fala-se, não é verdade?

Hermógenes – Perfeitamente.

Sócrates – Logo, nomear também é ação, uma vez que falar é uma espécie de ação, com relação a certas coisas.

Hermógenes – É isso mesmo.

Sócrates – Ora, as ações, como já vimos, não são relativas a nós, mas tem cada uma sua própria natureza.

Hermógenes – É isso mesmo.

Sócrates – Assim sendo, convirá nomear as coisas pelo modo natural de nomeá-las e serem nomeadas, e pelo meio adequado, não como imaginamos que devemos fazê-lo, caso queiramos ficar coerentes com o que assentamos antes. Só por esse modo conseguiremos, de fato, dar nome às coisas; do contrário, será impossível.

Hermógenes – É também o que penso. [...]

Sócrates – E não saberás também dizer quem nos transmitiu os nomes de que nos servimos?

Hermógenes – Também não.

Sócrates – Não te parece, ao menos, que foi a lei que no-los transmitiu?

Hermógenes – É possível que sim.

Sócrates – Logo, o professor, quando emprega nomes, usa o trabalho do legislador?

Hermógenes – Parece-me que sim.

Sócrates – E és de opinião que todo o mundo pode ser legislador, ou apenas quem possui essa arte?

Hermógenes – Quem possuir essa arte.

Sócrates – Por conseguinte, Hermógenes, nem todos os homens têm capacidade para impor nomes, mas apenas o fazedor de nomes, e esse, ao que tudo indica, é o legislador, de todos os artistas o mais raro.

Hermógenes – É o que parece, de fato. [...]

Sócrates – Para que olha o carpinteiro, quando fabrica uma lançadeira? Não será para algo naturalmente adequado para tecer?

Hermógenes – Perfeitamente. [...]

Sócrates – O mesmo acontece com todos os outros instrumentos. Depois de descobrir o instrumento naturalmente indicado para determinado trabalho, é preciso que o artífice o fabrique com o material de que dispõe e não de acordo com sua fantasia, mas segundo os imperativos da natureza. [...]

Sócrates – Logo, meu excelente amigo, o nosso legislador deverá saber formas com os sons e as sílabas o nome por natureza apropriado para cada objeto, compondo todos os nomes e aplicando-os com os olhos sempre fixos no que é o nome em si, caso queira ser tido na conta de verdadeiro criador de nomes. O fato de não empregarem os legisladores as mesmas sílabas, não nos deve induzir a erro. Os ferreiros, também, não trabalham com o mesmo ferro, embora todos eles façam iguais instrumentos para idêntica finalidade. Seja como for, uma vez que lhe imprima a mesma forma, ainda que em ferro diferente, não deixará, por isso, o instrumento de ser bom, quer seja fabricado aqui, quer o seja entre os bárbaros. Não é verdade?

Hermógenes – Exatamente.

Sócrates – Do mesmo modo julgarás o legislador, tanto daqui como dos bárbaros; uma vez que ele reproduz a idéia do nome, a propriedade para cada coisa, pouco importando as sílabas de que se valha, em nada deverá ser considerado inferior, que seja daqui, quer de qualquer outra região.

Hermógenes – Perfeitamente.

Sócrates – E agora, quem é que há de reconhecer se a forma conveniente da lançadeira foi reproduzida nesta ou naquela qualidade de madeira? O carpinteiro que a fabrica, ou o tecelão que dela faz uso?

Hermógenes – De preferência, Sócrates, o que faz uso dela. [...]

Sócrates – E agora, quem será mais capaz de melhor dirigir os trabalhos do legislador e de julgá-los, quer seja ele executado entre nós, quer entre os bárbaros? Não é que dele faz uso?

Hermógenes – Sim. [...]

Sócrates – Assim, o trabalho [...] do legislador, ao que parece, é o de dar nomes, sob a direção do dialético, caso deseje criar [nomes] com acerto.

Hermógenes – É isso mesmo.

Sócrates – Então, Hermógenes, talvez não seja atividade tão despicienda como imaginas, a de instituir nomes, nem é trabalho de gente sem préstimo nem mesmo para todo mundo. Sendo assim, Crátilo tem razão de dizer que os nomes das coisas derivam de sua natureza e que nem todo homem é formador de nomes, mas apenas o que, olhando para o nome que cada coisa tem por natureza, sabe como exprimir com letras e sílabas sua idéia fundamental (PLATÃO, 1988 [427-347 a.C.], p. 102-112).

Infere-se, do fragmento acima, que Crátilo defendia uma associação essencial entre significante e significado, ao passo que Hermógenes afirmava que essa relação se dá por convenção. Sócrates, por sua vez, inclinou-se a reconhecer que a relação entre o significante e o significado é feita por natureza e é superior àquela determinada arbitrariamente.

Tal discussão adentrou pelo passar dos tempos. Saussure (1971 [1916]), cujas elaborações teóricas propiciaram o desenvolvimento da Linguística como ciência autônoma, advogou no sentido de que o signo linguístico é arbitrário, ou seja, que não há nenhuma relação necessária entre o som e o sentido, o que se comprovaria pela diversidade das línguas. Logo, o signo seria convencional, repousando em uma espécie de acordo coletivo entre um grupo de falantes.

No entanto, o próprio Saussure (1971 [1916]), reconheceu o princípio da motivação relativa, nestes termos:

O princípio fundamental da arbitrariedade do signo não impede distinguir, em cada língua, o que é radicalmente arbitrário, vale dizer, imotivado, daquilo que só o é relativamente. Apenas uma parte dos signos é absolutamente arbitrária; em outras, intervém um fenômeno que permite reconhecer graus no arbitrário sem suprimi-lo: o signo pode ser relativamente motivado. [...] a noção do relativamente motivado implica: 1º, a análise do termo dado, portanto uma relação sintagmática; 2º, a evocação de um ou vários termos, portanto uma relação associativa (SAUSSURE, 1971 [1916], p. 152-153).

Ullmann (1964, p. 93), por sua vez, corrobora tal posicionamento, sustentando que “embora muitas palavras sejam inteiramente convencionais, outras são motivadas de várias maneiras”.

Voltado de maneira mais pura à motivação, pois a considera característica essencial do signo, Guiraud (1976) anota que todas as palavras são motivadas no princípio e continuam sendo por algum tempo, até que esse atributo é apagado e o signo passa a ser arbitrário. O mencionado pesquisador sustenta que o criador de uma palavra é livre para escolher entre os diferentes modos de motivação criativa.

Esse estudioso acrescenta, ainda, que a motivação é apagada para não restringir nem alterar o significado da palavra. Assim, a arbitrariedade conferida ao signo em dado momento seria uma condição para seu bom funcionamento, bem como contribuiria para a criação e a evolução espontânea da língua. A motivação, portanto, teria a propensão de se tornar obscurecida e ser eliminada em favor da associação convencional, que é a única que comprova o significado (GUIRAUD, 1976, p. 33).

Alinei (2009, p. 60), por seu turno, pondera que a motivação constituiria um terceiro componente do signo linguístico que se junta aos dois outros componentes saussurianos: o significante e o significado. O pesquisador argumenta que a motivação tem uma função genética e transitória: é um instrumento representativo e comunicativo provisório, graças ao qual o signo arbitrário recém-nascido pode ser adaptado e assimilado por todos. Consequentemente, mesmo se estiver destinada a desaparecer, a motivação pode deixar seus traços na palavra à qual deu vida, como um cordão umbilical cortado que deixa um sinal no corpo humano.

Quanto aos tipos de motivação, Ullmann (1964) estabelece três em sua classificação. Segundo esse estudioso, a motivação pode ser fonética, quando está relacionada com as onomatopeias primárias, nas quais o próprio referente é uma experiência acústica, haja vista que há imitação do som pelo som (*chiar, zumbir, assobiar* etc.), ou secundárias, quando o som não evoca uma experiência acústica, mas um movimento (*titubear, tremar* etc.) ou uma qualidade física ou moral (*redondo, estúpido* etc.) (ULLMANN, 1964, p. 171-175).

Seguindo essa linha, a motivação pode ser morfológica, nos casos em que é revelada pelos morfemas componentes da palavra, dotados de significado

próprio (ULLMANN, 1964, p. 190-191). É o caso, por exemplo, do item lexical *cantor*, constituído pela raiz do verbo *cantar* e pelo sufixo *-or*, que forma substantivos agentes a partir de verbos.

Por fim, essa classificação contempla a motivação semântica, que ocorre devido a um aspecto metafórico, baseado na semelhança entre dois elementos, ou metonímico, relativo a uma conexão externa, material ou conceitual, com o referente ocasionalmente pensado (ULLMANN, 1964, p. 191-192). Exemplo da motivação semântica metafórica é a designação *pé* da mesa para a parte inferior do móvel similar ao órgão humano. Já a motivação semântica metonímica ocorre, por exemplo, quando se diz que a decisão será da *toga*, devido ao fato de tal vestimenta estar associada à pessoa que a utiliza, o juiz.

De modo um pouco diferente, Contini (2009) apresenta seu ponto de vista sobre a tipologia da motivação:

Podemos admitir a existência de três tipos de motivações: onomatopaica, fonossimbólica e icônica. O último, de longe o mais produtivo, define um referente em relação a aspectos salientes: o nome de um animal, por exemplo, pode se referir a uma de suas características físicas, sua atividade, sua relação com o homem ou o mundo cultural dos homens em algum momento de sua história. As formações onomatopaicas podem ser consideradas como criações 'primárias' da mesma categoria: uma ave pode ser designada por produções fônicas que supostamente imitam sua canção. Por outro lado, a motivação fonossimbólica difere das anteriores na medida em que supõe que os sons da linguagem carregam, eles mesmos, informações semânticas ou são capazes de evocar, simbolicamente, realidades extra-acústicas (CONTINI, 2009, p. 77).

De acordo com essa perspectiva, a motivação relacionada à onomatopeia liga certos referentes a determinados sons, que são reproduzidos como chegam aos ouvidos (*au-au* para nomear o cachorro) ou lexicalizados (*bem-te-vi* para denominar uma espécie de ave).

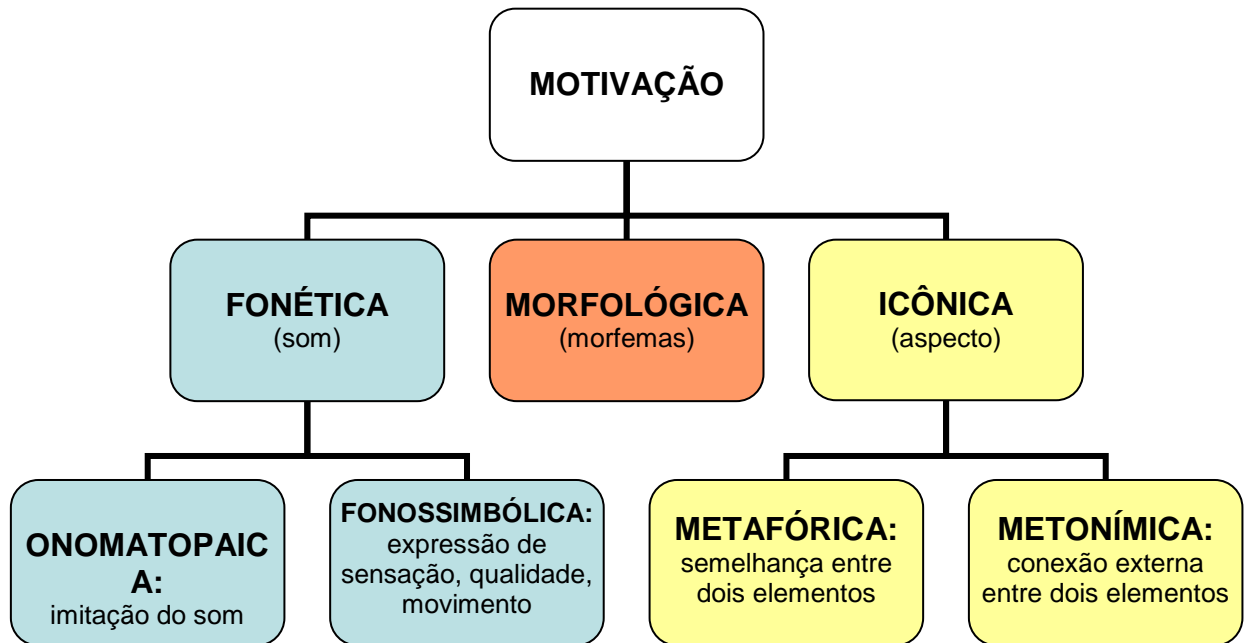
A motivação fonossimbólica, por seu turno, recupera a função semântica dos fonemas, que reproduzem, além de imagem sonoras, movimentos e sensações. Platão (1988 [427-347 a.C.]) já refletia sobre a sonoridade da vogal /i/, para a qual se pode atribuir uma carga semântica com sentido de fino, estridente (*bi-bi* para o som da buzina dos carros). A vogal /u/, por outro lado, estaria ligada à ideia de grande, forte, pesado (*bum* para o estouro de uma bomba). A respeito do assunto,

são oportunas as lições de Bloomfield (1933, p. 245), que defende a existência de um “sistema de morfemas formadores de raízes iniciais e finais de significação vaga”, com os quais está associada a “conotação intensa e simbólica” de alguns termos. Dessa maneira, alguns sons poderiam exprimir respiração, movimento, luz, ruído intenso etc.

Em relação à motivação icônica, vale referir que tal variedade pode reportar a aspecto (*maria-mole* para o doce de consistência macia), cor (*caatinga* – do tupi *ka'a*, mato, e *tinga*, branco, claro – para designar área de clima árido que apresenta vegetação pouco densa), comportamento (*rola-bosta* para uma espécie de besouro que se alimenta de esterco), local onde é encontrado (*queijo suíço* para o queijo amarelo repleto de buracos originalmente produzido na Suíça), entre outros. O vocábulo que advém desse tipo de motivação, em especial, pode se tornar opaco quando as razões que o originaram tornam-se obscuras. Contudo, segundo Dalbera (2006), a movimentação natural da língua possibilita que a criação lexical passe, novamente, pelo processo de remotivação, em um fluxo ininterrupto.

Levando-se em conta as tipologias concebidas por Ullmann (1964) e Contini (2009) e buscando utilizar uma nomenclatura que contemple objetivamente os ensinamentos apreendidos, este estudo convencionou uma classificação para a motivação, sistematizada na Figura 1.

Figura 1 – Classificação da motivação.



Fonte: Ullmann (1964) e Contini (2009) (elaborado pela autora).

Finalmente, importa ressaltar que as diversas designações do mesmo referente mantêm, entre si, uma relação sincrônica e, ao mesmo tempo, diacrônica. A motivação, nesse sentido, seria um elo entre a cultura e a linguagem; e o signo linguístico, um atestado dessa relação (ALINEI, 1984).

2.3 CULTURA, LÍNGUA E LÉXICO

A partir de Tylor (1871), a concepção de cultura, antes focada nas descontinuidades sociais e nacionais da Europa, sofreu uma transformação. Na visão do antropólogo:

Cultura ou civilização... é este todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, leis, moral, costumes, e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade (TYLOR, 1871, p. 1).

Vale mencionar que, na Alemanha, esse conceito mais abrangente foi precedido pela vigência de uma dualidade: a noção de civilização, centrada no progresso e nas realizações materiais, e a ideia de cultura, voltada para a tradição e para os aspectos espirituais de uma comunidade. A noção de civilização até hoje

permanece cingida pelo sentimento de satisfação do Ocidente, enquanto a cultura foi assumida pela Antropologia em um discurso de alteridade (VELHO; CASTRO, 1978, p. 1).

Por muito tempo, a teoria darwinista foi um dos principais instrumentos da legitimação da crença na unidade fundamental do gênero humano, ou seja, do monogenismo da espécie, sonhando a especificidade das culturas não-ocidentais. Contudo, essa perspectiva não explicava a notória existência de grande diversidade de modos de vida existente entre os povos. Em um primeiro momento, a Antropologia se esforçou para minimizar as diferenças culturais, sob o argumento de que tais variedades não passavam de etapas distintas de um só processo cultural evolutivo, liderado pela cultura ocidental. Somente mais tarde, a pesquisa etnográfica detalhada contribuiu para que se declarasse a falência das interpretações das culturas humanas como variantes de um mesmo movimento universal. Ergueu-se, então, a cultura como instância propriamente humanizadora, dotada de racionalidade em qualquer de suas formas ou locais de manifestação (VELHO; CASTRO, 1978, p. 3-4).

Especificamente em relação à chamada cultura popular, Chartier (1995, p. 179-180) defende ser possível reduzi-la a dois grandes modelos de descrição e interpretação: (i) a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo, que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia e irreduzível à da cultura letrada; (ii) a cultura popular em suas dependências e carências em relação à cultura dos dominantes, em razão das relações de dominação que organizam o mundo social.

Dessa forma, tem-se, de um lado, uma cultura popular como um mundo à parte, encerrado em si mesmo, e, de outro, uma cultura popular inteiramente definida pela sua distância da legitimidade cultural da qual ela é privada. Como, então, articular (e não só utilizar de forma alternada) esses dois padrões?

A resposta não é fácil e hesita entre duas alternativas: operar uma triagem entre as práticas mais submetidas à dominação e aquelas que usam de astúcia com ela ou a ignoram; ou, então, considerar que cada prática ou discurso "popular" pode ser objeto de duas análises que mostrem, alternadamente, sua autonomia e sua heteronomia. O caminho é estreito, difícil, instável, mas acredito que seja, hoje em dia, o único possível (CHARTIER, 1995, p. 190).

Ainda sobre a cultura popular, na visão de Abreu (2003, p. 12), há uma posição clara, teórica e política ao se defender a utilização dessa expressão, com o intuito de colocar no centro da investigação as pessoas de baixa renda, geralmente identificadas e discriminadas socialmente pela cor da pele, pelo local de moradia, pelo modo de ser e vestir. Essas pessoas somente podem ser tratadas genericamente como populares por, no sentido político, serem desprovidas de poder. Por outro lado, suas particularidades, tais como condições de vida, significados de festas e danças, gostos, devem ser demonstradas e consideradas. Em outras palavras, reforça-se a necessidade de considerar as práticas populares em sua autonomia e heteronomia, como já defendia Chartier (1995).

No que concerne a essa autonomia, há que se ressaltar que os homens e mulheres das camadas mais pobres, como agentes de sua própria história, têm o poder de partilhar, apropriar-se e redefinir os significados de valores, hábitos, atitudes de qualquer origem. Tendo isso em vista, a cultura popular pode ser compreendida nestes termos:

Cultura popular não é um conjunto fixo de práticas, objetos ou textos, nem um conceito definido aplicável a qualquer período histórico. Cultura popular não se conceitua, enfrenta-se. É algo que precisa sempre ser contextualizado e pensado a partir de alguma experiência social e cultural, seja no passado ou no presente [...]. O conceito só emerge na busca do como as pessoas comuns, as camadas pobres ou os populares (ou pelo menos o que se considerou como tal) enfrentam (ou enfrentaram) as novas modernidades (nem sempre tão novas assim); de como criam (ou recriaram), vivem (ou viveram), denominam (ou denominaram), expressam (ou expressaram), conferem significados (ou conferiram) a seus valores, suas festas, religião e tradições, considerando sempre a relação complexa, dinâmica, criativa, conflituosa e, por isso mesmo, política mantida com os diferentes segmentos da sociedade (ABREU, 2003, p. 13).

Representante da Linguística no Brasil, Silva Neto (1952, p. 223), compreende a palavra cultura como “o conjunto de ideias, conhecimentos, técnicas e artefactos, padrões de comportamento e atitudes que caracteriza um grupo humano”, o que abrange, desde as manifestações transmitidas apenas oralmente, até as mais altas criações do gênio humano (SILVA NETO, 1960, p. 47).

Silva Neto (1952, p. 224) também se propõe a definir civilização, fazendo clara oposição ao conceito de cultura: “à cultura, que tem um sabor particularista e

regional, contrapõe-se a civilização, que é universalista e urbana”. O linguista apresenta, em paralelo, ambos os conceitos, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Oposição entre cultura e civilização.

Cultura	Civilização
Rural	Urbana
Isolada	Em contato com o mundo
Provinciana	Cosmopolita
Fixa	Móvel
Pré-letrada	Letrada
Costumes uniformes e cristalizados transmitidos oralmente	Novos problemas para os quais não há solução nos costumes anteriores
Máximo de estabilidade social	Mínimo de estabilidade social
Mínimo de mudança	Máximo de mudança
Falares	Língua comum

Fonte: Silva Neto (1952, p. 225).

Apesar de situar a cultura em um estágio evolutivo anterior ao da civilização, o autor vislumbra um ponto comum entre ambas: a língua. É o que explica a seguir:

É nos termos desses contrastes que falamos em cultura e civilização portuguesa, conceitos que, aliás, de certa maneira se interpenetram. É que apresentam uma característica comum: a língua, único instrumento capaz de estabelecer, solidamente, comunicação entre os membros de um grupo. Só a língua, falada no caso da cultura, escrita e falada no caso da civilização, torna possível a experiência dos mais velhos (SILVA NETO, 1952, p. 225).

Silva Neto (1957) também reconhece que não só aqueles que dominam a escrita, mas também o povo é capaz de manifestar e eternizar suas emoções, como legítimo criador da língua:

E como o homem não é só matéria, mas também espírito, há de concordar [...] que [a] história da língua é a história das almas. Almas obscuras e desconhecidas, almas anônimas do povo, o grande artista ignorado, o criador máximo das belezas da língua. Almas luminosas e encantadas de escritores, que se eternizam no mármore da expressão, aí gravando as suas emoções, a sua poderosa riqueza verbal (SILVA NETO, 1957, p. 48).

Nesse sentido, o mestre supremo de uma língua seria aquele que melhor expressa o espírito do próprio povo que fala essa língua. Por meio desse poder criador, o homem manifesta sua capacidade de ordenar o mundo, de categorizá-lo, tendo como instrumentos os signos. Desse modo, a linguagem não é uma nomenclatura que se aplica a uma realidade pré-ordenada, mas um modo de ver e interpretar o mundo.

Fiorin (2010), por sua vez, exemplifica: sabe-se que, do ponto de vista científico, não existe pôr-do-sol, uma vez que é a Terra que gira em torno do Sol, todavia esse conceito determina uma realidade que encanta a todos. Segundo essa ótica, uma nova realidade exige novas palavras, mas é sua denominação que lhe confere existência. Por isso, estudar a linguagem possibilita a compreensão do homem em seu percurso sobre a Terra.

De acordo com Sapir (1969), a língua sofre influências do ambiente físico desde que, sobre este, tenha atuado a coletividade, de tal forma que o ambiente ganhe relevância suficiente para interferir no sistema linguístico. Em outras palavras, é preciso que a sociedade tenha interesse por determinada coisa para que ela seja inserida em seu repertório linguístico.

Por conseguinte, não se pode considerar um elemento, ainda que de natureza muito simples, como pertencente à cultura unicamente devido à influência do ambiente. As forças inerentes à sociedade, que interferem nas influências puramente ambientais, devem ter sua relevância reconhecida, já que cada indivíduo se acha colocado em meio de um conjunto de fatores sociais aos quais ele reage (SAPIR, 1969, p. 44).

Assim sendo, o ambiente a que Sapir faz referência é aquele composto por fatores físicos, exclusivamente ambientais, e por fatores sociais, constituídos pelas “[...] várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo” (SAPIR, 1969, p. 44), como a religião, a ética, a política e a arte.

Buscando refletir sobre como o poder criador da linguagem se manifesta nesse ambiente, válidos são os preceitos da Etnolinguística, disciplina que estuda “as relações entre língua, cultura e sociedade, focalizando especialmente as questões do relacionamento entre língua e visão de mundo, e entre estruturas linguísticas e estruturas sociais” (HOUAISS, 2009). Para definir melhor Etnolinguística, parte-se do conceito cultura formulado por Goodenough e trabalhado por Moreno-Fernández (1998) nos seguintes termos:

Cultura é tudo aquilo que uma pessoa deve saber ou crer para desenvolver-se de forma adequada entre os membros de um grupo humano concreto e para cumprir uma função aceita por todos eles. Este conhecimento se adquire e se aprende em um processo de socialização (MORENO-FERNÁNDEZ, 1998, p. 195) (tradução nossa).

Dessa maneira, pode-se entender Etnolinguística como:

[...] estudo da civilização e da cultura refletidas nas línguas, quer dizer, fundamentalmente na organização da cultura material e intelectual (concepções, ideologias) manifestada no léxico (incluindo também o “saber” relativo às relações sociais e à linguagem como parte da realidade cultural organizada nas línguas mesmas) (COSERIU, 1981, p. 34).

A pesquisa etnolinguística, pois, está associada ao estudo da relação entre língua, organização social e visão do mundo, ou seja, ao estudo de língua, cultura e pensamento (MORENO-FERNÁNDEZ, 1998, p. 195). A Etnolinguística considera que a linguagem, como atividade livre do homem e também como produto dessa atividade, é um ato criador, que se funda em um saber (CASADO VELARDE, 1988, p. 27). Câmara Júnior (1965) já destacava a importância de pesquisas dessa natureza, focadas na:

[...] investigação dos relacionamentos entre a língua e visão de mundo, a partir do contexto em que a língua é produzida, analisando a sua adaptação a este contexto e seu poder de expressão. Através dela, é possível perceber de que forma a visão de mundo de um grupo está relacionada às suas experiências, bem como se verifica a influência da cultura no léxico e na gramática de uma língua, de acordo com as atividades, sua estrutura social e o ambiente geográfico (CÂMARA JÚNIOR, 1965, p.18).

A língua pode sofrer influência de uma visão de mundo em seus sistemas fonético, gramatical e, principalmente, lexical. De acordo com Sapir (1969, p. 45) “o léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade”. Corroborando esse pensamento, Biderman (1978) afirma:

O Léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades. Os membros dessa sociedade funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do Léxico da sua língua (BIDERMAN, 1978, p. 139).

Sendo assim, é possível afirmar que o estudo lexical permite o (re)conhecimento das experiências acumuladas de um povo e possibilita o desvendamento da sua cultura. Essa cultura está incutida nos itens lexicais que constituem uma língua e os usuários dessas denominações são os agentes de perpetuação e transmissão desse saber cultural. Logo, o sistema lexical é o primeiro que irá registrar os processos de desenvolvimento social, cultural, econômico e político de uma sociedade, já que a cada conhecimento adquirido é preciso atribuir um nome para que este seja registrado e perpetuado pelas gerações.

É válido ressaltar que um falante nativo não domina todo o léxico da sua língua, afinal esse é um aprendizado constante. Nas palavras de Biderman (2001):

[...] no processo de aquisição da linguagem o Léxico é o domínio cuja aprendizagem nunca cessa, durante a vida toda do indivíduo. A incorporação paulatina do Léxico se processa através de atos sucessivos de cognição da Realidade e de categorização da experiência (BIDERMAN, 2001, p. 181).

Durante esse processo de aquisição, os falantes nativos de uma língua guardam em seu léxico mental os significados das bases lexicais, isto é, das raízes das palavras que compõem os lexemas de seu idioma e, havendo necessidade de ampliar o vocabulário para criar novos conceitos, são capazes de uni-las a outros elementos mórficos, formando novas palavras que podem ser compreendidas, por estarem associadas a conceitos previamente assimilados pelo contato social e pelo

uso da língua. Sob esse prisma de transformação e continuidade, Basílio (2004) expõe que:

O léxico pode ser definido como um sistema dinâmico de produção e armazenagem de formas simbólicas, isto é, formas que evocam significados. Estas formas são usadas na construção de enunciados e podem ser tão elásticas em suas associações semânticas quanto são cambiantes as cores utilizadas numa pintura, as quais podem se transformar, dependendo da estrutura cromática do quadro, do foco e intensidade da luz, da posição do observador (BASÍLIO, 2004, p. 50).

A autora faz alusão ao fato de que o falante consegue lançar mão do seu vocabulário conforme suas necessidades discursivas, podendo transformá-lo. Assim sendo, as palavras são elásticas, pois podem retomar o seu significado de origem ou agregar novos significados. Dessa forma, o falante demonstra sua competência comunicativa e não sobrecarrega sua memória, não precisando criar novas palavras a cada necessidade linguística surgida.

O *corpus* do presente trabalho revela que a vivência e a visão de mundo dos falantes rurais paranaenses dos anos 1980 são diferentes da visão urbana mais recente, o que se nota a partir da variação lexical constatada. Nos dados trabalhados, é possível vislumbrar reflexos do panorama cultural, social e, conseqüentemente, linguístico desses informantes, relativo aos seus costumes, concepções, ideologias, crenças e visão de mundo.

Nesse sentido, como afirma Aguilera (2019), a palavra se configura como um cristal que decompõe a luz, ensejando ao falante e ao ouvinte um modo peculiar de ver e de sentir as coisas do mundo de sua época. As variantes aqui enfocadas, por assim dizer, são representantes de um rico acervo imaterial da cultura do Estado do Paraná, na medida em que imortalizam um saber de seus habitantes.

3 FONTE E PERCURSO METODOLÓGICO

O presente capítulo destina-se a apresentar, primeiramente, o Atlas Linguístico do Paraná, fonte dos dados utilizados neste trabalho, e, na sequência, especificar o recorte selecionado como *corpus*. Em um segundo momento, descreve os procedimentos metodológicos adotados para organização e análise dos dados.

3.1 O ATLAS LINGUÍSTICO DO PARANÁ E A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O ALPR é o quinto atlas linguístico do Brasil e constituiu-se na tese de doutorado defendida em 1990 pela Prof.^a Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera junto à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). A partir dessa tese, foi publicado, em 1994, o atlas propriamente dito, com as cartas linguísticas, e, em 1996, um volume de apresentação com questionário, metodologia, síntese da história do Paraná e dados acerca dos pontos linguísticos pesquisados.

Segundo Aguilera (1996), os atlas regionais brasileiros que antecederam o ALPR – Atlas Prévio dos Falares Baianos, de Rossi *et al* (1963); Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais, de Ribeiro *et al* (1977); Atlas Linguístico da Paraíba, de Aragão e Bezerra de Menezes (1984); e Atlas Linguístico de Sergipe, de Ferreira *et al* (1987) –, bem como o Atlas Linguístico e Etnográfico de Colômbia, de Flórez *et al* (1981-1983), foram suas bases de consulta e apoio.

O referido atlas teve como objetivos: (i) documentar cartograficamente a variação léxica: por meio da distribuição diatópica dos registros, as cartas demonstram a influência que as variáveis extralinguísticas exercem sobre as variantes lexicais, servindo de subsídios para estudos comparativos com os correspondentes dos demais atlas brasileiros; (ii) documentar cartograficamente a variação fonética: as cartas fonéticas elaboradas servem também como elemento de comparação com as de outros atlas brasileiros, especialmente quanto à realização de determinados fonemas, como o /r/ em trava de sílaba interna ou externa, o /r/ vibrante inicial ou intervocálico, o /s/ em trava de sílaba interna ou final, o /e/ e o /o/ átonos finais e a postônica nas palavras proparoxítonas; (iii) delimitar isoglossas: a partir da análise das cartas lexicais e fonéticas foram elaboradas cartas isolexicais e isofônicas para, sinteticamente, retratar a abrangência diatópica das formas mais significativas estudadas, possibilitando a verificação dos pontos de irradiação de

alguns vocábulos e formas fônicas em uso no Paraná e da expansão ou resistência de tais formas linguísticas na linguagem rural, assim como a análise da distribuição diatópica dos tupinismos, dos arcaísmos, dos tabus linguísticos etc.; iv) organizar um glossário: foram registrados os vocábulos das cartas e notas explicativas cuja forma e/ou sentido não pertenciam ao vocabulário ativo de um falante da norma padrão urbana, tomando por base o conhecimento linguístico dos vários componentes da equipe.

Para a consecução do atlas, a mencionada pesquisadora e alguns poucos auxiliares fizeram 87 viagens, percorrendo cerca de 50.000 quilômetros (AGUILERA, 2013), para entrevistar, entre os anos de 1985 e 1989, 130 homens e mulheres paranaenses de origem rural, envolvidos com a agricultura, com pouca ou nenhuma escolaridade e idade entre 27 e 62 anos, nascidos na localidade sob pesquisa ou moradores dali por pelo menos três quartos da sua vida (assim como seus cônjuges e pais). A seleção dos informantes, portanto, atendeu aos preceitos da Dialectologia Tradicional, como preconizavam Silva Neto (1957), Nascentes (1958) e Caruso (1983). A seguir, os Quadros 2 e 3 sintetizam o perfil dos entrevistados.

Quadro 2 – Perfil dos Informantes do ALPR por sexo e faixa etária.

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total	%
27-30	4	2	6	4,6
31-40	25	21	46	35,4
41-50	22	28	50	38,5
51-62	14	14	28	21,5
Total	65	65	130	100

Fonte: Aguilera (2013).

Quadro 3 – Perfil dos Informantes do ALPR por sexo e grau de escolaridade.

Escolaridade	Homens	Mulheres	Total	%
Analfabeto	39	38	77	59,3
Mobral	7	6	13	10
Primário Incompleto	15	21	36	27,7
Primário Completo	4	-	4	3
Total	65	65	130	100

Fonte: Aguilera (2013).

Quanto à faixa etária dos informantes, nota-se que a maior parte deles está concentrada nas duas faixas centrais, ou seja, contam com idade entre 31 e 50 anos, o que demonstra que a linguagem descrita no ALPR é aquela utilizada, mormente, pela camada adulta e produtiva da sociedade. No que diz respeito ao sexo dos entrevistados, fica assinalado o compromisso do ALPR com uma oposição sistemática de homens e mulheres. Importa salientar que este é o segundo atlas de natureza bidimensional (THUN, 2005) publicado no Brasil, pois, além da dimensão diatópica, inclui a dimensão diassexual, como o fizera o “Atlas Linguístico de Sergipe” (FERREIRA *et al*, 1987).

Por seu turno, o baixo ou inexistente nível de escolaridade dos entrevistados combinado com a inserção da maioria dos informantes na agricultura, fazem do ALPR um atlas essencialmente rural. Em outras palavras, pode-se afirmar que o mencionado atlas recebe pouca influência das profissões consideradas urbanas e da linguagem padronizada, característica do meio escolar.

As entrevistas foram gravadas em gravadores portáteis e, na sequência, transcritas de modo grafemático e fonético, propiciando a tabulação dos dados e a elaboração das cartas linguísticas. O atlas é composto de seis cartas introdutórias, com informações sobre a localização do Estado e das microrregiões, os pontos marcados por Antenor Nascentes (1958) e os definidos para o ALPR, a variação populacional de 1960 e a de 1980. Na sequência, são apresentadas 191 cartas linguísticas: 92 cartas lexicais, 70 cartas fonéticas e 29 cartas fonéticas/sintéticas. Como anexos, constam seis cartas com os núcleos do povoamento do Paraná.

O questionário linguístico aplicado, com 325 perguntas, contempla dois campos semânticos – *terra* e *homem* – e teve como base o do Atlas Linguístico do Estado de São Paulo, de Caruso (1983), quanto ao rol de conceitos a serem pesquisados e ao modo de formulação das questões. A maioria das perguntas foi formulada de forma indireta, descrevendo-se o objeto a ser nomeado pelo informante. O Quadro 3 apresenta o número de questões distribuído conforme o campo semântico e a esfera correspondentes.

Quadro 4 – Número de questões do ALPR conforme campo semântico.

Campo Semântico	Esfera Semântica	Número de Questões
I – Terra	a) Natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo	58
	b) Flora, árvores, frutos	29
	c) Plantas medicinais	16
	d) Fauna: aves, pássaros, outros animais	52
II – Homem	a) Partes do corpo, funções, doenças	107
	b) Vestuário e calçados	14
	c) Agricultura, instrumentos agrícolas	29
	d) Brinquedos e jogos infantis	13
	e) Lendas e superstições	7
Total		325

Fonte: Aguilera (1996).

Tais questões integram o instrumento de coleta de dados aplicado a informantes selecionados em 65 localidades do Paraná, definidas a partir da sugestão de Nascentes (1958), que relaciona 24 pontos, sendo estes ampliados para 65 para atender razões de ordem étnica, geográfica e histórica:

[A seleção de Nascentes] fora feita em 1958, em que muitas cidades do oeste e sudoeste estavam nascendo, e por se pretender um estreitamento da malha de pontos a serem investigados para um máximo de 60 km entre um e outro, estendemos para sessenta e cinco o número de localidades, levando-se em conta fatores etno-geo-históricos de cada uma (AGUILERA, 1990, p. 110).

O Quadro 5 apresenta a rede de pontos do ALPR e sua conexão com os pontos indicados por Nascentes (1958).

Quadro 5 – Rede de pontos do ALPR e sua correlação com Nascentes (1958).

Número do ponto	Nome da localidade	Correlação com Nascentes (1958)
1	Diamante do Norte	x
2	Santo Inácio	x
3	Primeiro de Maio	x
4	Bandeirantes	x
5	Cambará	x
6	Jacarezinho	✓
7	Loanda	x
8	Paranavaí	✓
9	Maringá	x
10	Jaguapitã	x
11	Londrina	✓
12	Jataizinho	x
13	Ribeirão do Pinhal	x
14	Querência do Norte	x
15	Cianorte	x
16	Apucarana	✓
17	São Jerônimo da Serra	x
18	Ibaiti	x
19	Siqueira Campos	x
20	São José da Boa Vista	✓
21	Umuarama	x
22	Cruzeiro do Oeste	x
23	Peabiru	x
24	São Pedro do Ivaí	x
25	Ortigueira	x
26	Jaguariaíva	✓
27	Guáira	✓
28	Goioerê	x
29	Campo Mourão	✓
30	Ivaiporã	x
31	Tibagi	✓
32	Marechal Cândido Rondon	x
33	Assis Chateaubriand	x
34	Campina da Lagoa	x
35	Manoel Ribas	x

36	Castro	✓
37	Cerro Azul	✓
38	Adrianópolis	x
39	Cascavel	✓
40	Guaraniaçu	x
41	Pitanga	x
42	Prudentópolis	x
43	Ponta Grossa	✓
44	Rio Branco do Sul	✓
45	Antonina	✓
46	Guaraqueçaba	✓
47	Foz do Iguaçu	✓
48	Capanema	x
49	Dois Vizinhos	x
50	Laranjeiras do Sul	x
51	Guarapuava	✓
52	Irati	x
53	Palmeira	x
54	Curitiba	✓
55	Paranaguá	✓
56	Barracão	x
57	Francisco Beltrão	x
58	Pato Branco	x
59	Mangueirinha	x
60	Palmas	x
61	União da Vitória	✓
62	São Mateus do Sul	x
63	Lapa	✓
64	Rio Negro	✓
65	Guaratuba	✓

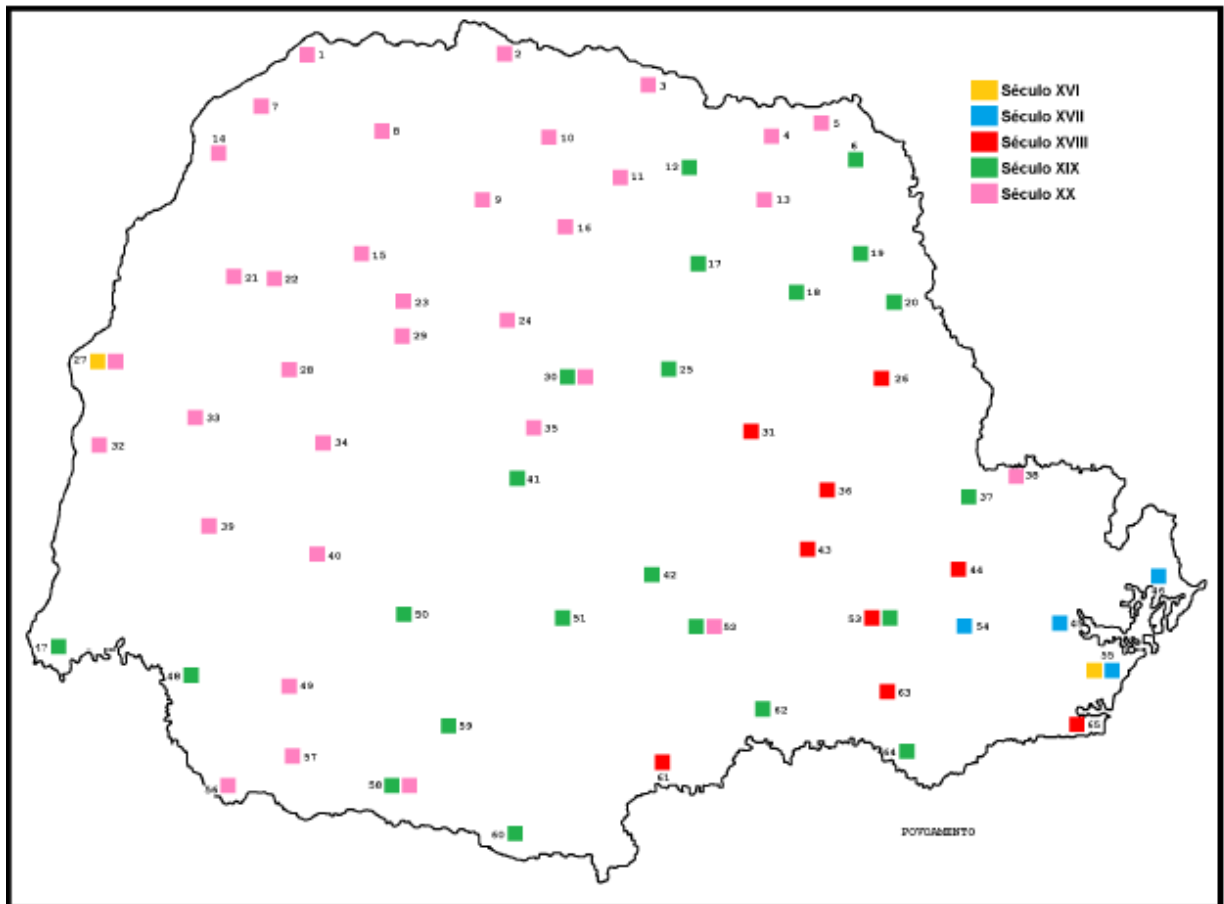
Fonte: Aguilera (1990).

De acordo com Cardoso e Westphalen (1986, p. 40-47), a ocupação do Paraná ocorreu por meio de três ondas povoadoras “em conjunturas diversas e com motivações distintas”: a do Paraná Tradicional, que se esboçou no século XVII, com a procura do ouro, e estruturou-se sobre o latifúndio dos Campos Gerais, com base na criação e comércio do gado e, mais tarde, nas atividades extrativas e no comércio

exportador da erva-mate e da madeira; e as do Paraná Moderno, já no século XX, sendo a do norte, com a agricultura tropical do café, que ficou mais diretamente ligada a São Paulo, e a do sudoeste e oeste, dos criadores de suínos e plantadores de cereais, que ficou mais intimamente ligada ao Rio Grande do Sul.

Diante disso, nota-se que o rol de localidades estabelecido no ALPR representa satisfatoriamente a realidade do povoamento paranaense. A Figura 2, que apresenta um mapa com os pontos linguísticos desse atlas de acordo com suas respectivas datas de povoamento, deixa isso evidente.

Figura 2 – Povoamento do Paraná desde o século XVI.



Fonte: Rodrigues (2007).

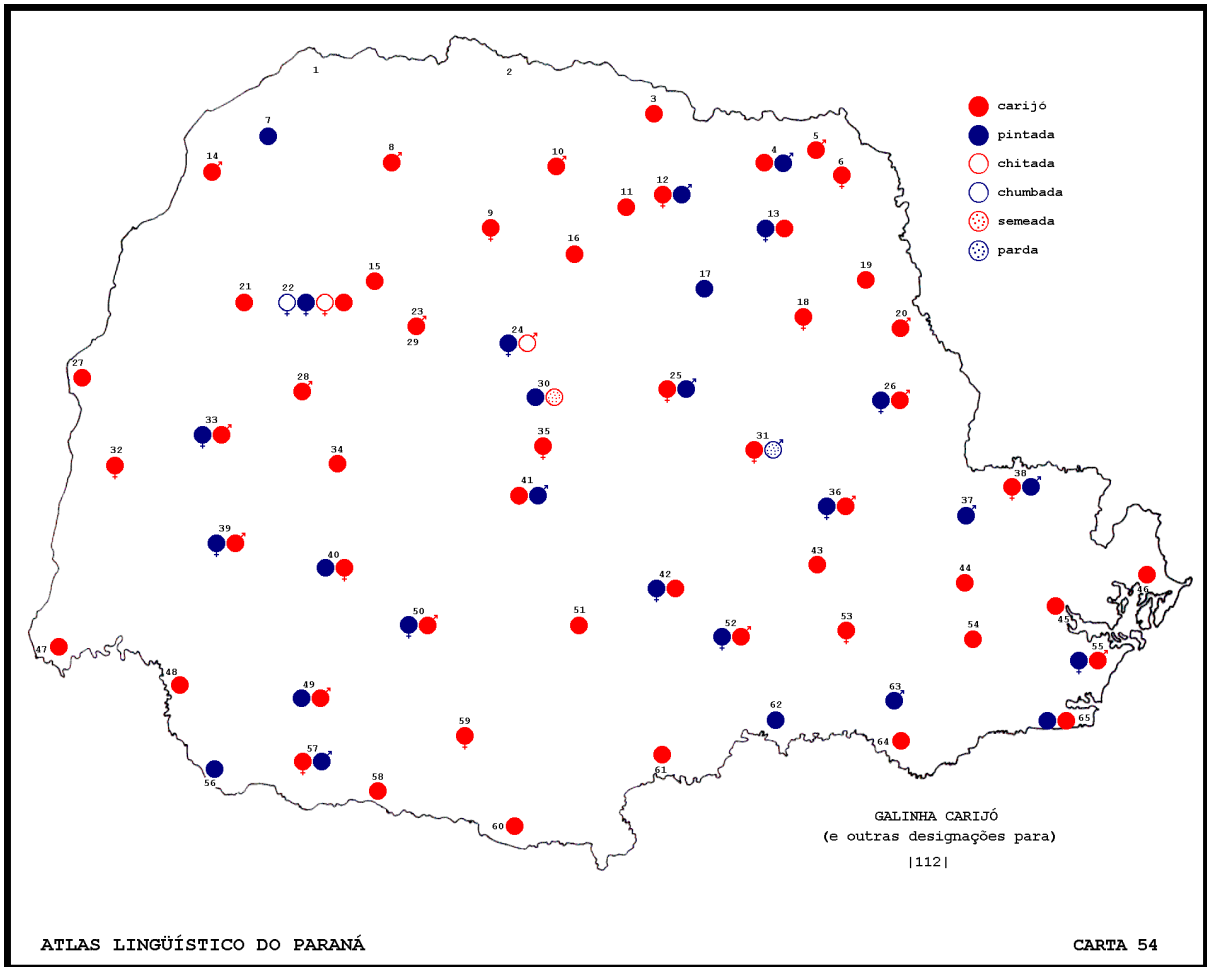
Observa-se que o povoamento do Paraná avança em ondas a partir do litoral e é concluído, em sua maior parte, durante os séculos XIX e XX, seguindo para o interior e limites ocidentais, áreas de colonização mais tardia. Fica claro, pois, que o estabelecimento dessa rede de pontos propiciou uma análise apurada das hipóteses da pesquisa.

Pode-se dizer, nesse sentido, que o ALPR, além de viabilizar comparações entre cortes linguísticos sincrônicos, proporcionam também a reconstituição de antigas fases. Nesse sentido, a distribuição geográfica das formas enseja-nos a “situá-las cronologicamente, definir-lhes as relações e, em suma, reconstituir-lhes a gênese” (SILVA NETO, 1957, p. 38).

Classificado como um atlas estadual (ROMANO, 2013), o ALPR apresenta, nas cartas, os dados separados pela localidade e pelo sexo do informante, possibilitando uma comparação sistemática nas perspectivas diatópica e diassexual.

Para a representação, a autora do ALPR (AGUILERA, 1994), em suas cartas linguísticas, convencionou o uso de círculos: cheios, vazios e semicheios em várias posições; nas cores vermelha e azul. A disposição desses símbolos no interior das cartas foi feita da esquerda para a direita, registrando-se a fala da informante feminina, identificada pelo sinal “♀”, seguida do registro masculino, marcado pelo sinal “♂”. As formas coincidentes não foram sinalizadas. A Figura 3 apresenta um exemplo de carta linguística do ALPR, na qual é possível visualizar essas particularidades.

Figura 3 – Carta 112: galinha carijó e outras designações.



Fonte: Atlas Linguístico do Paraná (AGUILERA, 1994).

É possível também observar, a partir da Figura 3, que o ALPR não apresenta interpretação nas cartas, por isso é considerado um atlas de 1ª geração, segundo Cardoso (2010). É válido dizer, porém, que no verso de cada mapa, constam notas com trechos das entrevistas, em sua maioria para explicação de detalhes importantes para a compreensão da carta seguinte.

Segundo Aguilera (2005), durante a elaboração das primeiras cartas lexicais do ALPR, os dados de cada questão foram dispostos em uma única carta. Porém, meditando um pouco mais sobre a organização do atlas, a pesquisadora decidiu agrupar dados de determinados temas em mais de uma carta, levando-se em conta variados fatores, particulares de cada caso.

Como produto do atlas em foco, Aguilera também produziu um glossário com 1.163 entradas, que registra os itens encontrados nos mapas e nas notas que os acompanham, a partir de um recorte léxico-dialetal: o glossário é composto

somente de unidades “cuja forma e/ou sentido não corresponde ao vocabulário ativo da norma padrão urbana” (AGUILERA, 1990, p. 81), de acordo com sua produtividade naquele *corpus*.

Importa ressaltar que nem todos os dados coletados para a elaboração do ALPR foram cartografados até sua publicação. O ALPR II (ALTINO, 2007) deu continuidade aos trabalhos: fez o tratamento de dados inéditos, atualizou o desenho dos mapas, inseriu gráficos e acrescentou aos procedimentos o uso da Dialetometria – método que, de acordo com Altino (2007, p. 155), considera todo o volume de dados e sintetiza-os por meio de cartas que demonstram os índices de identidade e de distância entre os pontos de um atlas.

O ALPR, portanto, teve o mérito de registrar e disseminar conhecimentos concernentes ao português rural brasileiro utilizado nesse Estado, imortalizando a criatividade léxica dos falantes e revelando uma relação entre o povoamento da região e o uso de variantes orais da língua. Formas arcaicas da linguagem, que testemunharam a história da língua portuguesa, provavelmente estariam sendo relegadas ao esquecimento caso essa pesquisa não tivesse sido realizada.

Por tudo isso e com a intenção de apurar a motivação na gênese dos signos por meio de aplicação de conhecimentos científicos a fatos linguísticos concretos, esta dissertação faz um recorte nos dados do ALPR. Analisa-se, pois, as respostas às Questões 76 e 276, as quais buscam designações que recobrem os conceitos dos itens lexicais *cogumelo* e *alpargata*.

Tais questões resultaram, respectivamente, nas Cartas 38, 39, 40 e 41, que contemplam as variantes *urupê*, *cogumelo*, *guarda-chuva*, *chapéu*, *sombrinha*, *orelha-de-pau*, *orelha-de-padre*, *orelha-de-mico*, *orelha-de-velho*, *orelha-de-lobisomem*, *fungo*, *bolor*, *mofo*, *cabeça-de-velho*, *bufo*, *piúca*, *boneca-de-saci* e *véu-de-noiva*; bem como na Carta 80, que registra as denominações *alpargata*, *come-quieto*, *pé-de-cachorro*, *pé-de-gato*, *arigó*, *ladrão de galinha*, *pé-de-pomba*, *sapato de ladrão*, *petebê*, *pé-de-pano* e *(último) recurso*.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA ORGANIZAÇÃO E EXAME DOS DADOS

Este tópico apresenta os procedimentos metodológicos adotados na presente dissertação, que culminaram nas análises realizadas e expostas na sequência.

Primeiramente, as variantes constantes das cartas lexicais selecionadas – 38, 39, 40 e 41 (designações para *cogumelo*) e 80 (designações para *alpargata*) – foram tabuladas por meio do editor de planilhas Microsoft Office Excel junto ao número de ocorrências e de pontos em que foram obtidas. Desse modo, foi possível realizar a descrição geolinguística das formas registradas, fazendo ponderações sobre sua distribuição espacial e número de ocorrências. O Quadro 6 exemplifica esse procedimento.

Quadro 6 – Variantes registradas na Carta 41 quanto ao número de ocorrências e de pontos linguísticos.

Variante	Número de ocorrências	Porcentagem em relação ao total de ocorrências	Número de localidades	Porcentagem em relação ao total de localidades	Localidades
<i>fungo</i>	5	2,8%	4	6,15%	Cruzeiro do Oeste São Pedro do Ivaí Ponta Grossa Curitiba
<i>bolor</i>	3	1,68%	3	4,61%	São José da Boa Vista
<i>mofo</i>	2	1,12%	2	3,07%	Siqueira Campos Jaguariaíva
<i>cabeça-de-velho</i>	2	1,12%	2	3,07%	Manoel Ribas Castro
<i>bufo</i>	2	1,12%	2	3,07%	Jaguariaíva Assis Chateaubriand
<i>piúca</i>	2	1,12%	2	3,07%	Ortigueira Assis Chateaubriand
<i>boneca-de-saci</i>	2	1,12%	2	3,07%	Ribeirão do Pinhal Peabiru
<i>véu-de-noiva</i>	2	1,12%	2	3,07%	Campo Mourão Pato Branco

Fonte: dados do ALPR (elaborado pela autora).

Em seguida, averiguou-se a dicionarização de tais denominações em obras lexicográficas selecionadas a partir das ponderações de Biderman (1984; 2003) e das recomendações de Isquierdo (2017-2018), com o propósito de anotar a

etimologia e registrar acepções atribuídas às variantes. O Quadro 7 apresenta os dicionários consultados neste estudo:

Quadro 7 – Dicionários consultados.

Título	Autor (Ano)
Diccionario da Lingua Portuguesa	BLUTEAU (1789)
Diccionario da Lingua Portuguesa	MORAES SILVA (1813)
Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa	NASCENTES (1955)
Dicionário do Folclore Brasileiro	CÂMARA CASCUDO (1980)
Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi	CUNHA (1999)
iDicionário Aulete	CALDAS AULETE (2008)
Houaiss Eletrônico	HOUAISS (2009)
Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa	FERREIRA (2010)
Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa	CUNHA (2010)

Fonte: elaborado pela autora.

É importante mencionar que, subsidiariamente, outros dicionários foram consultados durante a pesquisa. São eles: “Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa”, de Ferreira (1986), uma edição mais antiga do dicionário de Ferreira utilizado durante todo trabalho; “Tesoro de la Lengua Castellana o Española”, de Covarrubias Y Orozco (1611) e “Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa”, de Alves (2013), especificamente voltados para outras línguas.

Também por intermédio do editor de planilhas Microsoft Office Excel, as variantes integrantes do *corpus* de pesquisa foram dispostas em quadros junto a dados extraídos dos mencionados dicionários, a fim de propiciar a investigação sobre eventuais vínculos entre sua imagem acústica (significante) e seu conceito (significado), com base nas acepções porventura encontradas. O Quadro 8 demonstra como essa etapa foi realizada com uma das cartas linguísticas do *corpus*.

Quadro 8 – Dicionarização das variantes registradas da Carta 38 do ALPR.

Dicionário x Variante	<i>urupê</i>	<i>cogumelo</i>
Bluteau (1789)	(não consta)	s. m. tortulho.
Moraes Silva (1813)	(não consta)	s. m. tortulho.
Nascentes (1955)	(não consta)	<p>Cornu, Port. Spr., deriva do gr. <i>kokkymelon</i>, ameixa, o que M. Lubke, REW, 2010, acha difícil quanto à forma e quanto ao sentido. O Dictionnaire Général propõe o lat. <i>cucumere</i>, pepino, com sufixo diminutivo para o fr. <i>coquemelle</i> e formas românicas paralelas, o que o mesmo autor julga pouco compreensível. Em REW, 2361, M. Lubke o dá como o derivado do lat. <i>cucuma</i>, tacho de cozinha, e dele deriva o esp. <i>cogomelo</i>. A Magne, RLP, XIX, 63, justifica êste étimo com o nome de <i>cantharellus</i> (do gr. <i>kántharos</i>, cântaro), aplicado pelos botânicos a uma espécie de cogumelos. Compara ainda o fr. <i>potiron</i>, em que influiu <i>pot</i>, panela, o al. <i>Becherpilz</i> (<i>Becher</i>, copo), <i>Napfchwann</i> (<i>Napf</i>, tijela), o fr. do sul <i>coucourlo</i>, congurdo e outras formas derivadas de <i>cacumen</i>, montículo, copa de árvore. + elo. "Nada mais natural, diz êle, do que chamar ao tortulho, como diz o povo português, uma pequena copa". No n. VII, da mesma revista, pg. 173, deixando de lado <i>cacumen</i>, incluna-se para <i>cucumere</i> e para <i>cucuma</i>, transcrevendo a observação de Du Cange quanto ao [ultimo: <i>lato ventre instar cucumeris</i>, de ventre bojudo à semelhança de um pepino. <i>Cucuma</i> aliás se prende a <i>coquere</i> e não a <i>cucumis</i>, conforme provou Walde. De <i>cucumere</i> ou de <i>cucuma</i> poderia sair um <i>cucumelu</i> que originasse a palavra portuguesa. Tanto a imagem do fruto como a do vaso, conclui êle, poderiam prestar-se para a translação da idéia, pela ginástica popular, ao cogumelo. Garcia de Diego, Contr., n. 166, aceita como étimo <i>cucamella</i>, vaso de cozinha, dim. de <i>cucuma</i>.</p>
Câmara Cascudo (1980)	(não consta)	(não consta)

Cunha (1999)	s.m. Espécie de fungo da família das poliporáceas, cogumelo.	(não consta)
Caldas Aulete (2008)	1. Bras. Micol. Fungo sapróbio da fam. das poliporáceas (<i>Pycnoporus sanguineus</i>), que se desenvolve sobre troncos caídos e cujo corpo de frutificação é semicircular, vermelho-alaranjado; ORELHA-DE-PAU. [F.: Do tupi <i>uru'pe</i>]	1. Bot. Nome comum a diversas plantas celulares ou criptógamas, formadas pela frutificação de fungos; constituem dezenas de famílias; muitos são comestíveis, alguns são venenosos ou alucinógenos 2. Mar. Ventilador cujo tubo de exaustão tem forma de cogumelo [F.: Do lat. <i>cucumellum</i> , dim. de <i>cucuma</i> 'caldeirão', 'banheira pequena'.]
Houaiss (2009)	Rubrica: micologia. Regionalismo: Brasil. cogumelo (<i>Polyporus sanguineus</i>) da fam. das poliporáceas; orelha-de-pau, pironga. Etimologia: tupi <i>uru'pe</i> 'espécie de fungo, cogumelo'.	substantivo masculino Rubrica: micologia. 1 corpo de frutificação relativamente grande de fungos basidiomicetos, muitos dos quais são comestíveis e alguns, venenosos; basidiocarpo 2 Derivação: por extensão de sentido. denominação comum aos fungos que produzem tais estruturas Etimologia lat. * <i>cucumellum</i> , dim. de <i>cucuma</i> , ae 'caldeirão, caldeira, tacho grande', pelo vulg.
Ferreira (2010)	[Do tupi.] S. m. Bras. Micol. Fungo poliporáceo; orelha-de-pau, pironga.	[Do lat. * <i>cucumellu</i> , dim. de <i>cucuma</i> , 'vaso de cozinha'.] S. m. 1. Bot. Designação comum a inúmeras plantas criptógamas parasitas, distribuídas por muitas dezenas de famílias e centenas de gêneros, espalhados por todo o globo. 2. Bras. Constr. Nav. Ventilador constituído de um tubo que se assemelha a um cogumelo. 3. Bras. Marinh. Âncora especial, em forma de cogumelo, usada em amarrações fixas.
Cunha (2010)	sm. 'espécie de fungo da fam. Das poliporáceas, cogumelo' XX. Do tupi <i>uru'pe</i> .	sm. 'designação comum a inúmeras plantas criptógamas parasitas' XVII. Do lat. * <i>cucumellum</i> , dim. De <i>cucuma</i> 'caldeirão, banheira pequena', devido à semelhança da forma.

Fonte: Bluteau (1789), Moraes Silva (1813), Nascentes (1955), Câmara Cascudo (1980), Cunha (1999), Caldas Aulete (2008), Houaiss (2009), Ferreira (2010) e Cunha (2010) (elaborado pela autora).

Dessa maneira, com todo o *corpus* organizado, isto é, com as variantes a serem analisadas devidamente tabuladas junto a informações relacionadas a número de ocorrências, locais de registro, etimologias e acepções, foi possível descrevê-las e, por fim, investigar sua motivação, com base no aporte teórico previamente apreendido.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE

Este capítulo traz, em uma primeira etapa, a descrição das denominações para *cogumelo* registradas no ALPR, à luz da Geolinguística, da Lexicografia e da Semântica Motivacional, bem como a análise dessa parte do *corpus*. Na sequência, o capítulo passa a descrever, sob os referidos pontos de vista, as variantes para *alpargata*, terminando na análise de todas as designações obtidas.

4.1 DESIGNAÇÕES PARA COGUMELO NAS PERSPECTIVAS GEOLINGUÍSTICA, LEXICOGRÁFICA E SEMÂNTICO-MOTIVACIONAL

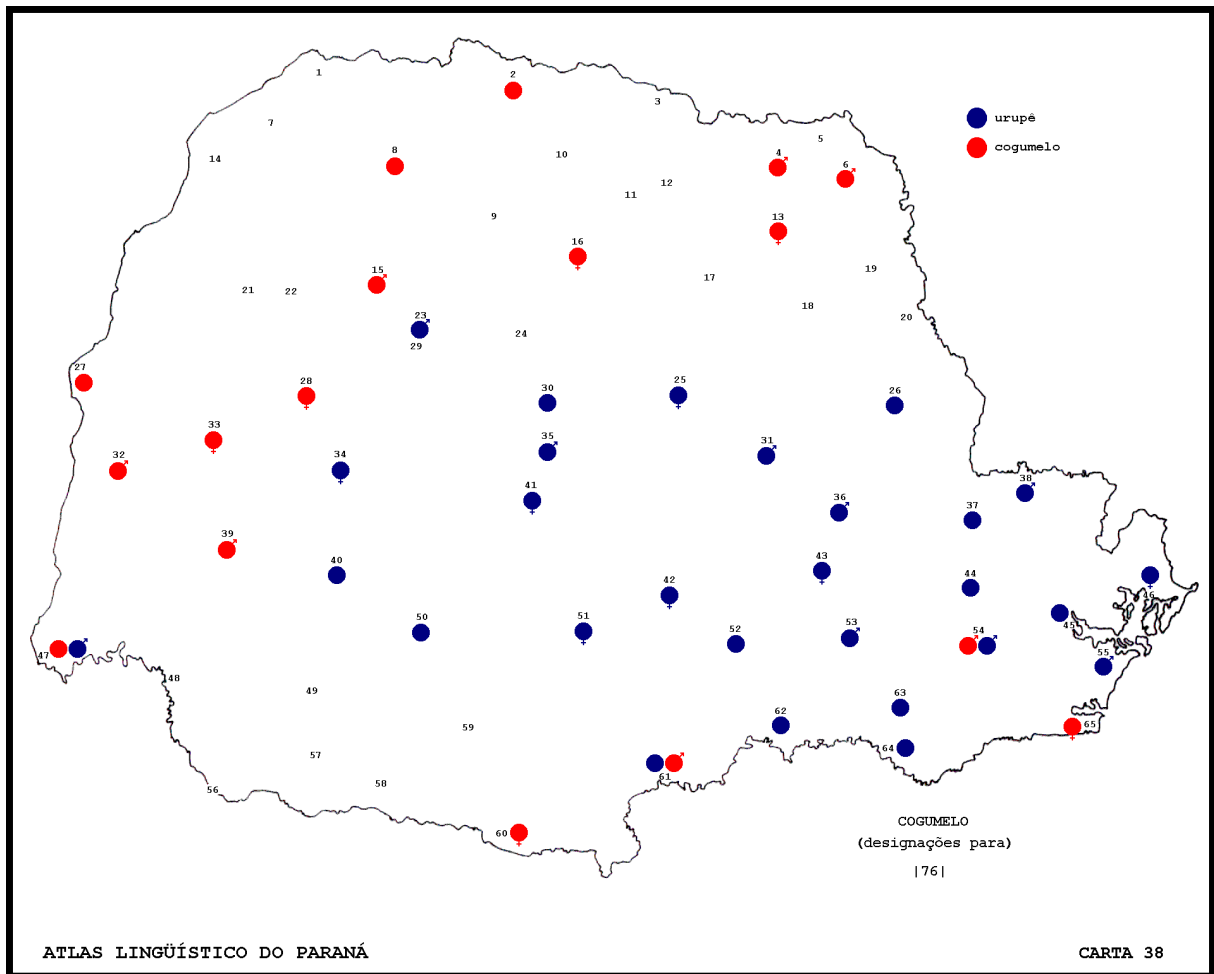
As Cartas 38, 39, 40 e 41 do ALPR contemplam as respostas de uma única questão: “como se chamam aqueles guarda-chuvinhas que nascem no pau podre?”. A seguir, são descritas as variantes registradas em cada uma dessas cartas linguísticas, sob as perspectivas da Geolinguística e da Lexicografia, propiciando uma reflexão a respeito da motivação dessas formas.

4.1.1 Variantes registradas na Carta 38 do ALPR

Como o registro das designações para *cogumelo* foi significativo – devido à produtividade e expansão para todas as regiões paranaenses –, essa forma foi destacada na Carta 38, em oposição a *urupê*, e suas demais ocorrências foram objeto das cartas subsequentes.

Assim, a carta que inaugura a cartografia relativa à Questão 76 - *cogumelo*, retratada na Figura 4, mostra a distribuição diatópica das formas *cogumelo* e *urupê*, revelando a divisão do Estado em duas partes: Paraná Tradicional, em que vigora a variante *urupê* – representante da linguagem rural, mais antiga, de base tupi –, e Paraná Moderno, marcado pela denominação *cogumelo* – urbana, inovadora, de origem latina. Logo, é possível relacionar o registro dessas variantes com as ondas de colonização do Estado.

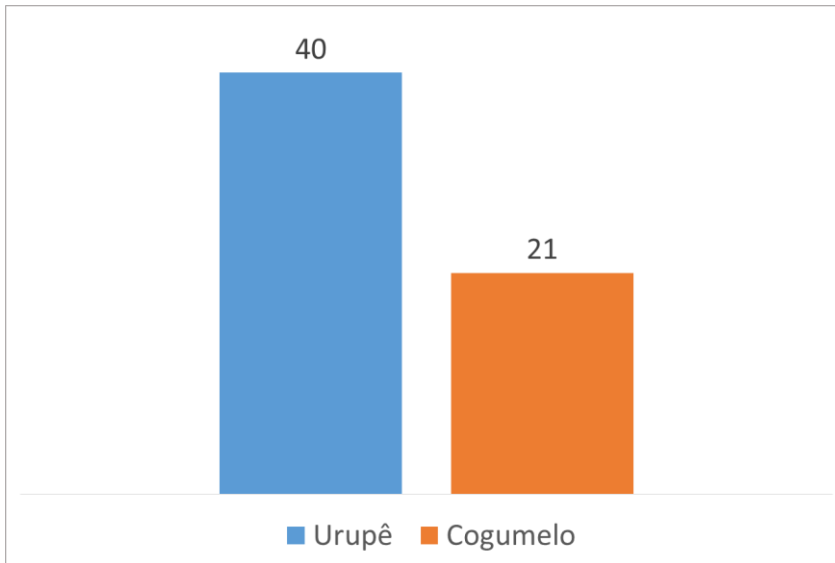
Figura 4 – Carta 38: designações para *cogumelo*.



Fonte: Atlas Linguístico do Paraná (AGUILERA, 1994).

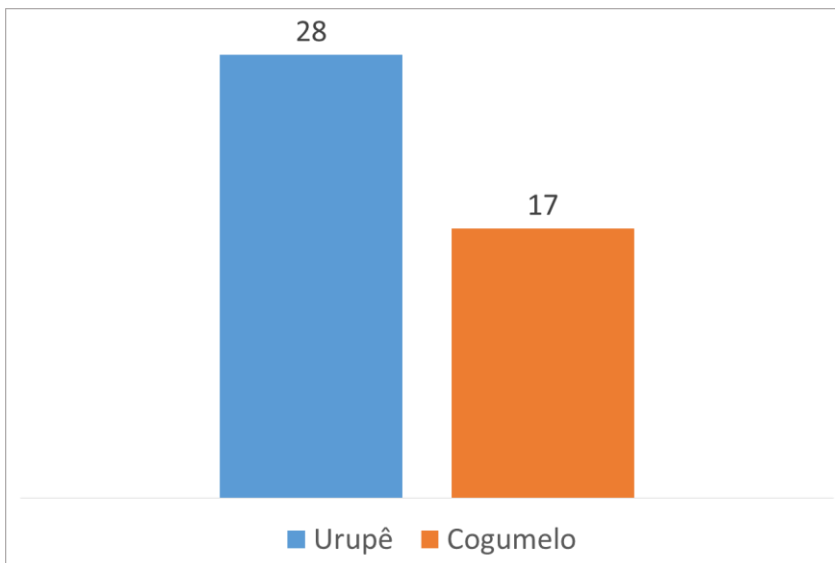
Comparando os itens *urupê* e *cogumelo*, quanto ao número de ocorrências e à quantidade de localidades onde foram documentadas, nota-se a prevalência do primeiro sobre o segundo. *Urupê* – uma variante atualmente considerada superada pela forma padrão, *cogumelo* –, naquele contexto, foi apresentada por praticamente o dobro dos informantes em relação aos que mencionaram a sua concorrente, além de ser notadamente mais difundida pelo Estado. É o que expõem os Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 – Variantes da Carta 38 quanto ao número de ocorrências.



Fonte: dados do ALPR (elaborado pela autora).

Gráfico 2 – Variantes da Carta 38 quanto ao número de pontos linguísticos.



Fonte: dados do ALPR (elaborado pela autora).

Cogumelo é o “corpo de frutificação relativamente grande de fungos basidiomicetos, muitos dos quais são comestíveis e alguns, venenosos” (HOUAISS, 2009). Etimologicamente, teria origem no latim *cucumellum*, diminutivo de *cucuma*, que significa caldeirão, tacho, vaso de cozinha (NASCENTES, 1955; CALDAS AULETE, 2008; HOUAISS, 2009; FERREIRA, 2010; CUNHA, 2010). Acrescenta-se, ainda, a essa discussão, uma possível relação com *cucumeris* – pepino –, termo que

integra a expressão latina *lato ventre instarcucumeris*: “de ventre bojudo à semelhança de um pepino” (NASCENTES, 1955).

Associado originalmente à saliência arredondada do pepino ou ao formato circular do vaso de cozinha, o referente *cogumelo*, graças a uma de suas partes chamada *chapéu* ou *píleo* – “porção dilatada, de forma cônica, do aparelho esporífero de fungos basidiomicetos” (HOUAISS, 2009) –, comporta evidentemente uma motivação icônica. Nascentes (1995) já antevia esse ponto de vista, pois assinala que tanto a imagem do fruto como a do recipiente poderiam prestar-se para a translação da ideia, pela ginástica popular, ao cogumelo.

Figura 5 – Cogumelos.



Fonte: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/cogumelos-alucinogenos-reiniciam-cerebro-de-pacientes-com-depressao-21941912>>.

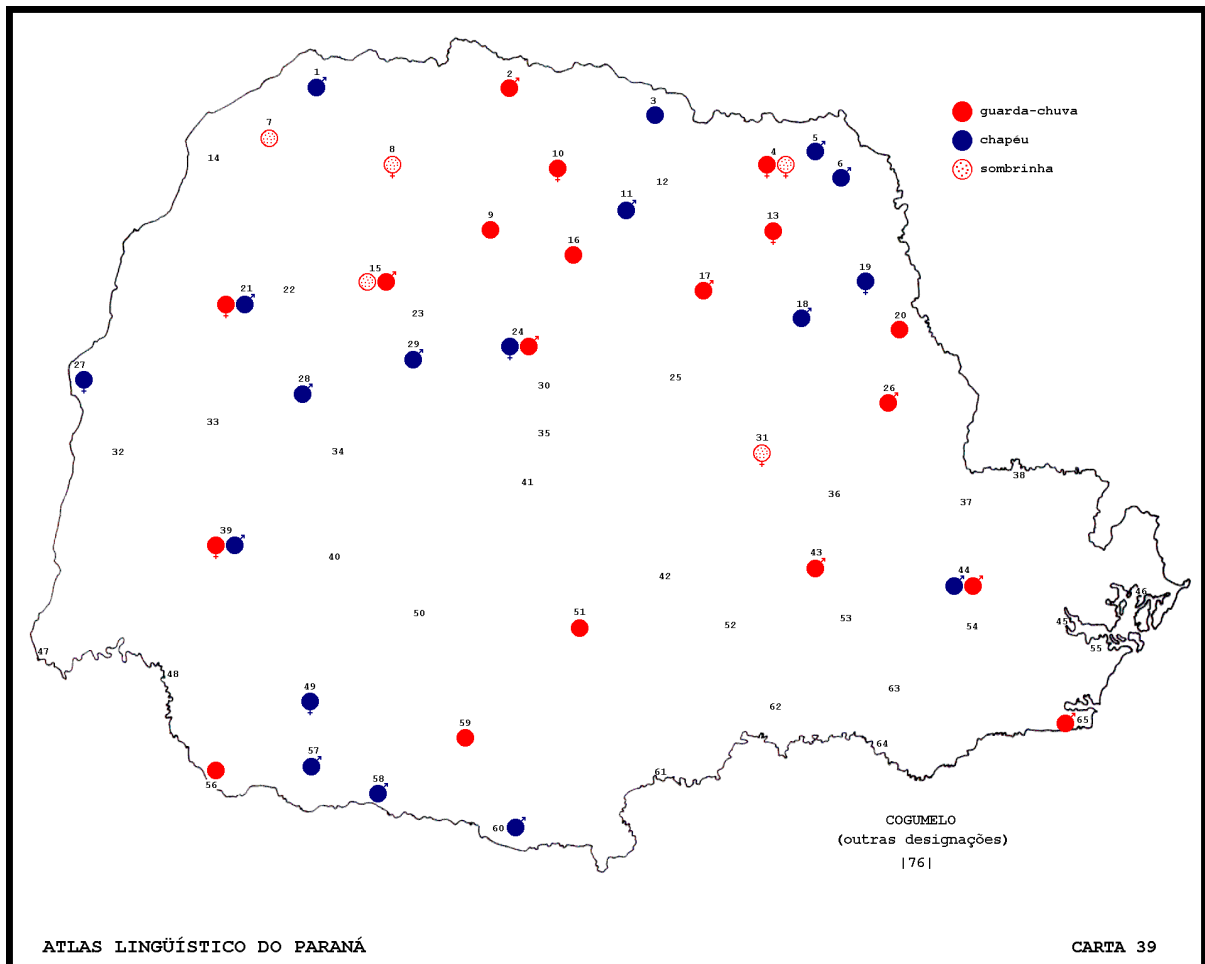
Por sua vez, a designação *urupê*, segundo acepções de Cunha (1999; 2010), Caldas Aulete (2008), Houaiss (2009) e Ferreira (2010), é descrita como uma espécie de fungo da família das poliporáceas. Nessas mesmas obras lexicográficas, tal verbete é apresentado como sinônimo de *orelha-de-pau*, *pironga* e *cogumelo*.

De origem tupi, *urupê* seria uma forma reduzida de *urupeba* (LENZ, 2007). Consoante Cunha (1999; 2010), *uru* refere-se a “cesto de palha” e *peba* é um adjetivo tupi que tem como correspondentes “chato, plano”. Novamente, avulta-se uma possibilidade de motivação icônica relacionada à aparência arredondada e achatada, típica do chapéu do cogumelo.

4.1.2 Variantes registradas na Carta 39 do ALPR

A Carta 39, por sua vez, apresenta nomes alusivos à ideia de cobertura: *guarda-chuva*, *chapéu* e *sombrinha*. A distribuição de tais designações no território paranaense, como se nota na Figura 6, também evidencia diferenças linguísticas entre as regiões norte / oeste, colonizadas mais recentemente, onde essas variantes apareceram em quase todos os pontos, em face das regiões leste / sul / centro, mais antigas, em que foram pouco produtivas.

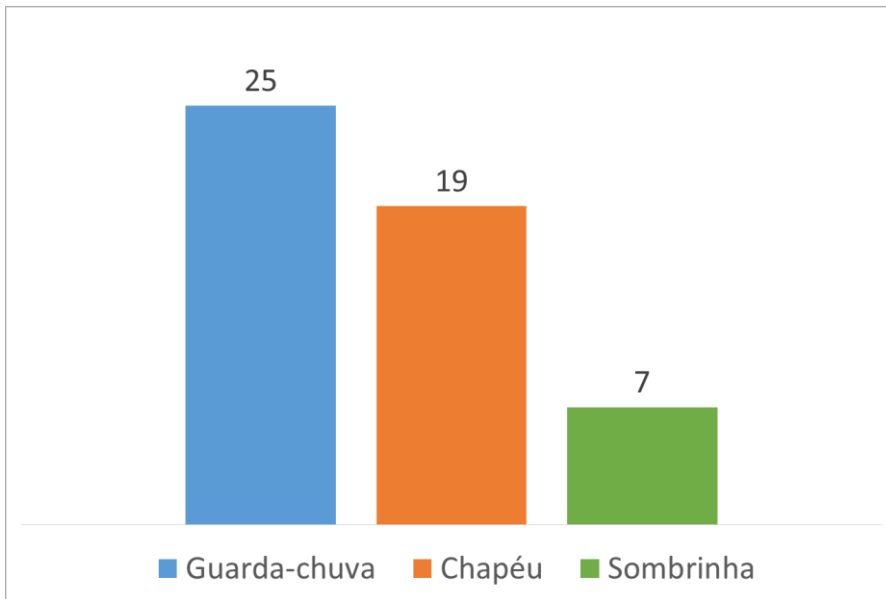
Figura 6 – Carta 39: outras designações para *cogumelo*.



Fonte: Atlas Lingüístico do Paraná (AGUILERA, 1994).

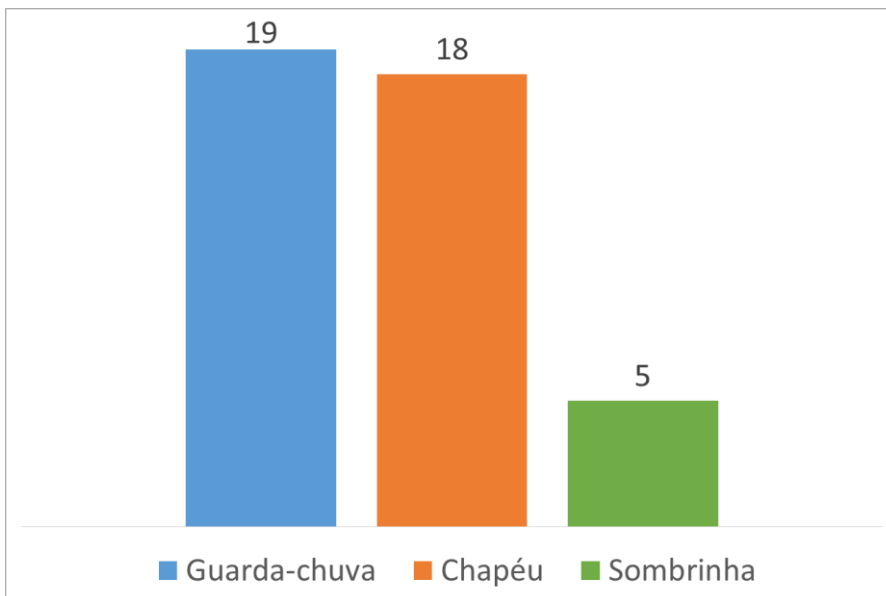
Os Gráficos 3 e 4, a seguir, demonstram que *guarda-chuva* é a designação mais produtiva da Carta 39, seguida de *chapéu* e, por último, *sombrinha*. No entanto, destaca-se que as duas primeiras praticamente coocorrem levando-se em conta o número de localidades em que foram registradas.

Gráfico 3 – Variantes da Carta 39 quanto ao número de ocorrências.



Fonte: dados do ALPR (elaborado pela autora).

Gráfico 4 – Variantes da Carta 39 quanto ao número de pontos linguísticos.



Fonte: Dados do ALPR (elaborado pela autora).

Guarda-chuva, nas palavras de Houaiss (2009), é um "objeto portátil que consiste em uma armação flexível de hastes metálicas coberta por pano ou outro material que se estica ao abrir-se a armação, protegendo da chuva ou do sol o seu portador".

A forma linguística *chapéu* é definida por Bluteau (1789) e Moraes Silva (1813) como "sombreiro de feltro, lã, coiro, ou palha; consta de copa, e aba, serve de

cobrir á cabeça contra o sol, ou chuva”. Caldas Aulete (2008) traz para essa denominação a acepção classificada como popular: “cogumelo em forma de guarda-sol”. Houaiss (2009) acrescenta a essa entrada: “mesmo que *píleo*”, que, na mesma obra lexicográfica, é definido como “porção dilatada, de forma cônica ou abaulada, do aparelho esporífero de fungos basidiomicetos”.

Por sua vez, *sombrinha* recebe em Ferreira (2010) o seguinte significado: “pequeno guarda-chuva de tecido bordado ou colorido, que era usado pelas senhoras”. Essa variante é também considerada um sinônimo de guarda-chuva (CALDAS AULETE, 2008; HOUAISS, 2009; FERREIRA, 2010).

Figura 7 – Cogumelos possivelmente relacionados a guarda-chuvas. **Figura 8** – Guarda-chuva.



Fonte: <<https://www.inran.it/mazza-di-tamburo-2/19243/>>.



Fonte: <<https://pt.dhgate.com/product/stylish-simplicity-bubble-deep-dome-umbrella/420507355.html>>.

Figura 9 – Chapéu.



Fonte: <<https://www.surfalive.com.br/produto/chapeu-de-palha-quiksilver-pierside-importado-92466>>.

Figura 10 – Sombrinha.



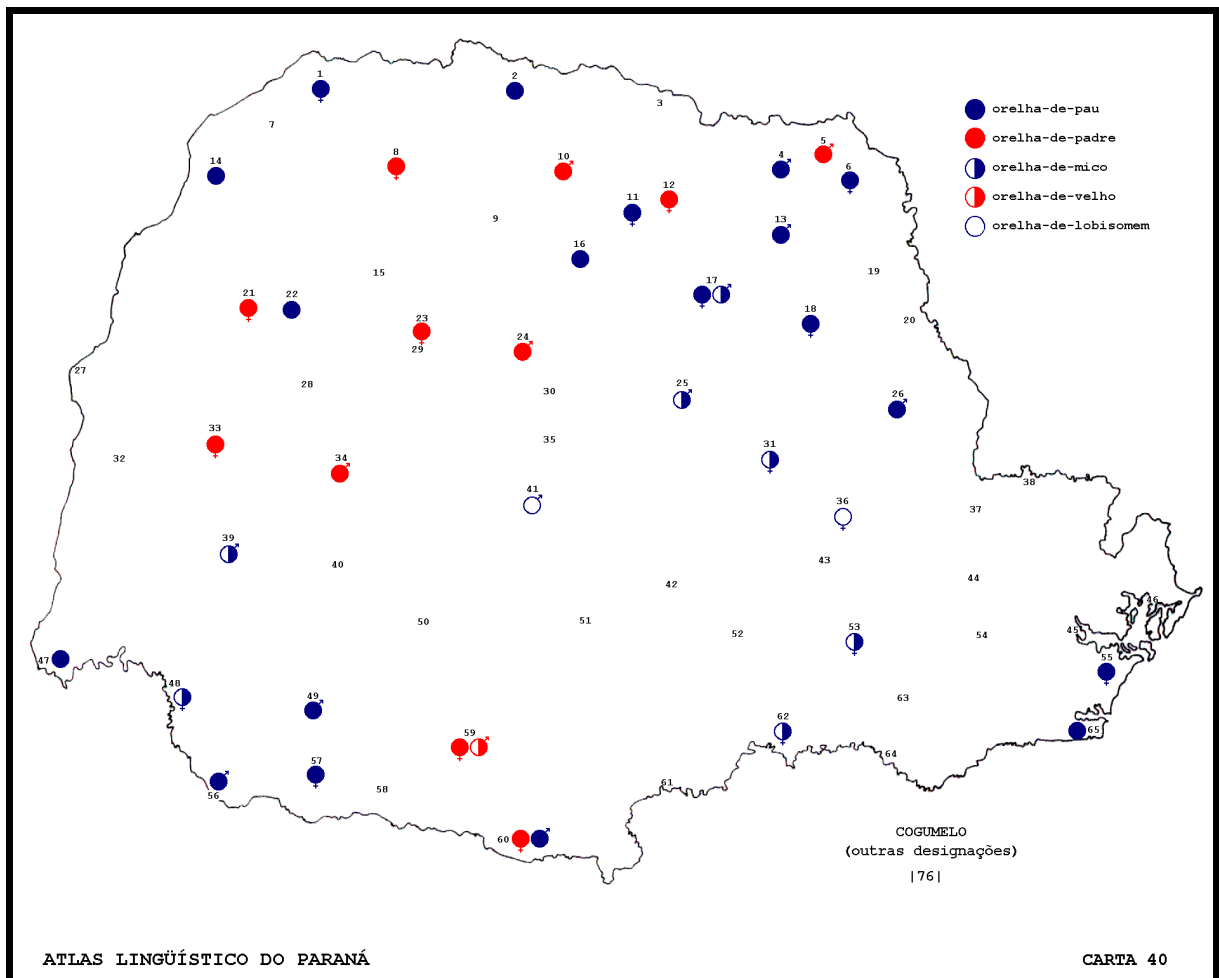
Fonte: <<https://sites.google.com/a/e.sonao.net/a361/8-Cor-Princesa-Arqueado-Criativo-Dobavel-Anti-UV-Sol-Guarda-chuva-sombrinha-de-Renda-Guarda-chuva>>.

É incontestável, frente às informações extraídas dos dicionários em relação aos lemas *guarda-chuva*, *chapéu* e *sombrinha*, bem como diante das imagens que retratam esses conceitos, que a utilização dessas denominações para o referente *cogumelo* revela uma motivação icônica pela aparência.

4.1.3 Variantes registradas na Carta 40 do ALPR

A Carta 40 diz respeito às lexias *orelha-de-pau*, *orelha-de-padre*, *orelha-de-mico*, *orelha-de-velho* e *orelha-de-lobisomem*; assim sendo, traz as associações feitas pelos informantes ao referente *cogumelo* cuja base é *orelha*. A Figura 11 corresponde a essa carta, mostrando que a associação do referente com o órgão humano é bastante popular e está presente em todo o Estado.

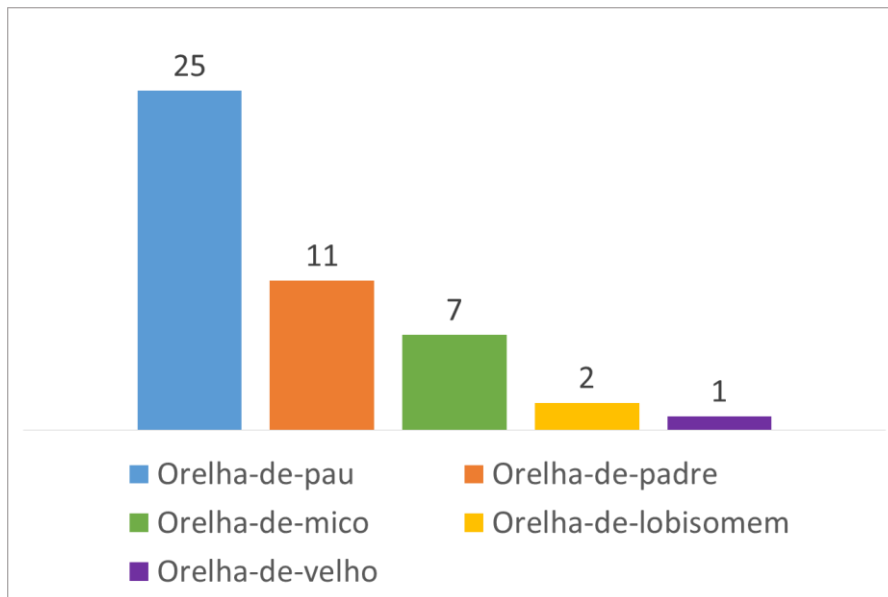
Figura 11 – Carta 40: outras designações para *cogumelo*.



Fonte: Atlas Linguístico do Paraná (AGUILERA, 1994).

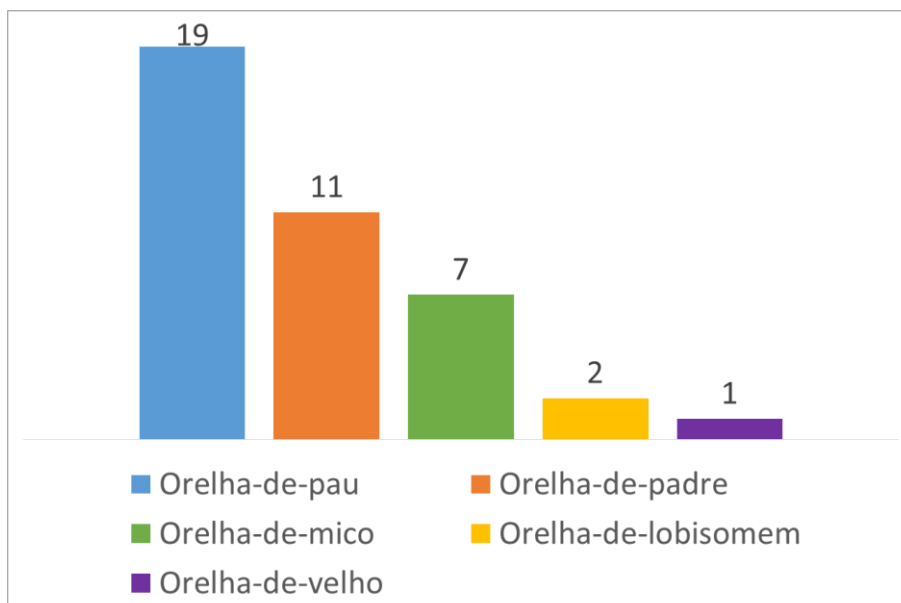
No que diz respeito ao número de respostas e de locais de registro, *orelha-de-pau* foi a denominação mais recorrente entre as mapeadas na Carta 40, registrada em praticamente todas as regiões do Paraná. Sucedem-na *orelha-de-padre*, presente nas áreas de colonização mais tardia, e *orelha-de-mico*. *Orelha-de-lobisomem* e *orelha-de-velho*, por sua ordem, foram menos significativas. Os Gráficos 5 e 6, em seguida, comprovam essas afirmações.

Gráfico 5 – Variantes da Carta 40 quanto ao número de ocorrências.



Fonte: dados do ALPR (elaborado pela autora).

Gráfico 6 – Variantes da Carta 40 quanto ao número de pontos linguísticos.



Fonte: dados do ALPR (elaborado pela autora).

Orelha-de-pau é a única, entre as formas registradas na Carta 40 do ALPR, referida por dicionários consultados neste estudo. Caldas Aulete (2008), Houaiss (2009) e Ferreira (2010) associam esse vocábulo a *urupê*, *cogumelo* e *píleo*. O primeiro dos dicionaristas citados descreve essa forma lexical como “dilatação do aparelho esporífero de certos fungos”.

Em relação à variante *orelha-de-mico*, embora não dicionarizada nas obras consultadas, vale a ressalva: sua forma análoga, *orelha-de-macaco*, em Ferreira (2010), remete a *renila*: “designação comum aos cnidários antozoários, coloniais, [...] vulgarmente conhecidos por orelha-de-macaco ou cogumelo-do-mar” (HOUAISS, 2009).

Por fim, as denominações *orelha-de-padre*, *orelha-de-velho* e *orelha-de-lobisomem* não foram encontradas nos dicionários examinados. Quanto ao personagem do folclore incluído nessa última designação, esclarece Câmara Cascudo (1980):

Como homem, é extremamente pálido, magro, macilento, de orelhas compridas e nariz levantado. [...] Na noite de quinta para sexta-feira, o candidato se despe, e espoja-se numa encruzilhada onde os animais façam comumente a espojadura. Transforma-se em um bicho grande, bezerro de alto porte, com imensas orelhas, cujo rumor é característico. Procura sangrar crianças, animais novos e, faltando esses, a quem encontrar, antes do quebrar da barra, antes que o dia se anuncie (CÂMARA CASCU DO, 1980).

Quando se reflete sobre um elemento comum entre padre, mico (ou macaco), velho e lobisomem, é instintivo pensar nas orelhas grandes. Os sacerdotes, por ouvirem muito durante as confissões; os animais, pelas orelhas maiores que os de outra espécie; as pessoas mais idosas por terem esses órgãos em constante crescimento; o lobisomem, por ter orelhas “compridas” como homem e “imensas” como bicho, conforme já visto.

Em uma rápida pesquisa pela internet, é possível verificar que as denominações para cogumelo em foco estão geralmente relacionadas a espécies de aparência peculiar: brotam para o lado, não para cima, em troncos de árvores e adquirem tamanho avantajado, como orelhas. É o que ilustra a Figura 12:

Figura 12 – Cogumelos comumente associados a orelhas.



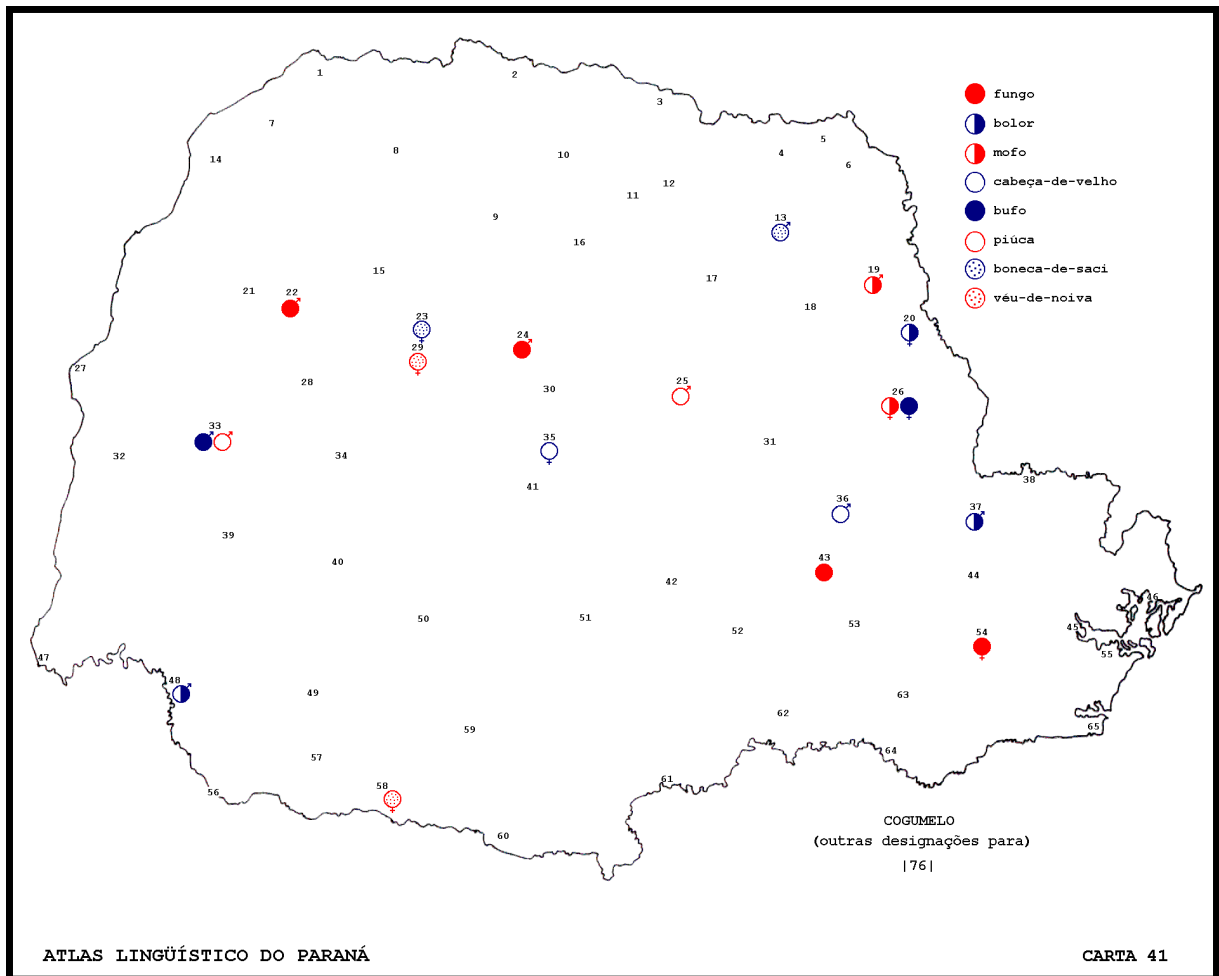
Fonte: <<https://br.pinterest.com/pin/377880224957231003/>>.

Nesse sentido, as variantes *orelha-de-pau*, *orelha-de-padre*, *orelha-de-mico*, *orelha-de-velho* e *orelha-de-lobisomem* podem ser consideradas hipônimos em relação a *cogumelo*, por terem sentido mais específico em relação a outro mais geral em cuja classe estão contidas. De qualquer forma, manifestam-se, mais uma vez, casos de motivação icônica concernente à aparência.

4.1.4 Variantes registradas na Carta 41 do ALPR

A Carta 41 registra o polimorfismo de variantes pouco produtivas, mas que suscitam reflexão sobre a motivação do signo. São elas: *fungo*, *bolor*, *mofo*, *cabeça-de-velho*, *bufo*, *piúca*, *boneca-de-saci* e *véu-de-noiva*, formas concentradas em uma faixa central do Paraná, de leste a oeste, conforme se verifica na Figura 13.

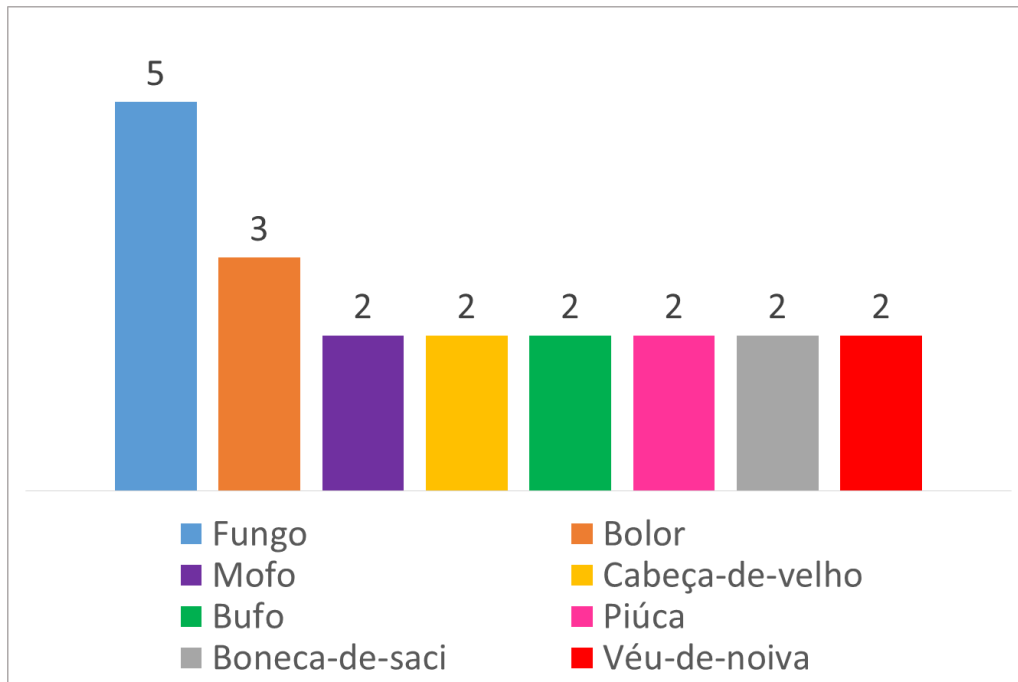
Figura 13 – Carta 41: outras designações para *cogumelo*.



Fonte: Atlas Linguístico do Paraná (AGUILERA, 1994).

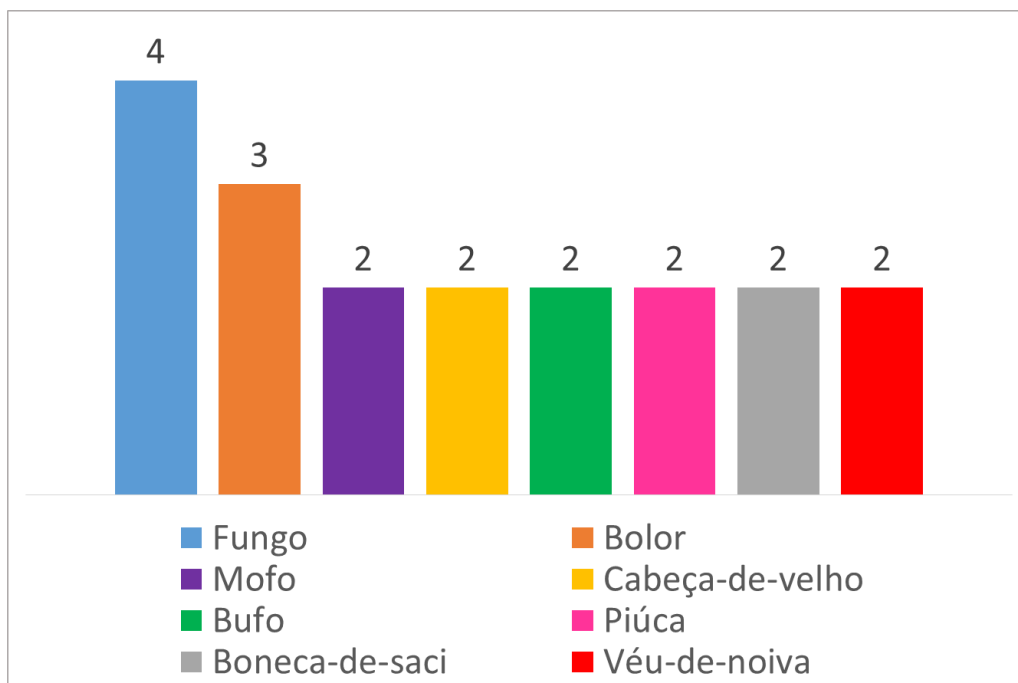
De acordo com os Gráficos 7 e 8, os nomes para *cogumelo* assinalados na Carta 41, menos frequentes no contexto pesquisado, apresentam índices semelhantes no tocante ao número de respostas e de pontos, com ligeira vantagem para as formas linguísticas *fungo* e *bolor*.

Gráfico 7 – Variantes da Carta 41 quanto ao número de ocorrências.



Fonte: dados do ALPR (elaborado pela autora).

Gráfico 8 – Variantes da Carta 41 quanto ao número de pontos linguísticos.



Fonte: dados do ALPR (elaborado pela autora).

A variante lexical *fungo*, registrada em Ponta Grossa, Curitiba, Cruzeiro do Oeste e São Pedro do Ivaí, é definida por Bluteau (1789) como “excrecencia de carne vermelha esponjosa, que nas feridas da cabeça sahe pelo buraco da fractura”

e por Caldas Aulete (2008) como “nome comum aos organismos do reino *Fungi*, uni ou pluricelulares, sem clorofila, com parede celular quitinosa e que se nutrem por absorção”.

Em Ferreira (1986), consta a informação de que os cogumelos são associados ao termo *fungo* vulgarmente, indicando somente os tipos mais notórios pelas dimensões avantajadas ou colorações vivas. Segundo Nascentes (1955) e Houaiss (2009), a origem dessa forma está ligada ao grego *sphóggos*, esponja. Sendo assim, é também uma amostra da motivação icônica relacionada à aparência combinada à sensação tátil, haja vista a matéria mole, porosa e absorvente – semelhante à textura do objeto hoje usado na limpeza – de que se constitui o cogumelo.

A Figura 14 apresenta alguns fungos existentes no meio ambiente. No sentido horário: *Amanita muscaria*, um basidiomicete; *Sarcoscypha coccinea*, um ascomicete; um quitrídio; um conidióforo de *Aspergillus*.

Figura 14 – Diversos tipos de fungos.



Fonte: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Fungi>>.

Bolor, nome elicitado em São José da Boa Vista, Cerro Azul e Capanema, é definido por Bluteau (1789) como “huns fiozinhos, como musgo delgadissimo, que

crecem á superfície dos corpos encerrados em lugares húmidos”. Para Caldas Aulete (2008), é “nome comum a várias espécies de fungos que se desenvolvem, com a umidade, em matéria orgânica e a decompõem”. Moraes Silva (1813), Houaiss (2009), Ferreira (2010) e Cunha (2010) trazem tal denominação como sinônimo de *mofo*.

A etimologia apresentada por Nascentes (1955), Caldas Aulete (2008), Houais (2009), Ferreira (2010) e Cunha (2010) registra como origem de *bolor* do latim *pallor*, que tem o sentido de palidez. Vinculado à qualidade ou estado do que é pálido, de coloração fraca, *bolor* é um exemplar característico de motivação icônica pertinente à cor que caracteriza o referente, afinal grande parte das espécies de cogumelo apresenta tom esbranquiçado.

Figura 15 – Morangos com bolor.



Fonte: <<https://www.e-konomista.pt/artigo/alimentos-com-bolor/>>.

Para a denominação *mofo*, presente nos pontos linguísticos Jaguariaíva e Siqueira Campos, Bluteau (1789) apresenta como acepção “as nodoas de còr diversa, que vem á fazenda por humidade”. Caldas Aulete (2008), por sua vez, define-o como “qualquer espécie de fungo que dá em lugares úmidos e deteriora alimentos, roupas etc.” Ranço, bafio e cheiro de umidade ou coisa estragada são acepções associados a *mofo* por Caldas Aulete (2008) e Ferreira (2010). *Mofo*

também é considerado um sinônimo de *bolor* (CALDAS AULETE, 2008; HOUAISS, 2009; FERREIRA, 2010; CUNHA, 2010).

Para Caldas Aulete (2008) e Houaiss (2009), a etimologia de *mofo* é controversa. Nascentes (1955), por seu turno, anota uma possível ascendência no alemão *muffe* no latim *mufa*, sem maiores esclarecimentos sobre esses termos. A despeito disso, Ferreira (2010) e Cunha (2010) apontam que a origem do vocábulo é provavelmente expressiva, ou seja, derivada do próprio som.

Figura 16 – Parede com mofo.



Fonte: <<http://mistercryl.com.br/patologia-mofo-e-fungos-na-parede-ou-no-teto-como-resolver/>>.

Em relação a *bufo*, todos os lexicógrafos estudados associam essa variante a significados distantes da noção de cogumelo trazida pelos paranaenses de Jaguariaíva e Assis Chateaubriand. Apenas Cunha (1999) não prevê o verbete, talvez por tratar exclusivamente de palavras portuguesas de origem tupi, o que não seria o caso.

É importante destacar, porém, que a designação *bufo* é relacionada à ação de bufar, ou seja, de expelir fortemente o ar pela boca ou pelo nariz, por Nascentes (1955), Caldas Aulete (2008), Houaiss (2009), Ferreira (2010) e Cunha (2010). Tal verbo teria origem onomatopaica de um radical representativo do sopro: *buf* (HOUAISS, 2009).

Diante disso, considerando as designações *mofo* e *bufo* como produções expressivas, aventa-se a hipótese de que os radicais *mof* e *buf* indicam a representação do sopro do ar, um sinal de repugnância ou aversão, que pode estar dirigida a um ambiente úmido, mal cuidado, velho ou ao próprio cogumelo nascido nessas condições. Pode-se imaginar também a relação entre este vegetal e o barulho ao ser pressionado por quem o toca. De qualquer maneira, surgiria uma motivação fonossimbólica.

A forma *piúca*, utilizada por informantes de Ortigueira e Assis Chateaubriand, está dicionarizada como pau seco que se esfarela (CUNHA, 1999; CALDAS AULETE, 2008; HOUAISS, 2009; FERREIRA, 2010). Em Houaiss (2009), tal variante é assinalada como um regionalismo do sul do Brasil. Sua origem etimológica é controversa, entretanto Ferreira (2010) indica que possivelmente seja do tupi.

Tendo em vista a acepção apresentada pela maioria das obras lexicográficas consultadas, *piúca* é uma denominação que exemplifica a motivação icônica metonímica quanto ao local onde se encontra o cogumelo. Importa ressaltar que a própria questão formulada com o fito de alcançar respostas que correspondessem ao referente, continha o sema “pau podre”, favorecendo tal aproximação.

Não obstante *cabeça-de-velho* ter sido uma das denominações mais produtivas da Carta 41 do ALPR – identificada em Manoel Ribas, Ortigueira, Assis Chateaubriand e Castro, pontos que abrangem a parte central do Paraná de leste a oeste –, tal variante não foi localizada em dicionário algum, entre os consultados.

A denominação *véu-de-noiva*, mapeada mais ao centro, em Campo Mourão, e também no sul do Estado, em Pato Branco, igualmente não está catalogada nas obras pesquisadas. Todavia, a entrada *véu*, no dicionário Caldas Aulete (2008), contém a acepção, da Botânica, de “membrana que fixa o bordo do chapéu do cogumelo ao seu pedúnculo”. Vale dizer que, nesse mesmo verbete, consta a locução *véu da noiva* em sentidos diversos do trazido pelos informantes.

Cabeça-de-velho e *véu-de-noiva* ilustram, mais uma vez, a motivação icônica relacionada à cor. Embora essas formas não integrem os dicionários examinados, há que se reconhecer que a tonalidade branca é uma semelhança entre o cabelo das pessoas idosas, o véu das noivas e o topo de muitos cogumelos.

Boneca-de-saci, nome para *cogumelo* citado por entrevistados de Peabiru e Ribeirão do Pinhal, municípios localizados ao norte do Paraná, não foi encontrada nas obras lexicográficas mencionadas. Importa referir que *saci*, no Brasil, é uma entidade fantástica: “menino negro de uma perna só, que pita um cachimbo e usa um barrete vermelho, e que faz travessuras tais como amedrontar os viajantes nas matas” (CALDAS AULETE, 2008). Ainda sobre esse personagem do folclore:

O *saci* nasce dentro dos gomos de taquaruçu, um bambu de gomos enormes, com mais de meio metro de comprimento, e grossos. Nasce sempre em noites de tempestade. Os gomos de bambu dão grandes estalos, se abrem, e vão saindo *sacizinhos* já de gorrinho e pito aceso. Em cada taquaruçu nascem sete *sacizinhos*. Eles vivem setenta e sete anos e depois viram ‘orelhas-de-pau’, aqueles cogumelos de madeira (MOUZAR, 2007).

Verifica-se, pois, que o *saci* tem um comportamento muito semelhante ao do *cogumelo*, uma vez que, além de terem, respectivamente, gorrinho e píleo no mesmo formato, nascem nos troncos de árvores em noites úmidas. A designação *boneca-de-saci* traz, ainda, o elemento *boneca*, uma representação de um ser humano, ou nesse caso de um *saci*, em tamanho menor. Sugere-se, então, que essa variante é motivada de modo icônico pelo comportamento.

4.1.5 *Cogumelo* e outras denominações: síntese dos resultados

O Quadro 9 reúne todas variantes lexicais para os designativos da questão 76 do ALPR conforme o número de ocorrências. Como se pode ver, a forma ao menos hoje considerada padrão, *cogumelo*, foi somente a quarta entre as mais produtivas, ficando atrás de *urupê*, *guarda-chuva* e *orelha-de-pau*.

Quadro 9 – *Cogumelo* e outras denominações, conforme número de ocorrências.

Variante	Carta	Número de ocorrências	Porcentagem em relação ao total de ocorrências
<i>urupê</i>	38	40	22,47%
<i>guarda-chuva</i>	39	25	14,04%
<i>orelha-de-pau</i>	40	25	14,04%
<i>cogumelo</i>	38	21	11,79%

<i>chapéu</i>	39	19	10,67%
<i>orelha-de-padre</i>	40	11	6,17%
<i>sombrinha</i>	39	7	3,93%
<i>orelha-de-mico</i>	40	7	3,93%
<i>fungo</i>	41	5	2,8%
<i>bolor</i>	41	3	1,68%
<i>orelha-de-lobisomem</i>	40	2	1,12%
<i>mofo</i>	41	2	1,12%
<i>cabeça-de-velho</i>	41	2	1,12%
<i>bufo</i>	41	2	1,12%
<i>piúca</i>	41	2	1,12%
<i>boneca-de-saci</i>	41	2	1,12%
<i>véu-de-noiva</i>	41	2	1,12%
<i>orelha-de-velho</i>	40	1	0,56%
19 variantes	5 cartas	178 ocorrências	100%

Fonte: dados do ALPR (elaborado pela autora).

No que diz respeito à quantidade de pontos onde foram registradas as variantes em questão, *cogumelo* é a quinta entre as encontradas no maior número de localidades, ultrapassada, nessa perspectiva, também pela denominação *chapéu*, além das formas *urupê*, *guarda-chuva* e *orelha-de-pau*. Isso fica demonstrado no Quadro 10.

Quadro 10 – *Cogumelo* e outras denominações, conforme número de pontos linguísticos.

Variante	Carta	Número de pontos	Porcentagem em relação ao total de pontos
<i>urupê</i>	38	28	43,07%
<i>guarda-chuva</i>	39	19	29,23%
<i>orelha-de-pau</i>	40	19	29,23%
<i>chapéu</i>	39	18	27,69%
<i>cogumelo</i>	38	17	26,15%
<i>orelha-de-padre</i>	40	11	16,92%
<i>orelha-de-mico</i>	40	7	10,76%

<i>sombrinha</i>	39	5	7,69%
<i>fungo</i>	41	4	6,15%
<i>bolor</i>	41	3	4,61%
<i>orelha-de-lobisomem</i>	40	2	3,07%
<i>mofo</i>	41	2	3,07%
<i>cabeça-de-velho</i>	41	2	3,07%
<i>bufo</i>	41	2	3,07%
<i>piúca</i>	41	2	3,07%
<i>boneca-de-saci</i>	41	2	3,07%
<i>véu-de-noiva</i>	41	2	3,07%
<i>orelha-de-velho</i>	40	1	1,53%
19 variantes	5 cartas	65 pontos	100%

Fonte: dados do ALPR (elaborado pela autora).

No que tange à pesquisa lexicográfica realizada, foi possível verificar o pouco diálogo existente entre os dicionaristas e os dados geolinguísticos, pois muitos itens lexicais ainda têm sua entrada ignorada nas obras lexicográficas, não obstante sua produtividade. É o caso, por exemplo, de *orelha-de-padre*, variante registrada em todo Paraná Moderno, porém não consignada em dicionário algum entre os consultados. Também o item lexical *guarda-chuva*, apesar de ter sido localizado em três das obras pesquisadas (CALDAS AULETE, 2008; HOUAISS, 2009; FERREIRA, 2010), não apresentou, nem mesmo nessas, a acepção correspondente ao conceito de *cogumelo*, atribuída ao lema por vários informantes espalhados por todo Estado. Diante disso, faz-se pertinente o parecer de Biderman (2004), para quem:

[...] o dicionário descreve o léxico em função de um modelo ideal de língua – a língua culta e escrita; pode, porém, registrar usos dialetais, populares, gíriáticos esporadicamente. Por conseguinte, o dicionário convalida e promove a linguagem aceita e valorizada em sua comunidade (BIDERMAN, 2004, p.185).

Por essa razão, há atualmente um interesse crescente por parte dos pesquisadores da área do léxico em dispor de dados coletados pelas pesquisas de cunho dialetal para preencher as lacunas deixadas pelos dicionários convencionais,

que muitas vezes não contemplam verbetes coletados *in loco* baseados em dados da língua na modalidade oral.

No tocante às formas linguísticas em análise, o Quadro 11 sistematiza sua presença ou ausência nas obras lexicográficas utilizadas neste estudo. Importa esclarecer que, nesse quadro, a cor verde representa o encontro de acepções compatíveis com o referente *cogumelo*, a cor amarela sinaliza a localização somente de significados diferentes do conceito de *cogumelo* e a cor vermelha marca a ausência de dicionarização da denominação.

Quadro 11 – Dicionarização das variantes em relação ao conceito de *cogumelo*.

Dicionário X Variante	Bluteau	Moraes Silva	Nascentes	Câmara Cascudo	Cunha	Caldas Aulete	Houaiss	Ferreira	Cunha
<i>cogumelo</i>	Verde	Verde	Verde	Verde	Vermelho	Verde	Verde	Verde	Verde
<i>urupê</i>	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
<i>guarda-chuva</i>	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Vermelho
<i>chapéu</i>	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Verde	Verde	Verde	Amarelo
<i>sombrinha</i>	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Vermelho
<i>orelha-de-pau</i>	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Verde	Verde	Verde	Vermelho
<i>orelha-de-padre</i>	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho
<i>orelha-de-mico</i>	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho
<i>orelha-de-velho</i>	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho
<i>orelha-de-lobisomem</i>	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho
<i>fungo</i>	Verde	Verde	Verde	Verde	Vermelho	Verde	Verde	Verde	Verde
<i>bolor</i>	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
<i>mofo</i>	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
<i>cabeça-de-velho</i>	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho
<i>bufo</i>	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo

<i>piúca</i>									
<i>boneca-de-saci</i>									
<i>véu-de-noiva</i>									

Fonte: Bluteau (1789), Moraes Silva (1813), Nascentes (1955), Câmara Cascudo (1980), Cunha (1999), Caldas Aulete (2008), Houaiss (2009), Ferreira (2010) e Cunha (2010) (elaborado pela autora).

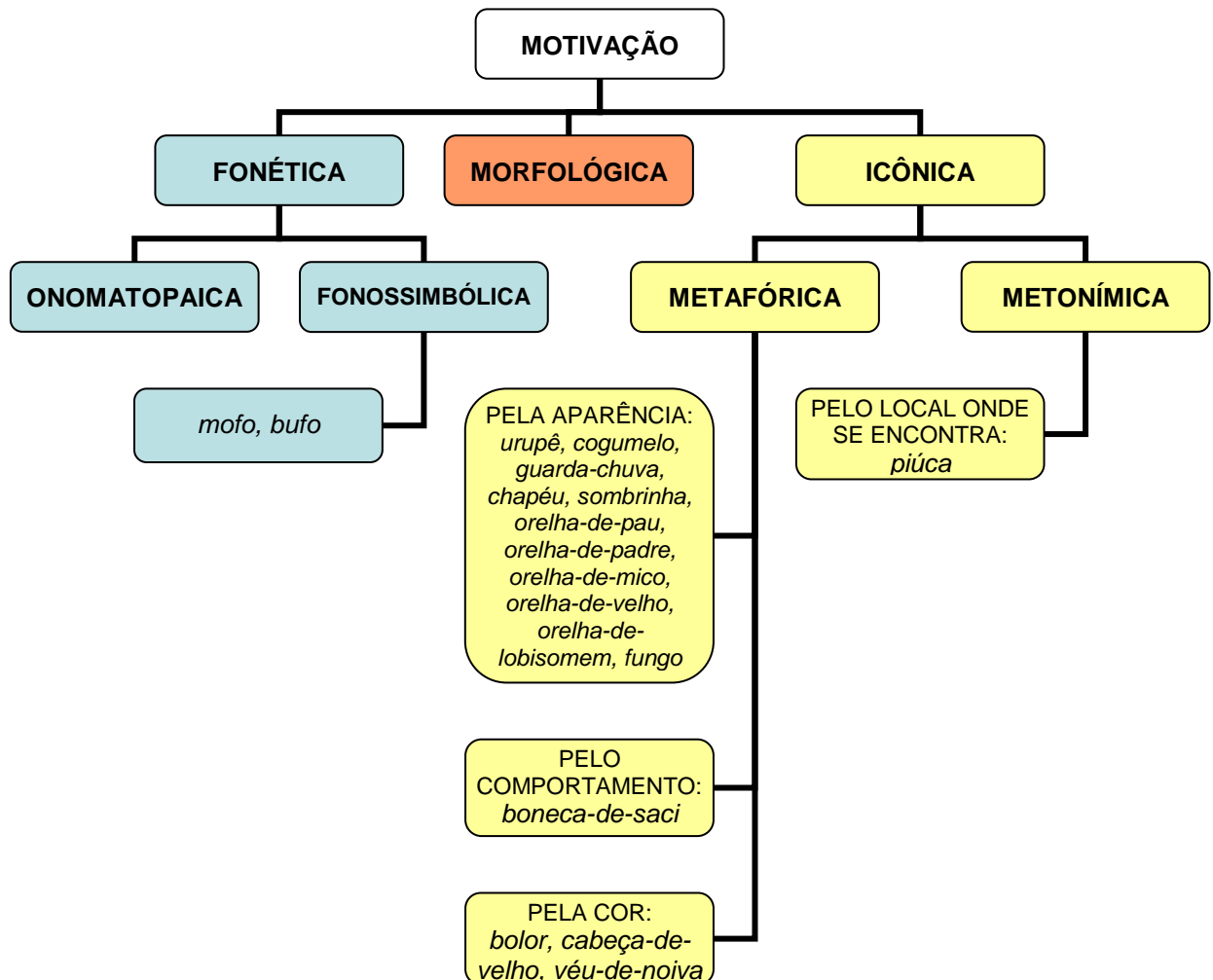
Quanto aos casos de dicionarização das denominações com acepções diversas das apontadas nos inquéritos do ALPR, assinalados em amarelo no Quadro 11, observa-se o seguinte:

- (i) *guarda-chuva*, para Caldas Aulete (2008), Houaiss (2009) e Ferreira (2010), é objeto usado para proteger as pessoas da chuva ou do sol;
- (ii) *chapéu*, para Bluteau (1789), Moraes Silva (1813), Nascentes (1955) e Cunha (2010), é uma peça destinada a cobrir a cabeça;
- (iii) *sombrinha*, para Nascentes (1955), Caldas Aulete (2008), Houaiss (2009) e Ferreira (2010), é sinônimo de guarda-sol, pequeno guarda-chuva ou guarda-chuva feminino;
- (iv) *bolor*, para Bluteau (1789), Moraes Silva (1813), Nascentes (1955), Caldas Aulete (2008), Houaiss (2009), Ferreira (2010) e Cunha (2010), está associado a musgo, palidez, cheiro de umidade, mofo, aparência do que é velho;
- (v) *mofo*, para Bluteau (1789), Moraes Silva (1813), Nascentes (1955), Caldas Aulete (2008), Houaiss (2009), Ferreira (2010) e Cunha (2010), é um fungo que dá em lugares úmidos, que gera a decomposição de alimentos; ou está relacionado a bolor e cheiro de umidade.
- (vi) *bufo*, para Bluteau (1789), Moraes Silva (1813), Nascentes (1955), Caldas Aulete (2008), Houaiss (2009), Ferreira (2010) e Cunha (2010), é espécie de ave, armadilha para aves, homem avarento, personagem de comédia ou farsa ou tipo de sapo, além de estar ligado a ação de bufar.
- (vii) *piúca*, para Cunha (1999), Caldas Aulete (2008), Houaiss (2009) e Ferreira (2010), trata-se de um pau seco que se esfarela.

Fica evidente, portanto, a discrepância entre o número de entradas localizadas nos dicionários com o mesmo sentido dos registros no ALPR – 28 casos ou 17,28% do total – e o número de entradas com acepções diversas – 36 casos ou 22,22% do total – ou não localizadas nessas obras – 98 casos ou 60,5% do total –, o que denota a importância do atlas na perpetuação de itens linguísticos que fazem parte da história da língua portuguesa.

Em relação à motivação das denominações atribuídas ao referente *cogumelo* aqui estudadas, este estudo propõe classificá-las com base nos pressupostos teóricos previamente apreendidos. A Figura 17 sintetiza essa classificação, revelando que todos esses signos linguísticos são motivados.

Figura 17 – Classificação das variantes para *cogumelo* conforme sua motivação.



Fonte: dados do ALPR (elaborado pela autora).

À vista disso, ao menos em relação ao grupo de variantes mapeadas nas Cartas 38, 39, 40 e 41 do ALPR, a motivação do signo está presente, isto é, confirma-se a hipótese investigada nesta dissertação.

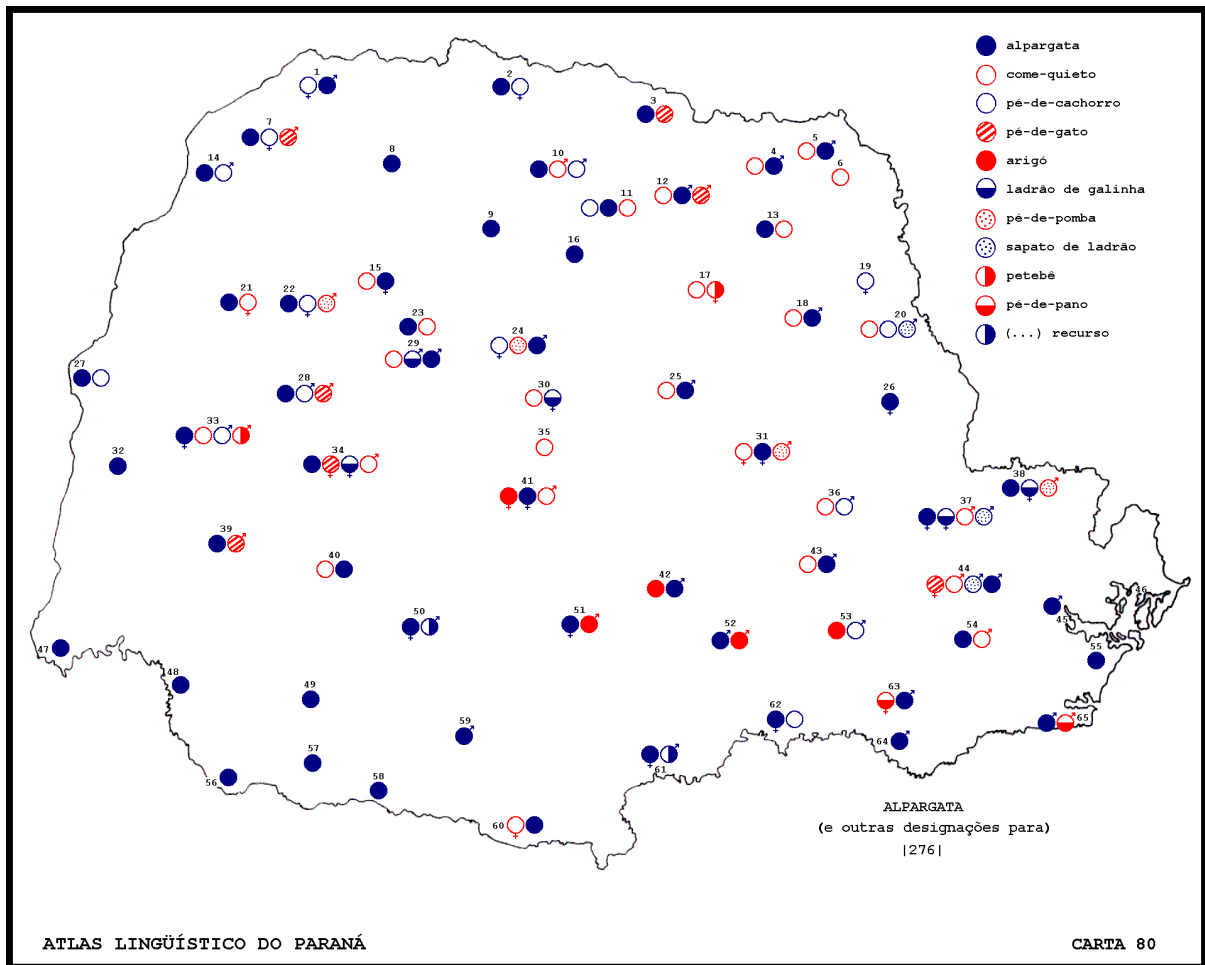
4.2 DESIGNAÇÕES PARA *ALPARGATA* NAS PERSPECTIVAS GEOLINGUÍSTICA, LEXICOGRÁFICA E SEMÂNTICO-MOTIVACIONAL

A Carta 80 tem como objeto respostas à pergunta: “como se chama aquele calçado antigo de lona com sola de corda trançada?”. A seguir, são descritas as variantes registradas nessa carta linguística, sob as perspectivas da Geolinguística e da Lexicografia, propiciando uma reflexão a respeito da motivação dessas formas.

4.2.1 Variantes registradas na Carta 80 do ALPR

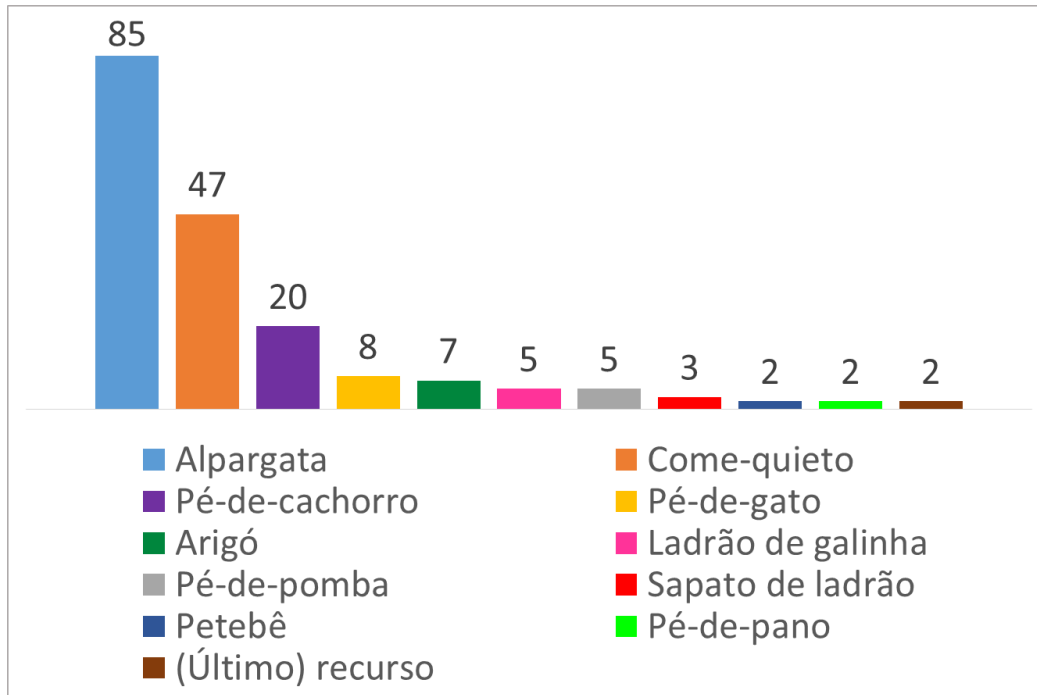
A carta linguística em foco, originada a partir das respostas à Questão 276 – *alpargata*, do ALPR, apresenta um caso de acentuado polimorfismo. A Figura 18 traz as formas mapeadas: *alpargata*, *come-quieto*, *pé-de-cachorro*, *pé-de-gato*, *arigó*, *ladrão de galinha*, *pé-de-pomba*, *sapato de ladrão*, *petebê*, *pé-de-pano* e *(último) recurso*.

Figura 18 – Carta 80: designações para *alpargata*.

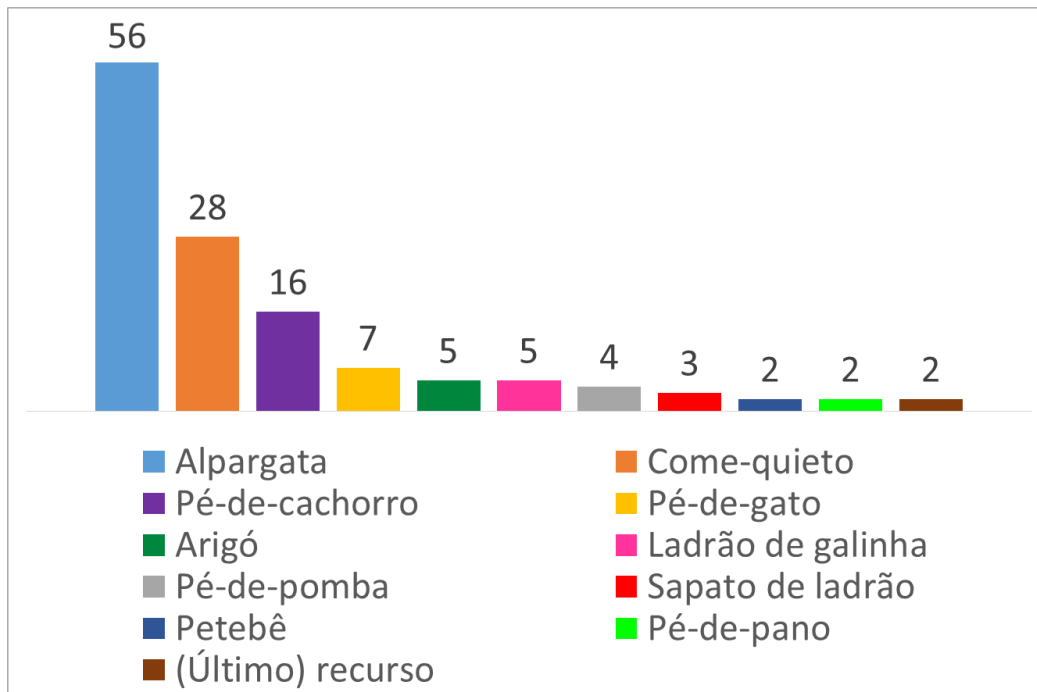


Fonte: Atlas Linguístico do Paraná (AGUILERA, 1994).

Como visto, a forma linguística *alpargata* é nitidamente a mais produtiva, estando presente na fala da maioria dos entrevistados e em quase toda a rede de pontos. As lexias *come-quieto* e *pé-de-cachorro* têm também presença considerável na fala paranaense. É o que está disposto nos Gráficos 9 e 10.

Gráfico 9 – Variantes da Carta 80 quanto ao número de ocorrências.

Fonte: dados do ALPR (elaborado pela autora).

Gráfico 10 – Variantes da Carta 80 quanto ao número de pontos linguísticos.

Fonte: dados do ALPR (elaborado pela autora).

Alpargata foi ao menos uma das respostas obtidas em praticamente todo o Paraná para a Questão 276 do ALPR, com exceção de apenas nove municípios,

onde a denominação não foi registrada: Jacarezinho, São Jerônimo da Serra, Siqueira Campos, São José da Boa Vista, Ivaiporã, Manoel Ribas, Castro, Guaraqueçaba e Palmeira.

Em Ferreira (2010) *alpargata* é referida como “sandália sem salto que se prende ao pé por tiras de couro ou de pano”, enquanto em Bluteau (1789) e Moraes Silva (1813) essa forma linguística é definida como “calçado, quê tem o rosto enfrestado, como dos frades capuchos, e outros, de qualquer matéria como coiro, seda”. Nas obras lexicográficas consultadas – à exceção de Cunha (1999), que não prevê o verbete –, *alpargata* tem pelo menos um destes correspondentes: *alpargate*, *alparcate*, *alparcata*, *alparga*, *albarca* e *abarca*. Sua etimologia aponta para o espanhol *abarca*, para o basco *abarka* – resultado do romance da Península Ibérica influenciado pelo árabe (NASCENTES, 1955) – e/ou para o árabe *al-pargat* (CALDAS AULETE, 2008).

Covarrubias y Orozco (1611), em seu “Tesoro de la lengua castellana o española”, define *abarca* como um gênero de calçado rústico que usam os que vivem em serras e lugares ásperos, apresentando dois tipos: uns de pau, que por terem forma de barcas se dizem abarcas, e outros de couro de vaca cru, que com uns cordões são atados aos pés sobre uns trapos, com que pisam sem perigo na neve. Revela-se, à vista disso, uma possível motivação icônica relativa à aparência do calçado, que, ao menos originalmente, seria similar ao de embarcações.

Segundo Câmara Cascudo (1980), a alpargata “é o mais antigo calçado do mundo em pleno uso moderno”. As figuras a seguir trazem exemplares desse calçado pertencentes a várias épocas: a Figura 19 contém as tradicionais *abarkas*, calçados rústicos tipicamente bascos, em exposição na Argentina; a Figura 20, um par de *alpercatas* do século XIX encontradas em Portugal; a Figura 21 apresenta as populares Alpargatas Roda, vendidas no Brasil principalmente durante os anos 1950; a Figura 22 mostra que esse tipo de calçado, hoje em dia, também é produzido por grifes luxuosas, a exemplo da Chanel, recebendo também o nome de espadriles.

Figura 19 – *Abarkas* bascas (Museu Nacional de Arte Decorativa de Buenos Aires).



Fonte: Caudo (2018).

Figura 20 – *Alpercatas* (Açores, século XIX).



Fonte: Direção-Geral do Património Cultural de Portugal (2018).

Figura 21 – *Alpargatas Roda* (Brasil, década de 1950).



Fonte: < <http://www.anosdourados.blog.br/2010/03/imagens-velharia-alpargatas-roda.html>>

Figura 22 – *Alpargatas* ou *espadriles* Chanel (Brasil, atualmente).



Fonte: < https://www.chanel.com/pt_BR/moda/p/sho/g29762x52965/g29762x529650f652/espadrilles-couro-de-cabra-laminado-prata.html>.

Segunda variante mais produtiva entre as registradas na Carta 80 do ALPR, *come-quieto* está dicionarizada apenas nas obras de Caldas Aulete (2008) e Houaiss (2009) como “calçado de lona, alpargata”, como uso popular ou informal. Ferreira (2010), por sua vez, traz as seguintes acepções: “indivíduo discreto, que não alardeia suas aventuras amorosas”. Os demais dicionários consultados não registram o verbete. De acordo com Aguilera (1998, p. 10), *come-quieto*, além de

estar relacionado à ausência de ruído, é uma clara alusão aos mineiros, muito presentes no espaço onde a variante foi registrada durante o povoamento do Paraná. Para essa pesquisadora, a popular expressão “mineirinho come-quieto” está relacionada ao fato de os mineiros serem conhecidos como dissimulados e ardilosos.

O item lexical *pé-de-gato*, quando registrado nos dicionários, remete a uma espécie de erva (BLUTEAU, 1789; MORAES SILVA; 1813; CALDAS AULETE, 2008; HOUAISS, 2009; FERREIRA, 2010), distanciando-se do conceito que recobre o referente *alpargata*. As formas *pé-de-pomba*, *pé-de-pano* e *sapato de ladrão* não foram localizadas nas obras lexicográficas consultadas. Apesar disso, é possível relacionar essas variantes, assim como *come-quieto*, com a *alpargata*, por ser um calçado originalmente silencioso em razão de seu solado. Tanto o indivíduo discreto, como o ladrão agem sem fazer alarde; do mesmo modo o andar do gato, da pomba e sobre um pano são silenciosos e furtivos. Por isso, fica assentada nesses signos linguísticos uma motivação icônica metafórica pelo comportamento do referente.

A forma *pé-de-cachorro* foi encontrada somente em Ferreira (2010) como “indivíduo reles, sem importância”. Não muito distante dessa perspectiva da insignificância, *arigó* é definido como indivíduo rústico, matuto, simplório, caipira, que é da roça ou nela trabalha (CALDAS AULETE, 2008; HOUAISS, 2009; FERREIRA, 2010). *Ladrão de galinha*, embora não registrada nas obras consultadas, é uma expressão notoriamente utilizada para fazer referência ao ladrão que furta coisas de pequeno valor, muitas vezes para matar a fome. A designação *petebê*, também não dicionarizada, está relacionada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – partido de forte apelo popular, de base operária –, conforme esclarecem Szatkoski (2003) e Favero (2006):

[Registra-se a] preferência do eleitorado negro e também pardo, ou regionalmente identificado como “luso-brasileiro”, pelo PTB, porque esse partido conseguiu uma identificação com as classes trabalhadoras. [...] Dizia-se também que “aquele sujeito era ‘petebê’ como manifestação de desprezo, termo pejorativo denotando falta de qualidade pela sua postura ideológica e política (SZATKOSKI, 2003, p. 185).

[...] na época se dizia que “se passasse por uma casa de chão batido e tivesse um rádio ligado, um porco na corda, um galo de rinha no terreiro e um cachorro magro podia chegar que era petebê”.

Percebe-se aqui claramente o preconceito com os costumes e a condição social das camadas pobres rurais, fortemente ligadas ao PTB (FAVERO, 2006, p. 25).

Constata-se, pois, que as denominações *pé-de-cachorro*, *arigó*, *ladrão de galinha* e *petebê* identificam-se pela referência a uma visão negativa e arraigada da sociedade a respeito do indivíduo pertencente ao meio rural e às classes menos favorecidas, que por isso seria desprovido de valor, miserável e teria visão ideológica e política questionável. Esse sujeito estigmatizado por seu baixo poder aquisitivo fez parte do público consumidor das alpargatas, calçados populares, sobretudo rurais, muito utilizados por trabalhadores das lavouras de café (AGUILERA, 1998, p. 9), afinal:

[...] em qualquer armazém ou loja, o consumidor encontrava produtos da Fábrica Brasileira de Alpargatas e Calçados. [...] os *slogans* aplicados aos anúncios já caracterizavam o calçado como um produto resistente, confortável e barato, que poderia ser usado tanto para o público feminino, masculino e crianças (SANTOS; RAZZA; SANTOS, 2015, p. 2047).

De fato, o baixo custo era o mote dos anúncios de alpargatas até os anos 1960, como se vê nas Figuras 23 e 24:

Figura 23 – Anúncio das Alpargatas Roda nos anos 1950.



Fonte: <<http://caminhodosul.blogspot.com/2014/03/sociedade-anonyma-fabrica-brazileira-de.html>>.

Figura 24 – Anúncio de alpargatas nos anos 1960.



Fonte: <<https://www.desmobilia.com.br/produto/alpargatas-roda-3447>>.

Assim, é possível situar a motivação das designações *pé-de-cachorro*, *arigó*, *ladrão de galinha* e *petebê* para o referente *alpargata* como icônica e, mais especificamente, metonímica, por sua relação externa com aquele que utiliza esse tipo de calçado.

Por derradeiro, denominação *último recurso* traduz a pobreza extrema, a falta de provisões, a impossibilidade de adquirir outro calçado mais reforçado que o de lona, haja vista que *recurso* está associado a meio pecuniário, bem material, posse (HOUAISS, 2009). A respeito desse aspecto, também fundado na rusticidade desse calçado, um dos informantes de Assis Chateaubriand, conforme consta das notas da Carta 80, afirma: “[...] cê pensa que tá carçado e num tá nada. Num dá nem pa passá perto do ispinho que já finca tudo na gente. Intão cê tá co ele no pé, tá discarçado, tá sofreno e num tá veno”. Desse modo, constata-se nessa forma linguística uma motivação icônica metafórica pelo que o referente representa para o homem.

4.2.2 *Alpargata* e outras denominações: síntese dos resultados

Tendo em vista o número total de respostas elicitadas nessa questão, a forma linguística *alpargata*, sozinha, representa quase a metade das ocorrências, figurando-se manifesta no imaginário paranaense da época. O Quadro 12 apresenta os números absolutos e percentuais dessa e das demais designações registradas no ALPR.

Quadro 12 – *Alpargata* e outras denominações, conforme número de ocorrências.

Variante	Carta	Número de ocorrências	Porcentagem em relação ao total de ocorrências
<i>alpargata</i>	80	85	45,69%
<i>come-quieto</i>	80	47	25,26%
<i>pé-de-cachorro</i>	80	20	10,75%
<i>pé-de-gato</i>	80	8	4,30%
<i>arigó</i>	80	7	3,76%
<i>ladrão de galinha</i>	80	5	2,68%
<i>pé-de-pomba</i>	80	5	2,68%
<i>sapato de ladrão</i>	80	3	1,61%
<i>petebê</i>	80	2	1,07%
<i>pé-de-pano</i>	80	2	1,07%
<i>(último) recurso</i>	80	2	1,07%
11 variantes	1 carta	186 ocorrências	100%

Fonte: dados do ALPR (elaborado pela autora).

Em 56 municípios, dos 65 que compõem a rede de pontos do ALPR, a resposta *alpargata* foi apresentada diante da Questão 276, o que denota certa homogeneidade na fala dos paranaenses, ao menos no que concerne a esse referente. Isso provavelmente se deve à intensa propaganda do produto em todo o Estado. Não se pode deixar de salientar, todavia, a presença significativa das variantes *come-quieto* e *pé-de-cachorro* no território estudado, conforme levantamento disposto no Quadro 13.

Quadro 13 – *Alpargata* e outras denominações, conforme o número de pontos linguísticos.

Variante	Carta	Número de pontos	Porcentagem em relação ao total de pontos
<i>alpargata</i>	80	56	86,15%
<i>come-quieto</i>	80	28	43,07%
<i>pé-de-cachorro</i>	80	16	24,61%
<i>pé-de-gato</i>	80	7	10,76%
<i>arigó</i>	80	5	7,69%
<i>ladrão de galinha</i>	80	5	7,69%
<i>pé-de-pomba</i>	80	4	6,15%
<i>sapato de ladrão</i>	80	3	4,61%
<i>petebê</i>	80	2	3,07%
<i>pé-de-pano</i>	80	2	3,07%
<i>(último) recurso</i>	80	2	3,07%
11 variantes	1 carta	65 pontos	100%

Fonte: dados do ALPR (elaborado pela autora).

No que se refere à descrição lexicográfica realizada, da mesma forma como ocorreu com as variantes para *cogumelo*, constata-se o distanciamento entre os dados constantes dos dicionários e os registrados no ALPR. *Pé-de-cachorro*, por exemplo, a terceira denominação mais produtiva da Carta 80, presente de forma significativa nas áreas do Paraná de colonização mais antiga e mais recente, não foi localizada nos dicionários examinados, com exceção de Ferreira (2010), que catalogou a entrada com uma acepção destoante do conceito de *alpargata*.

O Quadro 14 esquematiza a presença ou a ausência das variantes coletadas nas obras lexicográficas consultadas. Vale lembrar que, nesse quadro, a cor verde representa o encontro de acepções compatíveis com o referente *alpargata*, a cor amarela sinaliza a localização somente de significados diferentes do conceito de *alpargata* e a cor vermelha marca a ausência de dicionarização da denominação

Quadro 14 – Dicionarização das variantes em relação ao conceito de *alpargata*.

Dicionário X Variante	Bluteau	Moraes Silva	Nascentes	Câmara Cascudo	Cunha	Caldas Aulete	Houaiss	Ferreira	Cunha
alpargata									
come-quieto									
pé-de-cachorro									
pé-de-gato									
arigó									
ladrão de galinha									
pé-de-pomba									
sapato de ladrão									
petebê									
pé-de-pano									
(último) recurso									

Fonte: Bluteau (1789), Moraes Silva (1813), Nascentes (1955), Câmara Cascudo (1980), Cunha (1999), Caldas Aulete (2008), Houaiss (2009), Ferreira (2010) e Cunha (2010) (elaborado pela autora).

Os casos de dicionarização das denominações com acepções diversas da que recobre o conceito de *alpargata*, em amarelo no Quadro 14, levam a algumas anotações:

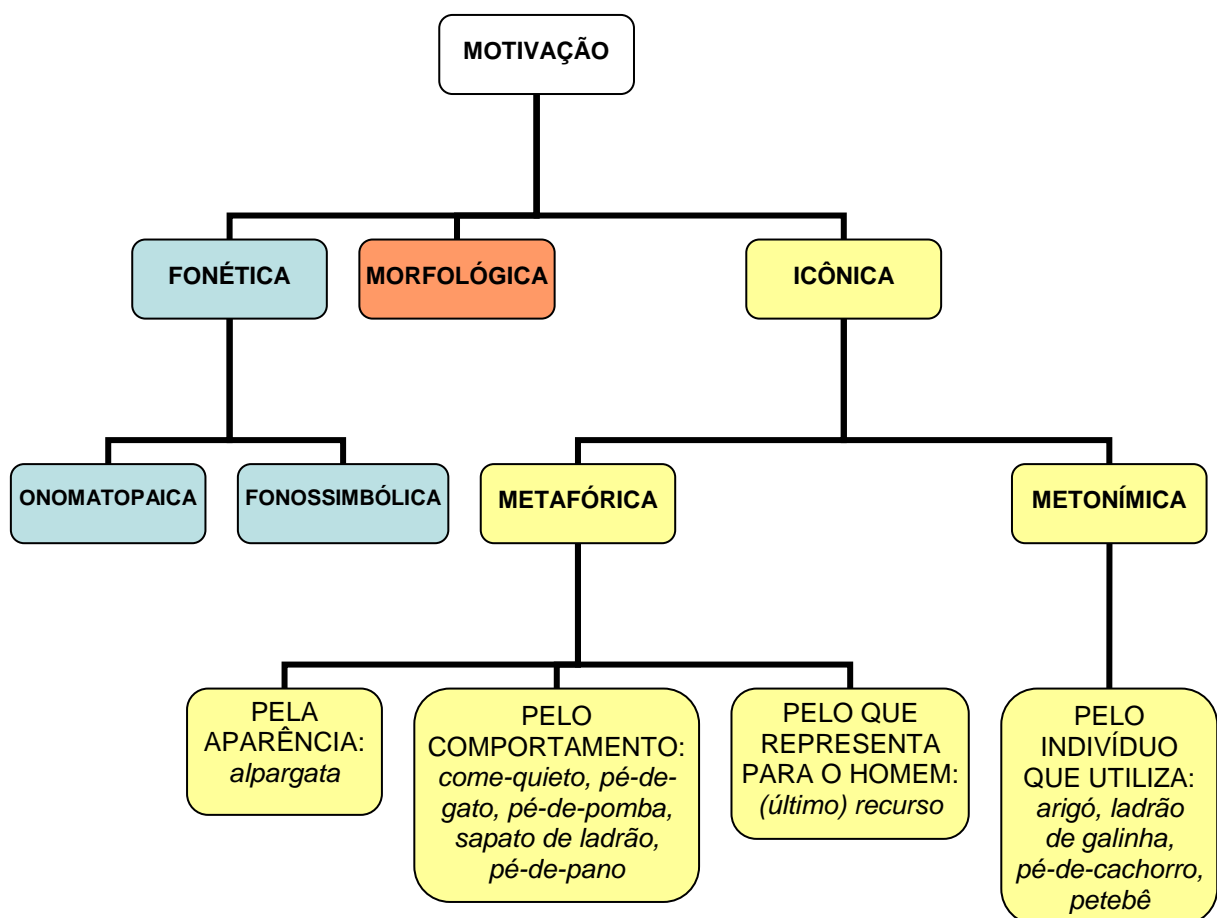
- (i) *come-quieto*, para Ferreira (2010), é um indivíduo discreto;
- (ii) *pé-de-cachorro*, para Ferreira (2010), é um indivíduo reles, sem importância;
- (iii) *pé-de-gato*, para Bluteau (1789), Caldas Aulete (2008), Houaiss (2009) e Ferreira (2010), é uma erva de uso medicinal;
- (iv) *arigó* em Caldas Aulete (2008), Houaiss (2009) e Ferreira (2010): indivíduo rústico, simplório;

(v) recurso, para Bluteau (1789), Moraes Silva (1813), Caldas Aulete (2008), Houaiss (2009) e Ferreira (2010), refere-se ao ato de recorrer; ou é um meio pecuniário, posse, dote.

Há, pois, uma notável diferença entre o número de entradas localizadas nos dicionários que abarcam o sentido dado pelos informantes nas entrevistas do ALPR – 10 casos ou 10,1% do total – e o número de entradas com acepções diversas – 15 casos ou 15,15% do total – ou não localizadas nessas obras – 74 casos ou 74,75% do total –, ficando expressa, novamente, a relevância do atlas para o registro e conservação de itens linguísticos que fazem parte da cultura e da história da língua portuguesa falada no Paraná.

De outro vértice, todas as designações atribuídas a *alpargata* encontram guarida na classificação convencionada nesta dissertação com base no aporte teórico relativo à Semântica Motivacional. É o que comprova a Figura 25:

Figura 25 – Classificação das variantes para *alpargata* conforme sua motivação.



Fonte: dados do ALPR (elaborado pela autora).

Diante do exposto, constata-se que as variantes mapeadas na Carta 80 do ALPR, assim como as anteriormente analisadas, ratificam como verdadeira a hipótese desta dissertação: os signos linguísticos são, por natureza, motivados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A distribuição diatópica das variantes examinada neste estudo confirma a figura do homem – que se locomove e carrega consigo sua cultura, sua história, suas crenças e tradições – como veículo de transporte da linguagem. Em razão disso, os atlas, principalmente os que se dedicam à investigação da fala rural, como é o caso do ALPR, têm o poder de conservar as várias camadas linguísticas que se foram sobrepondo ao longo do tempo.

Nesse sentido, esta dissertação corrobora a afirmação de Rodrigues (2007, p. 267) de que a história do Paraná está inscrita na configuração dos vocabulários registrados nas cartas lexicais do ALPR. Sendo assim, reforça-se a importância dos trabalhos regionais, centrados em inquéritos *in loco* para o estabelecimento da dinâmica das formas linguísticas no espaço geográfico. Prestigia-se, pois, o povo como legítimo criador da língua a partir do reconhecimento de sua capacidade de manifestar e eternizar suas emoções, seu modo de ver e interpretar o mundo, independentemente do domínio da escrita.

Constatou-se, também, o grande abismo existente entre os dados coletados para o ALPR e os dispostos nos dicionários de língua. A maior parte dos itens lexicais aqui analisados têm sua entrada ignorada nas obras lexicográficas consultadas ou, quando muito, são associados a acepções distantes do conceito do respectivo referente, apesar de sua produtividade na fala dos paranaenses.

Isso demonstra que, ao menos tradicionalmente, os dicionários vêm descrevendo o léxico em função de um modelo ideal de língua, promovendo, pois, uma variedade escrita universalmente aceita e valorizada, em detrimento de usos orais, dialetais e populares. Apesar disso, muitos pesquisadores têm se dedicado a dispor de dados coletados pelas pesquisas dialetológicas para preencher as lacunas deixadas pelas obras lexicográficas convencionais. Enfatiza-se, pois, ao fim deste trabalho, a indiscutível importância do atlas para auxiliar o fazer do lexicógrafo e, especialmente, para preservar formas linguísticas e documentar a língua portuguesa.

Ademais, a presente dissertação evidenciou a escassez de pesquisas dedicadas ao estudo da Semântica Motivacional a partir de *corpora* geolinguísticos, não obstante a grande quantidade de formas registradas em atlas brasileiros a

serem exploradas sob essa perspectiva. Esperamos, por conseguinte, servir de incentivo para a realização de mais pesquisas dessa natureza.

No tocante à motivação na criação lexical, foi possível alcançá-la em todos os 29 signos linguísticos analisados nesta dissertação: *cogumelo*, *urupê*, *guarda-chuva*, *chapéu*, *sombrinha*, *orelha-de-pau*, *orelha-de-padre*, *orelha-de-mico*, *orelha-de-velho*, *orelha-de-lobisomem*, *fungo*, *bolor*, *mofo*, *cabeça-de-velho*, *bufo*, *piúca*, *boneca-de-saci*, *véu-de-noiva*, *alpargata*, *come-quieto*, *pé-de-cachorro*, *pé-de-gato*, *arigó*, *ladrão de galinha*, *pé-de-pomba*, *sapato de ladrão*, *petebê* e (último) *recurso*.

Em relação ao referente *cogumelo*, ficou demonstrado que os falantes, por desconhecimento da forma padrão, apresentam denominações determinadas pela expressão do som (motivação fonética fonossimbólica) e, sobretudo, por associações mentais com outros semelhantes, tendo em vista a aparência, o comportamento, a cor (motivação icônica metafórica) ou ainda, por contiguidade, o local onde se encontram (motivação icônica metonímica).

Quanto às variantes para *alpargata*, a motivação pelo aspecto foi absoluta: os informantes fizeram correspondências entre semelhantes pelo formato, pelo comportamento, pelo que representam para o homem (motivação icônica metafórica), além de ligações com o indivíduo que utiliza esse tipo de calçado (motivação icônica metonímica).

Nas formas linguísticas analisadas, portanto, foi constatada a existência de vínculos entre suas imagens acústicas (significante) e conceitos (significado), fundamentais para sua constituição. Isso não impede, tendo em vista o fato de essas criações lexicais refletirem aspectos socioculturais próprios de determinada época, que tais denominações tenham sua motivação inicial recoberta por forças naturais.

Independentemente disso, para descontentamento de Hermógenes, que acreditava ter o poder de impor designações às coisas ao seu bel-prazer, e satisfação de Crátilo, que pregava serem os nomes originados pela natureza dos itens nomeados, comprovou-se, na gênese dos itens lexicais registrados nas Cartas 38, 39, 40, 41 e 80 do ALPR, a presença da motivação como um nexos entre linguagem e cultura certificado pelos próprios signos.

Cumprem-se, dessa forma, os objetivos expostos à página 19: inventariar as formas lexicais apontadas para os referentes hoje comumente denominados *cogumelo* e *alpargata*, descrevendo-as sob a perspectiva da Geolinguística,

verificando sua dicionarização e investigando a respectiva motivação no ato da denominação.

Por fim, faz-se um comentário sobre a variedade rural, em específico: é natural que, com o acesso à escola (local onde é até hoje desvalorizada) e o uso da televisão e da internet (meios que sabidamente padronizam a linguagem), as pessoas passem a usar certas denominações em detrimento de outras, amoldando-se cada vez mais à linguagem utilizada no meio urbano.

Em razão disso, nesta dissertação houve a preocupação de disseminar formas linguísticas que estão desaparecendo e, assim, salvaguardar a memória socio-histórica do povo paranaense, de modo a incitar o falante a refletir criticamente sobre seu lugar na sociedade e, no futuro, possibilitar a recuperação de, pelo menos, parte da história do português do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Cultura popular, um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Aspectos Linguísticos da Fala Londrinense: Esboço de um Atlas Linguístico de Londrina**. 1987. 313 p. Dissertação (Mestrado em Londrinhas) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1987.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Atlas Linguístico do Paraná**. 1990. 426 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 1990.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Atlas Linguístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Atlas Linguístico do Paraná: apresentação**. Londrina: Eduel, 1996.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Variantes lexicais populares: distribuição diatópica e processo de criação sígnica. CONGRES INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOLOGIE ROMANES, 20., 1998, Bruxelles. **Actes [...]**. Bruxelles: Annick Englebert, 1998. p. 7-14.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. O baetatá existe realmente? In: BALYER, Irene Maria F.; ANDERSON, Mark Cronlund (orgs.). **Latin American Narratives and Cultural Identity**. New York: Peter Lang, 2004. p. 202-216.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Atlas Linguístico do Paraná: gênese e princípios metodológicos. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **A Geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer**. Londrina: Eduel, 2005. p. 139-176.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. De onde vieram e por onde andam as nossas libélulas e jacintas? Um estudo da etimologia popular com base em dados do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 41, p. 291-309, 2010.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Os nomes para o interruptor de luz na Região Sul do Brasil: signo arbitrário ou motivado? In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; DOIRON, Maranúbia Pereira Barbosa (org.). **Estudos geossociolinguísticos brasileiros e europeus: uma homenagem a Michel Contini**. Cascavel: Edunioeste; Londrina: Eduel, 2016. p. 107-120.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Os nomes de armadilhas para pegar passarinhos: um estudo etnolinguístico dos dados registrados no ALPR e no ALPR II. In: COSTA, Daniela de Souza Silva; BENÇAL, Dayme Rosane. **Estudos linguísticos em foco: perspectivas sincrônica e diacrônica**. Londrina: Eduel, 2019. No prelo.

AGUILERA, Vanderci de Andrade; DOIRON, Maranúbia Pereira Barbosa. Variantes lexicais para alpargatas no Paraná e na região Nordeste do Brasil: um estudo etnolinguístico. **Signum**: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 16, n. 2, p. 67-99, dez. 2013.

AGUILERA, Vanderci de Andrade; ROMANO, Valter Pereira. As criações metafóricas populares: o caso das alpargatas no Paraná e em Londrina. **Línguas e Letras**, Cascavel, v. 12, n. 22, 2011.

ALINEI, Mario. **Del totemismo al Cristianesimo popolare**. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 1984.

ALINEI, Mario. **L'origine delle parole**. Roma: Aracne, 2009.

ALTENHOFEN, C. V.; KLASSMANN, M. S. (Orgs.). **Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS**: cartas fonéticas e morfossintáticas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

ALTINO, Fabiane Cristina. **Pelos caminhos da geolinguística paranaense**: um estudo do léxico popular de Adrianópolis. 2001. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2001.

ALTINO, Fabiane Cristina. **Atlas Linguístico do Paraná II**. 2007. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2007.

ALTMAN, Cristina. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

ALVES, Adalberto. **Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2013.

AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. São Paulo: O Livro, 1920.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; BEZERRA DE MENEZES, Cleusa. **Atlas Linguístico da Paraíba**. Brasília: UFPB/CNPq; Coordenação Editorial, 1984.

BASÍLIO, Margarida. Polissemia sistemática em substantivos deverbais. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, n. 47, p. 49-71, 2004.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria linguística**: linguística quantitativa e computacional. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A ciência da Lexicografia. **Alfa**, São Paulo n. 28 (supl.), p. 1-26, 1984.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria linguística**: teoria lexical e linguística computacional. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dicionários do Português: da tradição à contemporaneidade. **Alfa**, São Paulo, n. 47/1, p. 53-69, 2003.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Análise dos dicionários gerais do português brasileiro contemporâneo: o Aurélio e o Houaiss. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Orgs.). **As Ciências do Léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. v. 2. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2004. p. 185-200.

BLOOMFIELD, Leonard. **Language**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1933.

BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da Lingua Portugueza** – reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **A geografia lingüística no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

BUSSE, Sanimar. **Um estudo geossociolingüístico da fala do oeste do Paraná**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2010.

CALDAS AULETE, Francisco Júlio de. **iDicionário Aulete**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital>. Acesso em: 16 ago. 2018.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Introdução às línguas indígenas brasileiras**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil; Museu Nacional, 1965.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **História da Linguística**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

CARDOSO, Jayme Antônio; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas Histórico do Paraná**. 2. ed. Curitiba: Livraria Chain, 1986.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Geolingüística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARUSO, Pedro. **Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo**: questionário. Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia; UNESP; Prefeitura Municipal de Assis, 1983.

CASADO VELARDE, Manuel. **Lenguaje y Cultura**. Madrid: Síntesis, 1988.

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Painel de**

informações quantitativas (teses e dissertações). Disponível em: <<https://catalogo.deteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 2 out. 2018.

CAUDO, Silvina Di. **Gure arropa**: trajes típicos vascos. Disponível em: <<http://www.xn--cartadeespaa-khb.es/index.php?seccion=118&reportaje=565>>. Acesso em: 5 out. 2018.

CHAMBERS, Jack; TRUDGILL, Peter. **La dialectología**. Traducción: Carmen Marán González. Madrid: Visor Libros, 1994.

CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

COVARRUBIAS Y OROZCO, Sebastián de. **Tesoro de la lengua castellana o española**. Madrid: Luis Sanchez (impressor del Rey), 1611.

CONTINI, Michel. Les phono symbolismes: continuité d’une motivation primaire? **Travaux de linguistique**, n. 59, p. 77-103, 2/2009.

COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história**: o problema da mudança linguística. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1979.

COSERIU, Eugenio. La sócio y la etnolingüística general: sus fundamentos y sus tareas. **Anuario de Letras**, México, v. XIX, 1981, p. 5-29.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. 5. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DALBERA, Jean-Philippe. **Des dialectes au langage**. Paris: Honoré Champion, 2006.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL DE PORTUGAL. **Matriznet**: catálogo on-line dos museus da administração central. Disponível em: <<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=1026812>>. Acesso em: 10 out. 2018.

DOIRON, Maranhúbia Pereira Barbosa. Análise motivacional para designações do *redemoinho de vento* no Atlas Linguístico do Estado de Alagoas. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; DOIRON, Maranhúbia Pereira Barbosa (org.). **Estudos geossociolinguístico brasileiros e europeus**: uma homenagem a Michel Contini. Cascavel: Edunioeste; Londrina: Eduel, 2016. p. 89-106.

DOIRON, Maranhúbia Pereira Barbosa. **A motivação semântica nas respostas dos informantes do Atlas Linguístico do Estado de Alagoas (ALEAL)**. 2017. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

DUBOIS, Jean. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

FAVERO, Rui Simão. **Hegemonia política e eleitoral do PSD em Frederico Westphalen** (1945-1964). 2006. Monografia (Especialização em Pensamento Político Brasileiro) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Carlota *et al.* **Atlas Linguístico de Sergipe**. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Fundação de Cultura de Sergipe, 1987.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. **A Dialektologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FIORIN, José Luiz. Teoria dos signos. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 55-74.

FLÓREZ, Luis *et al.* **Atlas Linguístico-Etnográfico de Colômbia**. 6 volumes. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1981-1983.

GUIRAUD, Pierre. **La semántica**. 2. ed. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

HOUAISS, Antônio. **Sugestões para uma política da língua**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1960.

HOUAISS, Antônio. **Houaiss Eletrônico**. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A vitalidade do cuitelo na Região Sul do Brasil: um estudo com base em dados de atlas rurais e urbanos de diferentes domínios. In: ALTINO, Fabiane Cristina (org.). **Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística**: uma homenagem à Vanderci de Andrade Aguilera. Londrina: Midiograf, 2012.

ISQUERDO, Aparecida Negri. **Lexicologia e Lexicografia**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, abr. 2017; fev. 2018. Aulas ministradas aos alunos da Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina.

LENZ, Helena Goldammer. **Tupi e guarani**: a língua dos bandeirantes. São Paulo: Cia do Ebook, 2007.

LINO, Fádua Maria Moisés. **Aspectos lingüísticos da fala de Cândido de Abreu**: um estudo geossociolingüístico. 2000. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2000.

MARROQUIM, Mário. **A língua no Nordeste**. São Paulo: Companhia Nacional, 1934.

MONTES GIRALDO, Joaquim. **Dialectología general e hispano-americana: orientación teórica, metodológica y bibliográfica**. 2. ed. Bogotá: Caro y Cuervo, 1987.

MORAES SILVA, Antonio de. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>>. Acesso em: 12 set. 2018.

MORENO-FERNÁNDEZ, Francisco. **Princípios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1998.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: MOTA, Jacira Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs.). **Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006.

MOUZAR, Benedito. **Saci, o guardião da floresta**. São Paulo: Salesiana, 2007.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.

NASCENTES, Antenor. **Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC; Casa de Rui Barbosa, 1958.

NAVARRO, Ana Maria Matos. **A variação na concordância de gênero na variedade lingüística do Paraná Tradicional rural**. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

OLIVEIRA, D. G. de (Org.). **ALMS – Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2007.

PLATÃO. **Teeteto-Crático**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.

RAZKY, A. **Atlas Linguístico Sonoro do Estado do Pará (ALiSPA 1.1)**. Belém: s/ed, 2004 (Programa em CD-ROM).

RIBEIRO, José *et al.* **Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1977.

RODRIGUES, Rosa Evangelina de Santana Belli. **Em busca de uma história para o léxico rural paranaense**. 2007. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2007.

RODRIGUES, Rosa Evangelina de Santana Belli. Metodologia Geolinguística: o Atlas Linguístico do Paraná. **Signum: Estudos da Linguagem**, Londrina, n. 18/1, p. 37-69, jun. 2015.

ROMANO, Valter Pereira. **Atlas Geossociolinguístico de Londrina**: um estudo em tempo real e tempo aparente. 2012. 365 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ROMANO, Valter Pereira. Balanço crítico da Geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. **Entretextos**, Londrina, v. 13, n. 02, p. 203-242, jul/dez 2013.

ROMANO, Valter Pereira. Percurso historiográfico e metodológico da Geolinguística. **Papéis**, Campo Grande, v. 18, n. 35, p. 135-153, 2014.

ROSSI, Nelson *et al.* **Atlas Prévio dos Falares Baianos**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1971.

SANTOS, Ariane Cardoso. As credices populares paranaenses e a sua representação no Atlas Linguístico do Paraná. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 58., 2006, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SANTOS, Heliana Márcia; RAZZA, Bruno Montanari; DOS SANTOS, Janaína. História das alpargatas: um modelo resistente ao tempo e ao modismo. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA, 7., 2015, Maringá. **Anais** [...]. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015. p. 2043-2055.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: SAPIR, Edward. **Linguística como ciência: ensaios**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969. p. 43-62.

SILVA NETO, Serafim da. **Manual de Filologia Portuguesa**: história, problemas, métodos. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1952.

SILVA NETO, Serafim da. **Guia para estudos dialectológicos**. 2. ed. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

SILVA NETO, Serafim da. **Língua, Cultura e Civilização**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

SOUZA, Solange Staciak. **Medicina caseira paranaense**: um estudo geolinguístico. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

SZATKOSKI, Elenice. **Os grupos dos onze**: uma insurreição reprimida. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2003.

THUN, Harald. La géographie linguistique romane à la fin du XX siècle. RAENDONCK, D. V. *et al.* (Orgs.). In: CONGRES INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE E PHILOGIE ROMANES, 22., Bruxelles. **Actes** [...]. Bruxelles, 1998. p. 367-409.

THUN, Harald. A Dialetoлогия pluridimensional no Rio da Prata. In: STAHLZIWS, Ana Maria. **Estudos de Variação Linguística no Brasil e no Cone Sul**. Porto Alegre: UFGRS, 2005, p. 63-92.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture**: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custom. London: John Murray, 1871.

ULLMANN, Stephen. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VELHO, Gilberto; CASTRO, Eduardo Viveiros de. O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. **Artefato**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 25-33, 1978.